

# CULTURA HISTÓRICA & PATRIMÔNIO

História – Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)



Cais do Valongo, Rio de Janeiro (c. 2017)

Disponível em: <[http://agenciabrasil.abc.com.br/sites/\\_agenciabrasil2013/files/fotos/949354-cais%20do%20valongo.jpg](http://agenciabrasil.abc.com.br/sites/_agenciabrasil2013/files/fotos/949354-cais%20do%20valongo.jpg)>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS



volume 4, número 1, 2017

ISSN 2316-5014

**Cultura histórica & Patrimônio**  
*História – Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)*

**SUMÁRIO**

volume 4, número 1

[agosto de 2017]

Editorial do volume 4, número 1.....	2
<b>Artigos</b>	
PAROXISMOS PATRIMONIAIS: DOS SINTOMAS DA CIDADE MODERNA À DISTOPIA DA PÓS-METRÓPOLE.....	5
Christiane Heloisa Kalb	
TOMBAMENTO, ORALIDADE E PATRIMÔNIO IMATERIAL: RELAÇÕES POSSÍVEIS.....	30
Adebal de Andrade Júnior	
O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO PATRIMONIAL NO BAIRRO HISTÓRICO DE COLÔNIA DO SACRAMENTO, URUGUAI.....	54
Michel Constantino Figueira, Bianca Medeiros Riberás	
SER PESCADOR EM GUAÍRA/PR: LIMITES E POSSIBILIDADES DA LUTA COLETIVA.....	77
Cátia Franciele Sanfelice de Paula	
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA SALA DE AULA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A REALIZAÇÃO DO PROJETO <i>MAIS CULTURA NAS ESCOLAS</i> NA ESCOLA MUNICIPAL BORGES MACHADO, NO PIAUÍ.....	102
Maria Dalva Fontenele Cerqueira	
A FORMAÇÃO DA CIDADE DE VARGINHA/MG E A CHEGADA DOS SERVIÇOS URBANOS (1882-1920).....	120
Natânia Silva Ferreira	
HISTÓRIA: CONSELHEIRA PRÁTICA DA EXISTÊNCIA.....	146
Marcos Antônio Lopes	
Expediente (v. 4, n. 1).....	161

## EDITORIAL – VOLUME 4, NÚMERO 1

Revista **Cultura histórica & Patrimônio***História – Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)*

A revista **Cultura histórica & Patrimônio**, do curso de História da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), lança mais uma edição, oportunizando ao público leitor a reflexão sobre pesquisas e práticas educativas realizadas dentro e fora do país, em torno das temáticas de cultura histórica, do patrimônio e da educação patrimonial.

Neste número, os artigos apresentados abordam, em diferentes dimensões, as relações entre patrimônio e cidade, entendidas como construções dinâmicas e seletivas e moldadas pela disputa de memórias. Constituídas como territórios nos quais convivem e competem culturas e sentimentos de pertencimento diversos, por meio de suas configurações urbanas, de manifestações culturais e de seus monumentos, as cidades podem ocultar e, ao mesmo tempo, revelar os sujeitos e suas relações de poder na luta pela preservação ou pelo esquecimento de bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais. Disso trata a maioria dos textos aqui reunidos.

Destarte, o artigo de Christiane Heloisa Kalb, “Paroxismos patrimoniais: dos sintomas da cidade moderna à distopia da pós-metrópole”, abre esta edição apresentando uma discussão interdisciplinar sobre o patrimônio das cidades contemporâneas em sua dimensão de disputa. Para tanto, a partir de uma pesquisa de revisão bibliográfica, com enfoque nas políticas públicas de preservação de patrimônio cultural na cidade de Joinville/SC, busca entender alguns processos de conceituação envolvendo o tema *cidade e patrimônio*, a partir da Antropologia e da História, no campo do Patrimônio Cultural, compreendendo o patrimônio como parte indissociável de disputas motivadas pelas hierarquias de capitais culturais.

Em seguida, Adebald de Andrade Júnior analisa quatro processos de tombamento realizados em Contagem/MG, cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), entre 1998 e 2005, no artigo intitulado “Tombamento, oralidade e patrimônio imaterial: relações possíveis”. O autor investiga as relações entre as dimensões material e imaterial presentes nas estruturas arquitetônicas que foram reconhecidas pelo poder público como patrimônios. Para realizar esse trabalho,

foram examinados processos de tombamento e entrevistas com pessoas envolvidas a fim de entender as justificativas e a conexão entre o intangível e o concreto.

Abordando o patrimônio e suas relações com o turismo, Michel Constantino Figueira e Bianca Medeiros Riberás, em seu artigo “O desenvolvimento do turismo patrimonial no bairro histórico de Colônia do Sacramento, Uruguai”, demonstram como se deu o processo de desenvolvimento do turismo patrimonial no conjunto excepcional de arquitetura colonial urbana portuguesa do século XVII e que passou por diversas ações de intervenção patrimonial nas últimas cinco décadas, dentre elas a inscrição do bairro na *Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade*, pela UNESCO, em 1995. O artigo mostra o impacto dessas ações, incentivadas pelo interesse turístico que sempre permeou os discursos e práticas de patrimonialização locais.

“Ser pescador em Guaíra/PR: limites e possibilidades da luta coletiva”, artigo de Cátia Franciele Sanfelice de Paula, aponta a conexão entre patrimônio e luta política. A pesquisa investiga o movimento dos trabalhadores para resistir aos danos ambientais ocorridos em Guaíra/PR, materializados na formação do lago de Itaipu e na abertura de um canal de navegação no rio Paraná. Aqui, a memória exerce papel fundamental como parte da luta coletiva diante de práticas e projetos propostos numa tentativa de envolver os pescadores na criação e industrialização da atividade pesqueira, na mediação com o Estado e contra as dificuldades e limitações de sobrevivência por meio da pesca.

A preocupação com a conservação da memória contra políticas de esquecimento também é tema do artigo “A educação patrimonial na sala de aula: relato de experiência sobre a realização do projeto *Mais Cultura nas Escolas* na Escola Municipal Borges Machado, no Piauí”, escrito por Maria Dalva Fontenele Cerqueira. A autora apresenta um relato sobre Educação Patrimonial desenvolvido por meio do projeto *Mais Cultura* nas escolas de Parnaíba, Piauí, envolvendo temas como patrimônio material e imaterial, memória, identidade e vínculo social. A realização do projeto teve como objetivo promover vivências, pesquisas e valorização de bens culturais de natureza material e imaterial referentes à história e às memórias do conjunto do patrimônio ferroviário existente na cidade, abandonado nos últimos anos.

Ainda sobre a temática urbana, o artigo “A formação da cidade de Varginha-MG e a chegada dos serviços urbanos (1882-1920)”, de Natânia Silva Ferreira, procura abordar as transformações pelas quais a cidade mineira passou na transição do século XIX para o século XX. Analisando fontes primárias do período de 1882 até 1920, especialmente atas da Câmara Municipal, a autora destaca quatro serviços que são de suma importância para a formação urbana e econômica da região: a chegada da ferrovia, o serviço do abastecimento de água, a inauguração da energia elétrica e a instalação do telefone.

Finalizando esta edição com uma reflexão mais especificamente historiográfica, Marcos Antônio Lopes nos brinda com o artigo “História: conselheira prática da existência”, em que analisa as bases da *Historia magistra vitae*, tão presente ainda em concepções do Ocidente desde que foi pensada pelos filósofos antigos da Grécia e de Roma, como Tucídides e Cícero. Um dos propósitos da temática apresentada pelo autor é demonstrar o redimensionamento da história exemplar como gênero narrativo voltado ao ensino moral e sugerir os pontos fortes e as limitações da história ciceroniana ao longo da Época Moderna. Por fim, o texto passa em revista alguns fatores responsáveis pelo declínio desse gênero de escrita da história que conheceu uma longevidade milenar.

Procurando sempre contribuir para o debate de perspectivas teóricas e práticas diferenciadas em torno da cultura histórica e do patrimônio, e buscando valorizar a qualidade da produção científica, os editores convidam todos a colaborarem com novos artigos e desejam ao público uma ótima leitura!

Alfenas, agosto de 2017.

Os editores

## PAROXISMOS PATRIMONIAIS: DOS SINTOMAS DA CIDADE MODERNA À DISTOPIA DA PÓS-METRÓPOLE

Christiane Heloisa Kalb<sup>1</sup>

**Resumo:** o presente estudo tem o intuito de apresentar uma discussão interdisciplinar sobre o patrimônio das cidades contemporâneas. Para tanto, a partir de uma pesquisa de revisão bibliográfica, que faz parte da tese de doutoramento em Ciências Humanas, na Universidade Federal de Santa Catarina, com enfoque nas políticas públicas de preservação de patrimônio cultural na cidade de Joinville/SC, buscamos entender alguns processos de conceituação envolvendo o tema *cidade* e *patrimônio*, a partir da Antropologia, especialmente estudos urbanos da Escola de Chicago, e da História, no campo do Patrimônio Cultural, especificamente. Os aportes teóricos principais foram Cacciari, Certeau, Bauman, W. Benjamin e Hartog. A conclusão que se tem, por ora, é que os patrimônios das cidades históricas (ou não) somente são reconhecidos como tal, na relação com as pessoas que o envolvem. Além disso, o patrimônio é parte indissociável de disputas motivadas pelas hierarquias de capitais culturais.

**Palavras-chave:** cidade; patrimônio; modernidade; contemporaneidade; musealização.

**Abstract:** this study aims to present an interdisciplinary discussion about the heritage of contemporary cities. To do so, from a literature review of research, which is part of the doctoral thesis in Human Sciences at the Federal University of Santa Catarina, with a focus on public policies for cultural heritage preservation in the city of Joinville / SC, we seek to understand some conceptualization processes involving the theme *city* and *heritage*, from anthropology, especially urban studies of the Chicago School, and History, the cultural Heritage field specifically. The main theoretical contributions were Cacciari, Certeau, Bauman, W. Benjamin and Hartog. The conclusion that one has, for now, is that the heritage of historical cities (or not) are only recognized as such in relation to the people who surround. In addition, equity is an integral part of disputes motivated by the cultural capital hierarchies.

**Keywords:** city; heritage; modernity; contemporary; musealization.

“Buscar no velho, cujo poder de resistência  
é a sua permanência como ruína”.  
(Walter Benjamin)

### Introito

O presente estudo tem o intuito de apresentar uma discussão interdisciplinar em face do tema cidades e seus patrimônios. Inicialmente o texto faz a retomada de concepções europeias a respeito dos núcleos citadinos, abraçando os sintomas da modernidade, ascendendo à sociedade contemporânea, tendo como pano de fundo um lugar de movimento e de símbolos, independentemente do seu tempo. Num

<sup>1</sup> Professora de Direito Civil - CESUSC. Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: christianekalb@hotmail.com

segundo estágio abordamos com Certeau a morte da sociedade e das suas crenças, levando ao que Choay vai chamar de um Complexo de Noé, o atino de guardar tudo. Surgindo uma urgência pela identidade, em algum vazio, que Pesavento vai nomear de cidade sonhada.

Narrando um certo passado de discurso patrimonial, rememoramos os conceitos de monumento e de patrimônio urbano, especialmente com o aporte de Giavannoni, Ruskin e Viollet Le Duc, para se alcançar o que atualmente ocorre na fetichização do patrimônio. Na continuidade abordamos temas vigentes sobre a gestão patrimonial voltada ao turismo, colocando os centros históricos no topo da agenda política de cidades históricas, o que muitas vezes cessa numa musealização do espaço se não concebido para novos usos contemporâneos. Tais enunciados já eram paroxismos para Walter Benjamin e Simmel quando escreveram no início do século XX, sobre as figuras do *flâneur* e atitude *blasé*, respectivamente.

No último item antes das considerações, articulamos sobre a cidade contemporânea assintomática do presentismo teorizado por Hartog. Um tempo de incertezas e de transição em que o ultrapassado é o agora, e a nostalgia vinga em favor ou desfavor do patrimônio das cidades. Limítrofe das hierarquias de capitais culturais, em vívidas disputas, onde quem ganha a briga pelo reconhecimento de seu patrimônio, nem sempre pode gritar mais alto.

### Sintomas de uma doença chamada cidade

No latim não há correspondente para a expressão do que seria a *pólis* grega. Essa *pólis* remete à ideia de residência, de enraizamento. O termo latino *civitas* representa um conjunto de pessoas que se reuniam para dar vida à cidade. Assim também o é para os romanos, aquilo que é produzido pela reunião de várias pessoas sob as mesmas leis para lá de qualquer especificidade étnica ou religiosa. Desse modo, surge uma diferença entre os termos e, nesse sentido, as questões de Cacciari (2009, p. 9-14) se referem ao valor étnico dado pelos romanos e latinos ou o sentido de raízes dado pelos gregos. Lendo Platão (*República* e *Leis*) e Aristóteles (*Política*) percebemos o dramático problema enfrentado por ambos em não alargar a

*pólis* em exagero, já que assim, perderiam o seu *génos*<sup>2</sup>, conceito defendido pelos autores. Já as *civitas* romanas tinham que crescer, se expandirem, ultrapassarem seus limites, afirma Cacciari (2009, p. 15). O autor continua:

A perspectiva europeia desenvolve-se substancialmente não a partir da posição grega, mas da romana. Nós, de fato, concebemos a cidade como lugar onde as pessoas confluem ao aceitarem e obedecerem a uma lei. [...] Esta posição levanta um grande problema do ponto de vista das modalidades do habitar. É como se trouxéssemos em nós a nostalgia da *pólis*, da cidade-lugar para morar, aspecto que entra em conflito com a tensão para a universalidade (CACCIARI, 2009, p. 24).

A nostalgia da *pólis*, que indica Cacciari, mostra o século XXI como o tempo que se vive em cidades que são resultado de modelos obsoletos e irracionais da ocupação do espaço “existem diferentes e distintas formas de vida urbana. Não é por acaso que o termo ‘cidade’ pode ser dito de diferentes maneiras” (CACCIARI, 2009, p. 9).

Sobre isso, Acselrad (2009, p. 7) explica que a urbanização rápida e a intensa concentração de indústrias, serviços e, portanto, de seres humanos têm transformado as cidades no oposto de sua razão de ser, que é “um lugar para viver bem”, nas palavras de Aristóteles. Assim, durante a última década, dos anos 2000, enquanto a população total aumentou cerca de 20%, o número de habitantes urbanos aumentou mais de 40%, particularmente nas nove áreas metropolitanas, habitadas por um terço da população brasileira.

O fenômeno histórico do crescimento urbano e da expansão em megacidades não pode ser analisado ou entendido como problema isolado, demográfico ou ambiental. Altas taxas de crescimento populacional causadas por migração interna, as megacidades espalhadas e ocupando grande espaço geográfico e as consequentes questões ambientais, ar poluído, água suja e condições sanitárias insatisfatórias são sintomas de um processo profundamente enraizado de desenvolvimento capitalista moderno, baseado na industrialização (ACSELRAD, 2009, p. 10).

Mumford em forma de mito fala sobre a *Megalópolis*, cidades pós-modernas ou também denominadas de pós-metrópole, assim:

---

<sup>2</sup> O génos (plural gene) era um tipo de organização social da Grécia Antiga, durante o período da idade antiga. Eram uma espécie de classe social.

O aumento da área de terras aráveis, o aperfeiçoamento da agricultura, a difusão demográfica e a multiplicação de cidades verificam-se lado a lado, no decorrer da história, nunca tanto como durante o século passado. Muitos países estão ingressando agora numa era em que a população urbana será não simplesmente maior que a população rural, mas em que a área real ocupada ou invadida pelo crescimento urbano rivalizará com aquela dedicada ao cultivo. Um dos sinais dessa mudança tem sido o aumento do número, da área e da população das grandes cidades. Megalópolis está rapidamente se tornando uma forma universal e a economia dominante é uma economia metropolitana, na qual não é possível qualquer empreendimento eficiente que não se ache firmemente ligado à grande cidade (MUMFORD, 1998, p. 627).

Para a Antropologia essa série de fenômenos desconhecidos até então, em tal escala, inclusive gerando manifestações de “patologia social” tais como sub-habitação, delinquência, marginalismo e choque cultural, bem como problemas de planejamento urbano em geral, vem ocorrer em resposta a esses desafios que se desenvolve a Sociologia Urbana, levados a efeito principalmente a partir da década de vinte, discutidas primordialmente pela chamada Escola de Chicago (VELHO, 1967, p. 7).

Cordeiro e Costa (1999, p. 74), fazendo comparações entre bairros portugueses, a partir do olhar da Antropologia Urbana, lembram que muitas teses sobre a descontextualização das relações sociais na época de globalização, a deslocalização das redes de interconhecimento, o fim dos espaços locais enquanto relevantes para a estrutura social, o confinamento da interação aos “não-lugares”<sup>3</sup> de passagem rápida, e os regimes relacionais de anonimato se relacionam aos processos ditos da sociedade contemporânea, de modo reificante e unilateral, muito em prol do que assente Marc Augé (*Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*, 1994), lembram Borja e Castells (*As cidades como atores políticos*, 1996).

Estes não-lugares são os espaços de anonimato, tendo como maiores exemplos, os aeroportos, as rodoviárias, as grandes avenidas e os grandes *shoppings centers*.

---

<sup>3</sup> Enquanto o conceito de não-lugar, conforme definido por Marc Augé (1994), remete à ideia de trânsito, de fugacidade, de impermanência, a ideia de lugar aponta para o seu enraizamento social. Tal sentido permite a construção de referências culturais que emergem de molduras simbólicas, de arranjos identitários que se expressam através de signos de reconhecimento e pertencimento dos indivíduos a um grupo social ou dos grupos de uma sociedade ou nação. Conforme definido por Pierre Nora (1993) tais grupos constroem lugares de memória.

Quando se fala na sociedade contemporânea, um dos sintomas mais aparentes é a urbanização. E por pertencermos às civilizações urbanas, não é exagero lembrar que os primeiros testemunhos arqueológicos de vida urbana no Mediterrâneo datam de 3500-4000 a.C., ou seja, cerca de 6000 anos atrás. Com seus apogeus e crises, concebemos a cidade como um lugar de encontro e de reconhecimento comunitário, por um lado, um lugar onde residir bem e em paz e por outro lado, consideramos a cidade uma máquina que nos permite negociar e “consumir” com o mundo. Por isso, pergunta-se: o que pedimos às nossas cidades? E Cacciari (2009, p. 27) aduz que queremos duas coisas. Que a cidade seja um espaço sem obstáculos ao movimento, à mobilidade universal, à troca, e que seja um espaço de comunicação, de símbolos. Contudo, ao se querer as duas, não temos nenhuma, e a cidade surge literalmente esquizofrênica.

### **Distopias do patrimônio identitário das cidades**

Na obra de Certeau, *A invenção do cotidiano*, o autor discute uma nota insistente e teimosa, que fala da presença da morte entre os vivos, ou seja, a morte da Modernidade, “morte de Deus cuja Palavra não mais habita o mundo, morte das sociedades, morte das crenças, morte que espera cada um de nós” (CERTEAU, 2013, p. 28-30), e assevera que o autor que mais contribuições deu ao texto deste volume é sem dúvida, Freud.

É através da teoria de Certeau que se vislumbra a tentativa de alguns profissionais e ativistas lutando a favor do *seu* patrimônio, da sua herança. Embora Cacciari (2009, p. 31) engendre pelo fracasso das cidades em forma de *urbis*, ou seja, delimitadas em seu espaço e identidade bem definidos, em razão da plenitude da *civitas*, algumas cidades ainda permanecem com algumas características identitárias, ainda que de forma proposital, como forma de um empoderamento de identidade singular.

Ao mesmo tempo, segundo Choay (2006, p. 209), hoje a preocupação em conservar tudo que se relacione ao patrimônio arquitetônico e industrial do século XX, que está ameaçado em razão do mau uso/estado, gerou em nossos dias um *complexo de Noé*, que tende a abrigar na arca patrimonial o conjunto completo dos novos tipos de construção que surgiram nesse período.

É a vontade, o desejo de tudo guardar. E esse sentimento nos mostra a necessidade da vida em comunidade, ainda que nossas cidades não sejam mais uma *pólis* ou uma *civitas*, mas como Platão sugeriu, uma *sinoiquia*, uma coabitação. Onde somos indiferentes entre si, mas coabitamos e relacionamo-nos com base no direito privado, ou seja, nos *movemos* no contexto de algo que nos obstinamos a chamar de cidade, mas *moramos* num condomínio (CACCIARI, 2009, p. 51).

Esse condomínio que não é mais a cidade, conforme os termos gregos ou romanos, é, na realidade, território, que para Cacciari (2009, p. 53) advém de *terreo*, ter medo, sentir terror. Delimitar a cidade perdeu o sentido, já que diariamente ela se expande sem sentido e sem organização, mas ainda a chamamos assim, por questões meramente técnicas e administrativas. Esses limites da cidade pós-metrópole surgem apenas para serem suplantados, ultrapassados, pois estamos em um período de crise perene, de uma distopia dos extremos. Por isso, os modelos antigos de irradiação a partir do centro em direção à periferia, perpassando bairros industriais e residenciais, deixaram de ser válidos. Os limites perdem seu sentido, afinal surgem cidades que são, como já mencionado, pós-metropolitanas, pós-modernas, ou seja, já ultrapassaram o sentido de metrópole, para algo global.

Na contramão das cidades pós-modernas, lembramos o que o sociólogo Zygmunt Bauman (2003, p. 77) chama de comunidade. Para Bauman, comunidade é tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes. Como antítese da “dura realidade”, a ideia de comunidade produz uma “sensação de aconchego”, não comportando aquilo que dela brota: a perda da liberdade, “também chamada ‘autonomia’, ‘direito à autoafirmação’ e ‘à identidade’” (Ibidem). Quanto mais se fala em comunidade, mais utópica ele se torna. Imaginada como reino da coletividade, as sensações de sua ausência ou perecimento na contemporaneidade incumbem os indivíduos de buscar e estabelecer suas próprias identidades.

Segundo o autor *Identidade*, a palavra do dia e o jogo mais comum da cidade, deve a atenção que atrai as paixões que desperta ao fato de que é a substituta da comunidade: do “lar supostamente natural ou do círculo que permanece aconchegante por mais frios que sejam os ventos lá fora” (BAUMAN, 2003, p. 77). Historicamente, *comunidade* foi substituída por *identidade*, como valor e desejo, no processo de emergência da modernidade, na qual passa a conceber o indivíduo

como aquele que pode agir no gozo de seu direito e de sua própria determinação, independentemente dos seus vínculos sociais ou familiares. Nesse horizonte, o indivíduo deveria desejar distinguir-se, sabendo que pagaria pelos eventuais fracassos no caminho de se tornar singular. Assim, a superioridade de uns e a inferioridade de outros passariam a ser justificadas e aclamadas como referências distintivas. Contudo, a modernidade também traria uma visão apriorística de um “estado final”,

um ponto culminante dos esforços correntes de construção da ordem, ponto no qual se deteriam fosse ele um estado de ‘economia estável’, ‘de um sistema em equilíbrio’, de uma ‘sociedade justa’ ou um código de ‘direito e ética racionais’. No mundo contemporâneo, a visão de que um dia chegaremos lá, individual ou coletivamente, foi diluída em favor das visões das forças de mudanças (BAUMAN, 2003, p. 78).

Tal mote, segundo Bauman (em *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, 2003), teria aprofundado o processo de individualização, impondo aos sujeitos a tarefa de encontrar seu próprio destino que, por definição, é sempre transitório, nunca final e irrevogável. Os laços com os outros, além de frágeis e transitórios, também são destituídos de perspectivas. Supõe-se que os problemas sejam sofridos e enfrentados solitariamente e são especialmente inadequados à agregação numa comunidade de interesses à procura de soluções coletivas para problemas individuais.

Nessa “dura realidade” distópica, estamos expostos às forças de mudanças, e as nossas experiências são o principal manancial por meio do qual podemos livremente atribuir sentidos e valores aos termos comunidade e identidade. Como afirma o autor, cada uma delas pode ser livremente imaginada, sem medo do teste da prática, como abrigo de segurança e confiança e, por essa razão, desejada com ardor. É por isso que, no presente, a noção de identidade trai a sua origem, ou seja, a de ser “apenas uma substituta” da comunidade: “Ela precisa invocar o fantasma da mesmíssima comunidade a que deve substituir. A identidade brota entre os túmulos das comunidades, mas floresce graças à promessa da ressurreição dos mortos” (BAUMAN, 2003, p. 77).

Pesavento justifica a importância que adquirem os discursos que exprimem sensibilidades sobre a cidade e suas vivências:

Cidades sonhadas, desejadas, temidas, odiadas; cidades inalcançáveis ou terrivelmente reais, mas que possuem essa força do imaginário de qualificar o mundo. Tais representações foram e são capazes de até mesmo se imporem como as “verdadeiras”, as “reais”, as “concretas” cidades em que vivemos. Afinal, o que chamamos de “mundo real” é aquele trazido por nossos sentidos, os quais nos permitem compreender a realidade e enxergá-la desta ou daquela forma (PESAVENTO, 2007, p. 11).

Lopes (2011, p. 14) analisa essa realidade discutida por Pesavento e afirma que há uma relação entre a vida na cidade e como se constrói essa cidade. Essa relação surge em razão de seu crescimento, por meio dos habitantes e das atividades exercidas por eles nesse espaço-tempo. Por isso, Lopes entende que deve haver planejamento urbano para as cidades se organizarem.

Portanto, a cidade, na materialidade de suas formas (perfil e silhueta do espaço construído), comporta as marcas das suas sociabilidades (relações sociais, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos). No entanto, há ainda, segundo Pesavento (2007, p. 280), outro componente a ser considerado: “A cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano”. Assim, seguindo as trilhas da autora, se pode perscrutar também, através do cruzamento de dados objetivos, sociabilidades e representações, os processos pelos quais os sentimentos de pertencimento urbano se manifestam.

Na mesma esteira, Park (1967, p. 29) entende que a cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones, etc. Algo mais também do que uma mera constelação de instituição e dispositivos administrativos – tribunais, hospitais, escolas polícia, funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem, é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana.

### Alusão a um passado posto

O termo *patrimônio* nem sempre foi utilizado para quando se relacionasse aos bens culturais de uma determinada localidade, reconhecidos por sua importância numa nação ou por certas pessoas detentoras do poder de decisão. Antes disso, havia os termos *monumento* e *patrimônio histórico/patrimônio urbano*.

Os monumentos históricos não eram chamados desta forma até parte do século XIX. O que existiam entre os séculos XVI e início do século XIX eram bens guardados nos antiquários europeus, que faziam inventários das antiguidades lá dispostas. Os bens móveis ali guardados eram conservados em gabinetes diferentes daqueles conhecidos como os de curiosidades, de tradição medieval (séculos XVI e XVII). Tais gabinetes foram o passado dos atuais museus públicos.

Choay (2011, p. 21) esclarece que com o Romantismo<sup>4</sup> há o surgimento de uma nova sensibilidade para com as obras e os vestígios do passado, principalmente reabilitando bens da Idade Média e da arte gótica. Nesse mesmo período, os gabinetes públicos tornaram-se museus públicos, diferenciando-se por peculiaridades dos antigos colecionadores. Nesse novo movimento há valor no saber das obras colecionadas e/ou expostas, o que antes apenas se via como puro colecionismo, fazendo surgir o valor estético por parte dos apreciadores, o que até meados do século XIX vem se inverter em favor do deleite e da fruição.

Em 1837, na França, pessoas se reuniram para discutir como os monumentos poderiam ser protegidos oficialmente. Nesta época, havia categorizações de monumentos em três diferentes dimensões: os remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. A preocupação com a preservação patrimonial constituiu-se ao lado dos processos de formação dos Estados Nacionais Europeus, fenômeno que Hobsbawm (1984) vai chamar de “invenção de tradições”.

Choay (2011), contudo, lembra um caso muito antigo de preocupação com a cidade de Roma. O exemplo trazido é de Pio II Piccolomini, bispo que publicou a Bula – *Cum aliam mostram urbem*, em abril de 1462, um documento que pretendia gerenciar a conservação e a preservação da cidade de Roma. Isso demonstra que a categoria patrimônio ter sido constituída a partir dos Estados Nacionais é uma

---

<sup>4</sup> O romantismo foi um movimento artístico, político e filosófico que durou do fim do século XVIII até meados do século XIX, na Europa. Tinha uma visão de mundo contrária ao racionalismo e ao iluminismo e buscou consolidar os estados nacionais na Europa.

verdade relativa, já que há muito existia preocupação neste sentido, de no mínimo se referenciar a categoria patrimônio ao colecionismo<sup>5</sup>. Alguns dos trechos a seguir expõem o pensamento do bispo:

Já que desejamos que nossa Cidade-mãe seja conservada na sua dignidade e no seu esplendor, devemos empregar um cuidado particularmente vigilante não somente a fim de que as basílicas e igrejas [...] sejam mantidas e preservadas [...] mas também a fim de que os edifícios da Antiguidade e do mais longínquo passado [sejam protegidos] (CHOAY, 2011, p. 62).

O bispo ainda pregava as penas, caso alguém descumprisse tais preceitos. Ele reforça que:

Sob pena de excomunhão, assim como multas fixadas pelo édito às quais incorrem os infratores [...] interdítamos que qualquer pessoa demula, destrua, mutile, parta ou converta a cal qualquer edifício público antigo ou restos de edifício antigo conservado sobre o solo, nesta Cidade ou no seu entorno, mesmo que se trate de uma propriedade pessoal, rural ou urbana [...]. Se alguém arriscar-se a esse atentado, saiba que provocará a indignação de Deus Todo-Poderoso e dos santos Pedro e Paulo, seus apóstolos (CHOAY, 2011, p. 63).

É interessante perceber que na época, o bispo, desejando proteger a cidade, além de publicar o texto intitulado de Bula, o que por si só já possuía uma força punitiva por natureza, ainda assustava os possíveis infratores do patrimônio urbano romano, alertando-os sobre as possíveis consequências de ordem divina.

Giovannoni (1913 apud CHOAY, 2011), criador do termo patrimônio urbano, questionava-se, em sua obra *O Urbanismo face às cidades antigas*, como deixar coexistir, sem nostalgia nem amálgama, duas entidades em escalas incompatíveis— a cidade antiga, tesouro da memória e de raízes, e a cidade moderna, que chamava de um “organismo urbano em devir” (GIOVANNONI, 1913 apud CHOAY, 2011, p. 150-151). Para o autor, não havia outra solução, em razão do crescimento das cidades e do alongamento dos bairros, a não ser operações cirúrgicas e, em alguns casos, a destruição de edifícios e de ruas, que podiam até mesmo interferir em obras de arte importantes para a população. Fato semelhante veio a ocorrer em Paris, na França, a partir das investidas do prefeito barão Georges-Eugène

---

<sup>5</sup> “A atividade de colecionar objetos materiais tem o intento de demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado “outro”. O resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um ‘patrimônio’” (POMIAN, 1997; CLIFFORD, 1985 apud GONÇALVES, 2007, p. 109).

Hausmann (1809-1891), conhecido por ser o engenheiro destruidor da cidade. Hausmann objetivava alargar as vias<sup>6</sup> e ruelas da cidade parisiense, exterminando o isolamento de bairros e evitando, assim, barricadas nas grandes avenidas em proteção a uma eventual guerra civil. Era um tempo de desestabilização social e perda de referências tradicionais.

Na Itália, Giovannoni idealizava que “uma cidade histórica constitui em si um monumento, tanto por sua estrutura topográfica como por seu aspecto paisagístico, pelo caráter de suas vias, assim como pelo conjunto de seus edifícios maiores e menores” (CHOAY, 2006, p. 143). Por isso, ele entendia que na cidade histórica também deveriam ser aplicadas as leis e as normas de critérios de conservação, restauração e inovação. A Teoria Intermediária, também chamada de Restauro Científico ou Filológico, baseou-se em Camilo Boito, arquiteto, escritor e historiador italiano voltado à crítica de arte e teoria do restauro. Tal teoria foi apreciada por John Ruskin, artista inglês e historiador de arte, que era conservacionista ao extremo no que se referia aos bens de valor patrimonial, quase da mesma forma que Giovannoni.

Não podemos deixar de notar certa analogia entre os princípios de Giovannoni com as ideias que Camillo Sitte (1843-1903), arquiteto e historiador da arte austríaco, diretor da Escola Imperial e Real de Artes Industriais de Viena, maior teórico do “embelezamento” da cidade.

Tanto Giovannoni como Marcello Piacentini (1881-1960) são dois urbanistas italianos dignos de menção neste trabalho, devido à extensão e repercussão de seus trabalhos na Europa, onde consideravam o patrimônio histórico arquitetônico das cidades e o saneamento dos antigos centros urbanos. Ambos são considerados os arquitetos restauradores “pais” da Carta de Atenas, de 1931. Giovannoni assim baseou suas argumentações no pensamento de Camilo Boito, como já mencionado, propondo, contudo, uma concepção mais extensa do conceito de “ambiente”, eliminando a distinção que se fazia até então entre “arquitetura menor” e “arquitetura monumental”. Coloca, pela primeira vez, o problema da cidade nova que engloba a

---

<sup>6</sup> “O meio mais popular e eficaz de destruir uma cidade é a introdução de autoestradas expressas de muitas pistas, especialmente as elevadas, no núcleo central. Verificou-se isso imediatamente depois que as ferrovias elevadas para passageiros estavam sendo demolidas, como ameaças ao público. [...] cada cidade está rapidamente se transformando em cidade de estacionamento, inclusive Amsterdam e Paris, com todo o seu espaço destinado a carros, sem que nada sobre para quaisquer outras funções da cidade”. (MUMFORD, 1998, p. 407)

antiga, condenando-a à deterioração física e social causada pela falta de saneamento e funcionalidade exigidas pela vida moderna. A solução proposta para reverter essa situação é o *diradamento orizzontale e verticale*, isto é, uma “descompactação” física da cidade antiga, que no segundo decênio daquele século seria uma alternativa para as demolições totais de quarteirões com o objetivo de sanear as cidades, tão em voga naquela época de tradição haussmanniana (MORAES, 2014, p. 29-31).

O pensamento de conservação/restauração dos monumentos de Camilo Boito (1835-1914) influenciou a época de Giavannoni, e este arquiteto e historiador trabalhava entre dois mundos, o da arte passada e atual e o da modernidade técnica. Adepto dos ditames de Viollet-le-Duc, arquiteto francês ligado à arquitetura do século XIX e um dos primeiros teóricos da preservação do patrimônio histórico, postulava pela prioridade do presente e afirmava-se favorável à restauração, porém, somente quando imprescindível. Boito acreditava que a restauração do monumento ou dos prédios antigos seria a última solução a ser tomada, apenas se todas as tentativas de salvaguardar o bem tivessem fracassado, conforme esclarece Choay (2006, p. 164-165).

No início do século XX, sob impulso inglês e novamente italiano, houve uma promoção voltada à conservação da herança modesta, ou seja, das arquiteturas domésticas, vernaculares e também dos tecidos das antigas cidades. Particularmente, os ingleses começaram a se preocupar com as realizações advindas da Revolução Industrial. Decorre daí o início das preocupações com o patrimônio industrial, especialmente as fábricas, os maquinários e, por outro lado, também as memórias e as histórias ali permeadas.

O escritor John Ruskin, crítico de arte inglês bastante conhecido por seu posicionamento conservadorista, ainda em meados do século XIX considerava a real destruição dos monumentos e dos edifícios antigos a sua restauração. Adepto à corrente culturalista, ele defendia a não intervenção nos monumentos antigos e, não se podendo salvar mais a estrutura, a destruição feita pela restauração seria acompanhada de uma falsa descrição. Conforme Jeudy (2005, p. 87), Ruskin era contra a restauração dos monumentos não porque defendia a autenticidade original, mas por considerar o princípio da restauração um embuste.

Na Inglaterra, mais do que apenas a preocupação com os vestígios do passado industrial, há uma diferente ideia de surgimento de preservação patrimonial, que tinha como objetivo a busca de uma identidade nacional. Por isso, para Ruskin certos ajustes não deveriam ser feitos nos monumentos e nos edifícios antigos, pois dependendo do que se faria, os arquitetos (restauradores) escolhiam alguns traços do passado em detrimento do todo já vivido até então. O crítico de arte acreditava que os edifícios deveriam ser preservados para celebrar os trabalhadores que o fizeram.

Viollet-le-Duc<sup>7</sup>, arquiteto francês, em seu artigo *Restauração*, evidenciou seu entendimento racionalista e adepto dos ideais iluministas de que “o melhor meio de conservar um edifício é encontrar-lhe um emprego” (CHOAY, 2011, p. 23), discorrendo sobre e apoiando a intervenção em prédios considerados patrimônios históricos. “Viollet era símbolo do intervencionismo francês, enquanto Ruskin, seu opositor, era considerado a encarnação do conservacionismo inglês”, pontua Choay (2011, p. 24). Le-Duc foi o responsável pelo restauro da Catedral de Notre Dame, em Paris, tendo se baseado no projeto original. Quer dizer, até o que não se tinha construído em séculos anteriores ele colocou na restauração da Notre Dame. O arquiteto francês é injustiçado quando em confronto teórico com Ruskin, pois elege a ideia de devolver ao edifício à sua glória ainda que se tenha de apagar as marcas dos séculos deixadas nas paredes. Esse traço afasta Le-Duc do pensamento de Ruskin, colocando em foco o binarismo dos entendimentos. Afinal, para Ruskin, o restauro deve ser um gesto de respeito ao passado escolhido.

Sobre as supostas discussões entre John Ruskin e Viollet-le-Duc, o historiador da arte e do design Nikolaus Pevsner publicou monografia, na década de 1940, na qual expôs em forma binária de pensamento o confronto desses dois escritores (MENEGUELLO, 2015). E essa ideia de embate se propagou indiscriminadamente, entretanto, esses críticos nem se conheciam. Não havia essa dicotomia de discussões da preservação de monumentos públicos. Havia, porém, sociedades de profissionais (a Sociedade Britânica de Proteção aos Monumentos, por exemplo, fundada por William Morris, e a Sociedade de Artes e Ofícios, na Inglaterra) que se organizaram ao redor desse tema em busca da preservação

---

<sup>7</sup> Retirado de *Dicionário Completo de Arquitetura Francesa do século XI ao XVI (1854-1868)*, p. 142 (apud CHOAY, 2011, p. 23).

nacional (de um passado medieval e religioso). Pevsner afirmou ainda que quando o romancista francês Vitor Hugo publica o texto *Guerra aos demolidores*, que foi veiculado em vários países no período de surgimento dessas sociedades em busca da preservação nacional, nessa mesma busca, Ruskin e Le-Duc deram a resposta a Vitor Hugo.

Choay (2006), em sua antologia, cita parte de uma obra de Ruskin, na qual discute a duração de um edifício urbano, como pode ser visualizado a seguir:

Quando construímos, pensamos que construímos para a eternidade, que não é somente pelo prazer do momento, nem somente para o uso imediato. A maior glória de um edifício reside na sua idade e na força com a qual sua voz volta-se a nós. [...] essas paredes conectam entre elas as eras esquecidas e as seguintes, e instituem em parte a identidade das nações, pois são mais duráveis que os objetos do mundo natural que as cerca e podem tanto quanto aqueles serem dotadas de linguagem e de vida (CHOAY, 2006, p. 121).

Ruskin, apesar de conservadorista e contrário a qualquer tipo de intervenção restauradora, acreditava que o patrimônio só é reconhecido na relação. A disputa pelo patrimônio gera reconhecimento, tanto dos que prezam por sua preservação quanto daqueles que desejam a sua queda. A relação só se estabelece quando há identificação. E este sentimento se relaciona com um lugar determinado, no qual as pessoas se identificam e lá pertencem, de forma a se sentirem bem consigo mesmas e em segurança. Ruskin é evidenciado, explica Moraes (2014, p. 17), no campo da preservação e da estética da cidade, assumindo uma posição frente a obras de arte e aos monumentos, que se traduz quase em uma contemplação mística, sustentando que o monumento pertence somente ao seu criador, aos trabalhadores. “Pode-se fruir, assistir sua decadência e admirar sua ruína, mas não se há o direito de tocá-la, porque não nos pertence” (RUSKIN apud CESCHI, 1970, p. 88). Tal aproximação vai permitir a consolidação, no futuro, do conceito de autenticidade dos monumentos históricos, da mesma forma como colaborar com as teorias de embelezamento e recuperação social da cidade.

Complementando as discussões entre os entendimentos de Ruskin e Le-Duc, Choay (2006, p. 20; 2011, p. 33) acredita que os dois principais motivos dos monumentos perderem a sua função memorial são: em primeiro lugar, a importância

dada ao conceito de arte nas sociedades ocidentais, a partir do Renascimento, e que foi se delineando até a modernidade; e, em segundo, a instalação, aperfeiçoamento e difusão das memórias artificiais, como a fotografia e a internet<sup>8</sup>.

Hoje, vive-se sob novos tipos de tratamentos políticos voltados ao patrimônio. Muitos países tratam essas respostas como formas de fetichização do patrimônio, dando, por um lado, uma resposta passadista e nostálgica, portadora de valores memoriais não menos anacrônicos, ainda que apelassem a uma continuação da história, e, por outro, uma reação progressista que deixa os bens preservados aos cuidados do museu ou dos órgãos de gestão turística, apenas se preocupando com o saber histórico e o prazer estético, atribuindo os cuidados da conservação a um novo patamar.

### **A musealização das cidades: patrimônio para quem?**

A resposta para muitas das ponderações até aqui expostas está na forma de gestão das cidades hoje no que concerne aos seus patrimônios. O complexo de Noé mencionado por Choay, num desejo distópico em busca de tudo salvaguardar e a impossibilidade de o fazê-lo, põe em xeque a ideia de identidade de Bauman. A noção antropológica de patrimônio, que iniciou sua trajetória existencial há séculos, ganhando novos contornos a partir do século XX pelo patrimônio industrial e da herança modesta, traz consigo a fetichização da maquinaria patrimonial (JEUDY, 2005)

As cidades gestadas para o turismo têm o intuito de serem incluídas no rol de cidades que se “vendem” para o mundo dos lazeres e/ou dos negócios. Aquelas cidades, que turistificam o seu patrimônio, possuem um quê quando se trata da gestão pública desses bens de valor cultural, pois além de buscarem um uso para esses bens, quando se fala em patrimônio edificado, as populações que se envolvem com eles precisam estar incluídas no sistema de preservação e de proteção. Os problemas que envolvem a gestão pública e a preservação de centros históricos de cidades é tema que remonta ao início do século XX, porém, até hoje ainda encontra resistências e tensões de vários lados.

---

<sup>8</sup> Por meio das redes sociais (Facebook, Instagram, Pinterest etc.) e das nuvens de armazenamento de dados (como Dropbox, Onedrive, Google Drive etc.).

Para Cacciari (2009, p. 31), o centro das cidades é um lugar simbólico tradicional, sufocado pela afirmação dos lugares de troca, expressão da sua mobilidade, do *neverleben*, da sua vida nervosa. No meio dessas trocas nascem edifícios majestosos, que tentam dissolver as presenças simbólicas tradicionais dos imóveis históricos. Enquanto a cidade cresce de acordo com as presenças de produção e troca, a memória torna-se museu e cessa de ser memória, pois a memória tem sentido quando é imaginativa, recreativa, senão, transforma-se numa clínica na qual colocamos nossas recordações. Mais recentemente, os olhares estão voltados à conservação dos centros históricos como forma de parar a deterioração, pois a restauração, por mais que persiga a originalidade do bem, é uma intervenção que acontece, na maioria das vezes, num estágio no qual muito da substância original já se perdeu (ALTHOFF, 2008, p. 34).

Apesar de haver discussões de longa data, desde antes de Ruskin e Le-Duc, quando do início do século XX, sobre a melhor opção do que se fazer na hora de interferir num bem cultural, grande parte dos gestores das cidades brasileiras concluiu-se que entre a teoria e a prática, o que deve imperar é o bom senso. Nem a conservação artificial, que cria falsos simulacros, nem deixar os edifícios caírem em ruínas, sugados pelo tempo. Por outro lado, congelar partes inteiras de cidades em nome da preservação da memória urbana, conforme Althoff (2008, p. 39), seria a forma de se atribuírem valores estéticos e técnicos que determinado bem legou ao presente, como testemunho de sua trajetória de vida. Por isso, conclui Cacciari, “acabamos por hospitalizar a nossa memória, tal como as nossas cidades históricas, ao fazermos delas uns museus” (CACCIARI, 2009, p. 32).

E para que a musealização das cidades não ocorra, Choay (2011, p. 40) nos sugere algumas considerações, que entendemos serem de imprescindível importância. A primeira delas seria dotar esses patrimônios de novos usos adaptados à demanda societal contemporânea, depois, renunciar ao dogma de sua intangibilidade e ao formalismo histórico da restauração e, por último, saber proceder às transformações necessárias, associando o respeito ao passado e a aplicação de técnicas contemporâneas de ponta.

O paroxismo contra a musealização e a fetichização do patrimônio é preocupação remota, senão vejamos a posição ruskiana, extremamente atual

(apesar de publicada em 1877), divulgada na 12ª conferência sobre a arquitetura, em Paris, organizada por Viollet-le-Duc:

Nós que somos um povo civilizado, o que é a maioria de nossas cidades e o que elas se tornarão em alguns séculos, quando muito provavelmente a satisfação grosseira de necessidades materiais terá feito desaparecer para sempre algumas raras ruínas das eras anteriores? O que são as cidades do Novo Mundo? O que são as cidades industriais da Inglaterra? O que nós pensamos ser a civilização leva-nos, no século XIX, a abrir ruas largas e a bordejá-las de casas de aspecto uniforme. Assim, nossas cidades tornam-se desertos para o pensamento, elas têm a monotonia fatigante da solidão sem ter grandeza. [...] não que eu tenha nostalgia das ruas infectadas e tortuosas de nossas velhas cidades, mas ao menos no caos encontra-se a marca do homem, de seu trabalho, as lembranças de sua história, algo mais que a marca de seu interesse material do dia (CHOAY, 2011, p. 146).

A postura de Ruskin, citado por Choay, quando discorre de seu povo no continente europeu, permite perguntar sobre o Novo Mundo e suas cidades na América, remetendo-se também a Paris, que é espelho para outras tantas cidades modernas. Tal angústia é também vivida por Walter Benjamin (1986) em seu texto *Paris, a capital do século XIX*<sup>9</sup>, publicado em 1888. Nesta obra, o autor discorre sobre os célebres planos do barão Hausmann, prefeito do Sena no governo de Napoleão III, em 1853, de engrandecer e embelezar a cidade de Paris, sempre de acordo com as estratégias de defesa contra possíveis levantes civis. Paris é um exemplo de cidade que cresceu e se urbanizou em extensão, extravasando suas muralhas, incorporando no espaço urbano as aglomerações vizinhas. Assim, entender Paris do século XIX é compreender a modernidade que vinha ali surgindo, por meio de suas “*passagens*” (BENJAMIN, 2006). Paris se desloca de um passado do antigo regime para através das *passages*<sup>10</sup> se encontrar na modernidade. Benjamin, por meio das alegorias que revela Paris, concretiza tais abstrações a partir das realidades da iluminação a gás, sistema ferroviário, fotografia, vitrines, magazines etc. – mostra os indivíduos inseridos nessa nova realidade, com seus modos de vida, medos e desejos.

<sup>9</sup> Livro inacabado, que se trata de um conjunto de anotações dispersas e de citações das mais diversas, trazendo muitas vezes uma visão incerta do que Benjamin está por concluir.

<sup>10</sup> Também relevante nas intervenções haussmannianas, foi a criação das *passages* parisienses: galerias comerciais adentrando ao interior dos quarteirões, antecipando uma morfologia urbana que só aparecerá no século seguinte (MORAES, 2014, p. 24).

Benjamin (1986) lembra que a abertura de ruas por Hausmann interligou pontos da cidade que viviam como ilhas, isoladas no meio urbano. Comunicou, da mesma forma, a periferia ao centro, convergindo em estações de trens. Até 1828, não havia transporte público na cidade, e para que isso pudesse ocorrer, Hausmann teve que “destruir” parte dela. Benjamin entende que houve o fim do isolamento no interior da cidade e o desenraizamento do indivíduo de sua territorialidade local. Esses dois movimentos se completam, pois, caindo as antigas ruelas e muralhas, abrem-se grandes vias para a circulação das pessoas e também as grandes galerias, onde agora se passeia. Com essa nova circulação, há a mudança de ação do *flâneur*, que agora, por causa das vitrines expondo mercadorias dia e noite, sente-se atizado pelo apetite consumista. O consumidor, pela primeira vez, vê-se como massa, porque se identifica com o valor de troca, o dinheiro. O indivíduo cede lugar à multidão, ao homem da multidão. Ele é o observador que se apropria da dinâmica urbana fugidia, transitória da cidade moderna, mas também procura extrair o eterno dentro do transitório da cidade.

Percebem-se algumas similitudes entre o entendimento de Benjamin e de Simmel (1967) (Escola de Chicago). A atitude *blasé* descrita por Simmel, em contraponto ao embotamento dos sentidos, assemelha-se à perda de ação do *flâneur*, de Benjamin. O retraimento em meio à multidão gera a individualidade, sendo uma adaptação ao estilo da vida moderna.

Os mesmos fatores que assim redundaram na exatidão e precisão minuciosa da forma de vida redundaram também em uma estrutura da mais alta impessoalidade, por outro lado, promoveram uma **subjetividade altamente pessoal**. Não há talvez fenômeno psíquico, que tenha sido tão incondicionalmente reservado à metrópole quanto a atitude blasé. A atitude blasé resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos. Disto também parece originalmente **jorrar a intensificação da intelectualidade metropolitana**. Portanto, as pessoas estúpidas que não tem existência intelectual, não são exatamente blasé. Uma **vida em perseguição desregrada ao prazer** torna uma pessoa blasé porque agita os nervos até seu ponto de mais forte reatividade por um tempo tão longo que eles finalmente cessam completamente de reagir. [...] isto constitui aquela atitude blasé que, na verdade, toda criança metropolitana demonstra quando comparada com crianças de meios mais tranquilos e menos sujeitos a mudanças (SIMMEL, 1967, p. 18, grifos nossos).

Benjamin (1986) contrapõe o significado de multidão ao de individualidade. A aglomeração de pessoas abafa o indivíduo, o *flâneur*. Ele não é mais ninguém, ele é como todos, sem nenhuma heterogeneidade, é o anônimo. Ninguém o reconhece mais nas calçadas. Afinal, como qualquer um, tem recursos (mais ou menos) para se tornar consumidor, na lógica capitalista, fundindo-se num mesmo padrão, transformando-se em massa. O *flâneur* torna-se uma mercadoria. Seu desaparecimento é fruto desta modernidade, assim como também a sua atitude *blasé*. “A multidão é o véu através do qual a cidade conhecida aparece ao *flâneur* como fantasmagórica” (BENJAMIN, 1986).

Em busca de aspectos positivos nessas transformações, o filósofo alemão procura, dentro de uma visão poética, embrenhar-se na multidão como um observador distanciado do caos e do fluxo intenso, procurando ainda reconhecer nos lugares transformados os símbolos de sua identidade. Tal atitude “*flânerie*”, segundo Benjamin, passa a caracterizar a posição espiritual do homem moderno, que procura uma libertação interior numa realidade claustrofóbica (MORAES, 2014, p. 47).

Simmel (1967, p. 16) arremata dizendo que “a economia do dinheiro domina a metrópole, ela desalojou as últimas sobrevivências da produção doméstica e a troca direta de mercadorias, ela reduz diariamente a quantidade de trabalho solicitado pelos clientes”. A vida do homem na cidade moderna, como foi a experiência trazida por Benjamin na cidade de Paris, fez com que as ações políticas com o intento de intervenção e restauração que ali ocorreram expulsassem os seus moradores originais. Não só isso, trouxe questionamentos quanto às formas de se tratar a cidade histórica. Hausmann destruiu tudo [em Paris] ou, aos olhos do progresso, reconstruiu tudo, porém, os centros e bairros históricos só poderão ser conservados e integrados à vida contemporânea se sua nova destinação for compatível com sua morfologia e com as suas dimensões.

### **Cidade contemporânea: presentismo de incertezas**

A cidade contemporânea ocidental, resultante do pós 2ª guerra mundial, é a hibridização de fatos e atos.

Segundo os historiadores Emerson César de Campos e Maria Bernadete Ramos Flores (2007), a cidade contemporânea contrasta o paradigma da “cidade

moderna” tributário do século XIX, enquanto objeto de cultura e na falta de nomeação, pelo qual se instituiu e se justapôs um modelo de poder e dominação, bem como uma maneira própria de conhecer, abordar, olhar, dominar e construir a cidade. A noção de cidade contemporânea, assim, possibilita ampliar o estudo e refletir sobre as práticas e as representações urbanas não mais restritas a um sistema racional, um objeto passível de planificação, apreendido em sua totalidade. Dizem os autores: “Transitar pela cidade. Esta é a atividade mais próxima do momento, mais distante das estabilidades, menos morta da vida cidadina, mais íntima das superfícies” (CAMPOS; FLORES, 2007, p. 268). Os principais construtores do modelo de cidade moderna teriam sido os higienistas<sup>11</sup>, médicos e engenheiros que, científica e tecnicamente, “esquadrinham a cidade e visibilizam os corpos dos cidadãos para ter sobre eles o controle sobre sua saúde, sua moradia, seus passos [...], seu trabalho, seu lazer e sua sociabilidade, suas organizações sociais e políticas, seu consumo” (CAMPOS; FLORES, 2007, p. 268).

A cidade contemporânea, por sua vez, tem sido objeto de estudos também pela História, assim como a cidade moderna o foi, além da Antropologia e da Sociologia, especialmente pela Escola de Chicago. Para o historiador François Hartog (2013), vivemos sob um novo regime de historicidade, o qual dá relevo crescente ao presente enquanto tal, tornando-o massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo, fabricando cotidianamente o passado e o futuro do qual ele tem necessidade. O autor propõe, a partir de três regimes, a ideia de que estaríamos vivendo um outro regime, que não privilegia o passado, pois ele não apresenta exemplos que devem ser seguidos, nem o futuro. Afinal, o futuro, num sentido positivo, já não mais existe. Assim, o presente é uma mera transição para o que se tem no futuro. Hartog acredita que estamos na transição. O passado é tão distante que não serve mais para nada, e o futuro, ninguém sabe o que vai ser, não há esperança, então é o presente que se tem para viver. No entanto, há certos elementos positivos no passado que devem ser lembrados, e estes vestígios do

---

<sup>11</sup> A população passa a ser identificada pelo asseio e limpeza de suas casas, e as autoridades públicas começam a intensificar os registros censitários, conhecendo cada palmo da cidade e aqueles que a habitam. O pensamento médico passa a dar direção da modernidade, atuando sobre a cidade como única autoridade capaz de lhe dar forma moderna. [...] Nicolau Shevchenko (1984, p. 28), ao abordar a temática da modernização da cidade, destaca a inauguração da Av. Central e a lei da vacina obrigatória como os marcos iniciais da mudança, da regeneração da cidade, do país (CARNEIRO; SANT’ANNA, 2009, p. 97 e p. 104).

passado são “coisas” palpáveis e cognoscíveis nas cidades contemporâneas que fazem com que se perceba quem somos. O passado, portanto, não é o que temos, mas sim o que somos.

Adotando a teoria benjaminiana de história, para entender a teoria presentista de Hartog, trabalha-se o cronista e o colecionador com as ruínas que insistem em sobreviver na edificação das cidades. Enquanto o colecionador recolhe o residual da metrópole para levá-lo para casa, subtraindo daí um patrimônio próprio, intransferível, o cronista deduz da cidade as mínimas histórias para devolvê-las a esta mesma cidade em forma de narrativa. Ambos documentam, classificam, arquivam para a posteridade o que, em última instância, está condenado à morte (CASTELLS, 2012, p. 51). O colecionador e o narrador, portanto, trazem à tona a morte da memória como um signo permanente do tempo. O que se confirma com Certeau citado acima, quando manifesta a morte das crenças e das sociedades. Assim, pode-se considerar que esse “presentismo” que inunda os enunciados históricos de uma dada sociedade permite não apenas evocar novas memórias, como também produzir esquecimentos capazes de validarem o que é vivido como necessidade ou aspiração.

Castells e Nardi (2012, p. 55) explicam ainda que parar o tempo paradoxalmente onde o tempo mais almejava andar – na pressa da metrópole contemporânea – é a luta incessante do colecionador. Sentir pelas mãos do colecionador a melancolia própria do tempo que estaca, do sentido que falta, da presença da morte de uma ilusão. Substituir a essência da ilusão infantil pela reivindicação de um presente melhor. Tudo isso é colocar o “ultrapassado” no agora. É atualizar, por meio dele, a fisionomia de um tempo que é contemporâneo nosso: tempo de incerteza, de transição, de nostalgia pelo velho e de estranhamento com o devir.

Difícil não ver nas palavras de Benjamin (1984) um reflexo exato de como ele procedia na hora de compor sua filosofia. Resgatando os objetos, os detalhes de uma época, procurava extrair deles o quanto de arte e lembrança possuíam. E não apenas pelo prazer de desvendá-los, de ressignificá-los, mas para que, por meio deles, pudesse ler o amanhã. Como ele próprio diz, os colecionadores se tornam intérpretes do destino, do futuro. Eis a intenção do colecionador: buscar no velho, cujo poder de resistência é a sua permanência em forma de ruína, uma promessa

contida que não se realizou no presente tal qual Benjamin, que escovando a história a contrapelo, pretendia redimir o passado para salvar o futuro.

De acordo com Hartog (2013), então, esta dimensão do “presente hipertrofiado” é um presente que é capaz de gerar seu próprio passado e futuro, que é fruto das nossas experiências contemporâneas perante as solicitações do mercado e do consumo, das mudanças científicas e tecnológicas e dos ritmos das mídias, poderia também agregar a esses aspectos as nossas experiências diante das fronteiras movediças, porosas e flexíveis dos territórios urbanos. O espaço da cidade contemporânea é cada vez mais palco de mobilidade social, transformando as nossas percepções sobre nós mesmos e sobre os outros, cuja presença imaginamos ser provisória. Com isso, cada vez mais tornamos tudo obsoleto, até mesmo acontecimentos e pessoas.

O poder de escolha da forma de se patrimonializar (ou não) certos lugares na cidade contemporânea afeta direta ou indiretamente a população que vive o seu entorno. Essas escolhas são baseadas em conhecimentos técnicos e científicos, porém, podem haver controvérsias muito além das questões técnicas e científicas. Como é o caso quando há reconhecimento e identificação por parte da população do entorno em prol de sua *não patrimonialização*, sem que haja um olhar agressivo progressista. No entanto, quem tem o poder de escolher o que é patrimônio e o que não é normalmente não são as pessoas que vivem o lugar. Assim, pergunto-me: este bem está desprotegido? Há realmente a necessidade do “rótulo” *ser-patrimônio* cultural para que haja efetivamente a proteção do bem cultural? Rotman e Castells (2007) tentam responder a essas perguntas por meio das ideias apresentadas abaixo:

Tem-se defendido suficientemente que, enquanto existir um discurso oficial que confira legitimidade a todas as formas culturais, de fato haverá uma hierarquia dos bens simbólicos, na qual o capital específico dos grupos subalternos ocupa um lugar subordinado. Neste sentido (e para além da existência de diversos enfoques, referentes a distintos períodos), estimamos que cabe recuperar a perspectiva analítica de Garcia Canclini (1993:43), que sugere a adoção do conceito de “capital cultural” de Bourdieu para analisar processos relacionados com o patrimônio. A proposta pode resultar fecunda na medida em que dinamiza a noção e basicamente a situa na esfera da reprodução social (ROTMAN; CASTELLS, 2007, p. 76).

Desta feita, os bens simbólicos que representam a cidade deslocam-se dentre hierarquias que elasticamente podem ser valoradas mais positivamente, dependendo dos interesses políticos e econômicos envolvidos na tomada de decisão dos gestores do patrimônio. Portanto, os bens culturais de cada sociedade, ou seria melhor dizer, de cada cidade ou região, não pertencem a todos, pois de acordo com a ideia de Canclini (1997), a partir do conceito de Bourdieu (1977), há hierarquias entre os “capitais culturais”, em que o que será conservado e mantido para a história e a memória dos indivíduos depende da capacidade de apropriação destes capitais culturais.

### Por derradeiro

Agradar a todos é impossível quando se fala em restauração/intervenção ou a escolha de um dado patrimônio cultural. Algumas pessoas podem esperar que haja o retorno ao *status quo* de determinado bem individual ou centro histórico. Ficando, assim, o máximo possível parado no tempo. Outros, entretanto, podem desejar que nada se faça em tal bem, deixando apenas o tempo agir. Essas discussões não são recentes, como se pode perceber a partir da narrativa que remonta às cidades modernas, mas o que se pode perceber é que a educação e a formação do povo são uma das frentes pela qual se pode lutar para alcançar uma equiparação entre as hierarquias simbólicas. Afinal, sem educação para o patrimônio, a população não se identifica com o seu patrimônio, e como pronunciou Ruskin, o patrimônio surge na relação. Em segundo lugar, a utilização ética de nossas heranças edificadas, que hoje são mercantilizadas sob o título de *ser-patrimônio*, não provocam o questionamento de o que e para quem queremos preservar. Ainda há a prevalência de algumas culturas mais eruditas em detrimento de culturas populares. E por fim, a terceira frente é a questão da participação coletiva na produção de patrimônio vivo, pois a população do entorno de determinado bem patrimonializável nem sempre tem o intento de conservá-lo, seja por não se identificar com ele ou por simplesmente não entendê-lo (CHOAY, 2011, p. 39).

A preocupação com os centros históricos das cidades, no sentido de revitalizá-los, destruí-los, engessá-los ou preservá-los é um tema que surgiu na modernidade. E tanto Benjamin quanto Simmel puderam auxiliar no entendimento do

processo de individualização que surgiu no início do século XX. Também Hartog pode esclarecer o regime presentista que se vive hoje, engendrando nas ações em favor da proteção do patrimônio como forma de deixar marcas do passado nas cidades.

## BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, H. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALTHOFF, F. R. *Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio urbano de Joinville*. Dissertação (Mestrado) – UFSC, Florianópolis, 2008.

AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BENJAMIN, W. *Origem do drama barroco alemão*. Trad. S. P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. *Paris, a capital do século XIX*. Torino, Itália: Einaudi, 1986.

\_\_\_\_\_. *Passagens*. Trad. I. A. Mourão. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/Imprensa Oficial do Estado de SP, 2006.

BORJA, J.; CASTELLS, M. *As cidades como atores políticos*. Ed. T. O. Thomaz. p. 152-166, jul, 1996,

CACCIARI, M. *A cidade*. Barcelona, Espanha: Pazzini Stampadores Editore, 2009.

CAMPOS, E. C.; FLORES, M. B. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). *Revista Brasileira de História*, 27, p. 267-296, jan.-jun. 2007.

CASTELLS, A. N. *Patrimônio cultural e cidade contemporânea*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

CERTEAU, M. d. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2013.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. Trad. L. V. Machado. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Trad. J. G. Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CORDEIRO, G. I.; COSTA, A. F. Bairros, contexto e intersecção. In: VELHO, G. (org.). *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

HARTOG, F. *Regime de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

JEUDY, H.-P. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LOPES, A. R. *Memória urbana: diagnóstico do patrimônio cultural do bairro Centro de Joinville*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – UNIVILLE, Joinville, SC, 2011.

MORAES, S. T. *Uma luz na cidade: subsídios para estudos de requalificação urbana*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, 53, 2007.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

VELHO, O. G. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

**Artigo recebido em 23 de fevereiro de 2016. Aprovado em 31 de outubro de 2016.**

## TOMBAMENTO, ORALIDADE E PATRIMÔNIO IMATERIAL: RELAÇÕES POSSÍVEIS

Adebal de Andrade Júnior<sup>1</sup>

---

**Resumo:** este artigo analisa quatro processos de tombamento realizados em Contagem/MG, cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), entre 1998 e 2005, investigando as relações entre as dimensões material e imaterial presentes nas estruturas arquitetônicas que foram reconhecidas pelo poder público como patrimônios. As narrativas elaboradas para justificar os tombamentos em Contagem evidenciam a conexão entre o intangível e o concreto, revelando estas duas dimensões como elementos coligados. Para realizar meu estudo entrevistei os envolvidos nesses processos e examinei os dossiês de tombamento.

**Palavras-chave:** Tombamento; Contagem/MG; Patrimônio imaterial.

**Abstract:** this article examines four heritage listing processes in the municipality of Contagem/MG, in the metropolitan area of Belo Horizonte (RMBH), in the period of 1998-2005, investigating the relations between the tangible and intangible dimensions present in the architectural structures, which have been recognized as heritage by the local government. The elaborated narratives to justify the listings in Contagem/MG highlight the connection between intangible and tangible heritage, revealing these two dimensions as connected elements. In order to conduct the study, I interviewed some people involved in the process and examined the registration dossiers.

**Keywords:** Listing; Contagem/MG; Intangible Heritage.

---

As reflexões mais recentes sobre a noção de cultura, marcadas pelas ideias de diversidade, singularidade e relativismo, ultrapassaram os limites dos empreendimentos antropológicos, influenciando governos nacionais e agências internacionais atuantes no campo do patrimônio cultural (ABREU, 2007; LEAL, 2013). Esta influência pode ser notada em documentos como a *Recomendação sobre a Salvaguarda das Culturas Populares e tradicionais* (1989) e na *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial* (2003) formuladas pela Unesco. Ambas ampliaram a noção de patrimônio e direcionaram as políticas patrimoniais para um novo caminho, apontando seu foco para valorização das culturas em sua diversidade e para preservação do patrimônio imaterial; isto é, das práticas sociais que se manifestam em saberes; ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão e nos objetos, artefatos e lugares que lhes são associados.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ e mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas. A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento da CAPES. E-mail: adebaldeandrade@gmail.com

No Brasil, a ampliação conceitual da categoria patrimônio “encontrou forte ressonância, em grande parte, graças ao recente processo de democratização e de fortalecimento dos movimentos sociais vivido pelo país durante os anos 1980” (ABREU, 2012, p. 28). A promulgação da Constituição Federal em 1988 representou, além da inclusão da categoria imaterial na legislação patrimonial brasileira, avanços no reconhecimento e garantia dos direitos das populações tradicionais (ABREU, 2012). Assim, uma pluralidade de grupos ganhou espaço, entrando no campo do debate sobre a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural. Entretanto, diante das possibilidades legais estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 25/1937, que instituiu o tombamento de referências culturais material, e a ausência de uma ferramenta institucional para preservar o imaterial, as agências estatais responsáveis pelo patrimônio limitaram suas ações ao tombamento. Mas, em agosto de 2000, o Decreto Federal nº 3.551, instituindo o registro e o inventário dos bens de natureza imaterial como instrumentos legais de proteção ampliou as formas de atuação estatal para a proteção de referências culturais.

Manuel Ferreira Lima Filho (2009) referiu-se ao Decreto Federal nº 3.551 como “quase uma revanche simbólica” (p. 606) que fosse equilibrar a política nacional de proteção do patrimônio, possibilitando a valorização/salvaguarda das referências imateriais. Pois entre a regulamentação do tombamento, em 1937, e a do registro, em 2000, a política patrimonial brasileira percorreu cerca de sessenta anos privilegiando a preservação do patrimônio material urbano – edificações e monumentos – e, assim, contribuiu para que as práticas do Estado de reconhecimento de patrimônios materiais fossem, ainda hoje, compreendidas como de caráter seletiva e elitista (FONSECA, 2003).

Após ser decretado o registro do patrimônio imaterial pelo governo federal, estados e municípios começaram a adaptar suas legislações patrimoniais. Em Minas Gerais, o Decreto Estadual nº 42.505, de 15 de abril de 2002, estabeleceu as formas de registro dos bens de natureza imaterial pelo Estado. No município de Contagem, onde realizei pesquisa para esse artigo, o registro foi instituído pela Lei Municipal nº 3.960, de 26 de outubro de 2005<sup>2</sup>. Tanto o estado quanto o município organizaram

<sup>2</sup> A Lei Municipal 4.647, de 27 de dezembro de 2013, instituiu o Sistema Municipal de Cultura de Contagem e alterou a legislação patrimonial citada na sequência desse artigo. As principais mudanças foram a abertura de quatro livros do tomo aos moldes do que foi estabelecido pelo

sua legislação de proteção do patrimônio intangível reproduzindo os princípios propostos pelo decreto federal. É importante dizer que a Constituição Federal de 1988 transferiu para os municípios a responsabilidade de proteger o patrimônio cultural, desencadeando um movimento de municipalização da política patrimonial. Em Minas Gerais, tal fato contribuiu para implantação da política do ICMS Patrimônio Cultural<sup>3</sup>.

Na última década as ações de proteção do patrimônio imaterial no Brasil cresceram e ganharam destaque nas práticas das agências estatais. Mas, conforme avalia Manuela Carneiro da Cunha (2005), a legislação do imaterial foi derivada dos instrumentos legais de proteção do material, e tal situação colaborou para que a atuação dos órgãos responsáveis pelo patrimônio privilegiasse os testemunhos materiais, quando a ênfase deveria ser no processo produtivo. Salvar o imaterial, mesmo quando isso significa preservar objetos e lugares, demanda ações específicas, sobretudo, voltadas para a manutenção das condições de produção, ou seja, de apoio aos sujeitos criadores do patrimônio imaterial (FONSECA, 2003; CUNHA, 2005; GALLOIS, 2006).

O argumento anterior está conectado a outra crítica feita à política de proteção patrimonial. Ela refere-se à dicotomia material/imaterial estabelecida pela legislação, criando dois domínios distintos. O primeiro é caracterizado, principalmente, pelos objetos, edificações e monumentos; o segundo é o das práticas sociais. O enquadramento dado pelos decretos que regulamentam a proteção patrimonial parece ser o desdobramento de um modelo de interpretação da sociedade que coloca em polos opostos um campo inato e outro artificial, expressos nos pares natureza/cultura, indivíduo/sociedade, teoria/prática e humanos/objetos. Essas oposições parecem ser uma dominante na constituição do pensamento

---

Decreto-Lei nº 25/37 e na composição do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (Compac), assim como na sua área de atuação, limitada ao patrimônio cultural.

<sup>3</sup> A Lei Estadual nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995, atualizada pela Lei nº 18.030/09, estabeleceu os critérios para o repasse da cota-parte dos municípios mineiros sobre o ICMS. Critérios como o território, a população, o meio ambiente, a saúde, o turismo, a educação, os recursos hídricos, o esporte e o patrimônio cultural, entre outros, foram definidos para a distribuição de 25% dos recursos do ICMS. Os municípios recebem uma pontuação para cada um desses itens, conforme parâmetros definidos pela legislação estadual. Ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) coube propor a metodologia de pontuação dos municípios quanto ao critério patrimônio cultural equivalente a 1% do valor total repassado, além de apurar anualmente a pontuação de cada município nesse quesito. Para outras informações consultar: <<http://fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/leirobinhood/historico>>.

ocidental, aprisionando dentro dos seus limites muitos dos nossos empreendimentos intelectuais (GONÇALVES, 2010).

Para Bruno Latour (1994) o estabelecimento de dicotomias buscou atender a uma exigência de purificação e objetividade do projeto epistemológico da modernidade, estabelecendo uma partição entre o mundo natural, a sociedade com seus interesses e o discurso independente tanto da referência que o motivou quanto da sociedade. O empreendimento moderno direcionou nossa atenção para uma purificação objetiva, mas enquanto isso os híbridos de natureza e cultura se multiplicavam sob nossos olhos. As questões cotidianas apresentam-se de maneira híbrida e a vida intelectual moderna constituiu-se a partir de disciplinas distintas e separadas entre si. Sendo assim, quando o objeto estudado é um híbrido, a sua compreensão fica comprometida; a atitude é lapidá-lo lhe tirando camadas que são observadas em separado como se não fossem partes coligadas de uma rede (LATOURE, 1994). A legislação promoveu uma “purificação” do patrimônio, separando suas dimensões material/imaterial na tentativa de abordá-lo de maneira objetiva. Mas na prática das agências estatais pela preservação do patrimônio isso é possível? Ou os órgãos patrimoniais no exercício das suas tarefas estão criando híbridos de matéria e espírito?

Portanto, neste texto, analiso quatro processos de tombamento realizados em Contagem/MG, cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), entre 1998 e 2005<sup>4</sup>, investigando as relações entre as dimensões material e imaterial presentes no patrimônio edificado local. Em consonância com as ideias de Latour (1994), entendo que estas são partes coligadas. Minha argumentação procurou demonstrar como a justificativa para os tombamentos evidencia a conexão entre o intangível e o objeto concreto. Para realizar meu estudo entrevistei as funcionárias<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Contagem possui treze edificações tombadas pelo município: a Casa da Cultura Nair Mendes Moreira; o Parque Municipal Gentil Diniz; o Centro Cultural de Contagem; a Igreja Matriz de São Gonçalo; o Espaço Popular; o conjunto arquitetônico da Prefeitura Municipal; a Capela de São Domingos de Gusmão; a Casa dos Cacos de Louça; as chaminés e o prédio administrativo da antiga Companhia de Cimento *Portland* Itaú; a Capela Imaculada Conceição e Santa Edwiges; a Fazenda Vista Alegre (em ruínas); O Cine Teatro Municipal e a Capela Santo Antônio do Morro Redondo. E foi registrado, em 2014, como patrimônio imaterial em nível municipal e estadual a Comunidade dos Arturos, assim como o Reinado, a festa de Nossa Senhora do Rosário e a benzeção desenvolvidas pelo grupo.

<sup>5</sup> A Prefeitura de Contagem deslocou professoras de História e Geografia da rede pública para executarem a política municipal de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural. Esse grupo, nomeado como Núcleo de Memória, construiu dossiês e encaminhou o tombamento de edificações na área central e nos bairros da cidade.

da Prefeitura de Contagem que atuaram no processo de classificação das quatro edificações como patrimônios e a secretária do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Ambiental e Cultural de Contagem (Compac)<sup>6</sup>. Além disso, examinei os dossiês de tombamento e a documentação produzida pelo Compac.

### **A legislação patrimonial e os tombamentos em Contagem: protegendo o imaterial**

A institucionalização de uma política de proteção do patrimônio no município de Contagem ocorreu a partir de 1996, com a promulgação da Lei Municipal nº 2.842, que estabeleceu o tombamento como principal instrumento para a proteção do patrimônio ambiental e cultural do município. A legislação patrimonial de Contagem, segundo um informante, foi redigida com base no Decreto-lei nº 25, de 1937, e na lei de preservação do patrimônio de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Ambas contam com quatro livros do tomo<sup>7</sup>, sendo respectivamente o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no qual estão as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular; o Livro do Tombo Histórico, incluindo as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; o Livro do Tombo das Belas Artes, recebendo as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas, incluindo artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

Em Contagem, a legislação abriu dois livros: o Livro do Tombo Cultural, no qual se inscrevem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, e o Livro do Tombo Ambiental, recebendo os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CONTAGEM, 1996). A legislação municipal tem um caráter interessante ao listar como bens que poderão ser inscritos no Livro de Tombo Cultural referências imateriais, que haviam sido elencadas na Constituição Federal de 1988, no artigo

---

<sup>6</sup> As entrevistas foram realizadas pelo autor entre abril e novembro de 2012, na cidade de Contagem/MG.

<sup>7</sup> Após a aprovação pelo conselho do patrimônio local e a emissão de decreto, pelo poder executivo municipal, reconhecendo uma referência cultural material como patrimônio, ele é inscrito em um dos livros de tomo.

216, mas que ainda não possuíam, em 1996, um instrumento de proteção regulamentado<sup>8</sup>. Ela estabeleceu o tombamento como um instrumento de proteção de referências imateriais. Tal fato se mostra contraditório, na medida em que a natureza do tombamento é restritiva, quanto a alterações e adaptações na coisa tombada, o que para edificações e registros materiais pode até parecer possível, mas para formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, este procedimento não é entendido como algo viável.

Nas ações de reconhecimento e proteção do patrimônio em Contagem, no período estudado, o alvo foi sempre estruturas arquitetônicas e imaginárias; entretanto, na argumentação para justificar o tombamento das edificações, realizada pelas funcionárias da prefeitura e membros do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Ambiental e Cultural de Contagem (Compac)<sup>9</sup>, foi comum a valorização da dimensão subjetiva dos bens tombados em detrimento de elementos estilísticos. Cabe aqui refletir sobre o direcionamento dado às ações de proteção do patrimônio na cidade, uma vez que, mesmo tendo um instrumento que possibilitou a inclusão de referências imateriais entre as coisas protegidas, optou-se pelas edificações, mas a justificativa para os tombamentos buscou apoio no imaterial, como apresento a seguir.

O Decreto Municipal nº 10.466, de 02 de maio de 2000, tombou a Igreja Matriz de São Gonçalo, um retábulo em madeira, as imaginárias de Santa Luzia, Santa Helena, Nossa Senhora das Dores e de São Gonçalo do Amarante. A origem da Matriz de São Gonçalo remete à capela de taipa erguida no mesmo local da atual Matriz no século XVIII. Em função da inscrição gravada no cajado da imagem de São Gonçalo do Amarante acredita-se que a capela tenha sido construída em 1725. Foi no entorno da Capela que se formou o arraial de “Sam Gonçallo da Contagem”, núcleo inicial do povoado que originou Contagem. Segundo Campos e Anastasia (1991), provavelmente até 1840 a Igreja de São Gonçalo foi a única em “Sam

---

<sup>8</sup> O Decreto Federal nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, estabeleceu o registro como o instrumento de proteção dos bens de natureza imaterial e os procedimentos para sua inscrição em um dos seguintes livros de Registro: Livro dos saberes, Livro das celebrações, Livro das formas de expressão e Livro dos lugares. A legislação de Contagem foi decretada em 2005 e seguiu o mesmo formato do decreto federal.

<sup>9</sup> O Compac foi criado pela Lei Municipal nº 2.961, de 11 de julho de 1997, e tem caráter deliberativo e consultivo nas áreas da política cultural e do patrimônio cultural e ambiental de Contagem. É composto por 17 membros de forma paritária entre o poder público e a sociedade civil.

Gonçallo da Contagem”, o que favoreceu a devoção a São Gonçalo do Amarante, padroeiro dos viajantes. Em 1854, foi elevada a condição de Paróquia.

Ao longo dos anos a Igreja Matriz passou por inúmeras intervenções na sua estrutura. Segundo o dossiê de tombamento, a mais significativa foi realizada em 1969 para ampliação da nave. Nela ocorreu a demolição parcial da edificação, permanecendo apenas a fachada frontal que também sofreu modificações (CONTAGEM, 2000a). Além disso, os altares laterais e os arcos que dividiam a nave foram suprimidos. Durante os trabalhos para reconstrução da Igreja, as imaginárias, algumas com características remanescentes do século XVIII, ficaram sob a guarda das “famílias tradicionais” da cidade, moradores antigos da Sede do município, área que preserva algumas marcas da área urbana de “Sam Gonçallo da Contagem”.

O dossiê da Igreja Matriz de São Gonçalo recorreu ao depoimento do padre responsável pela Igreja e de uma frequentadora da Matriz, por muitos anos, para desenvolver a sua argumentação para o tombamento. Esses depoimentos relatam as atividades realizadas pela Paróquia e o envolvimento da comunidade local (CONTAGEM, 2000a). Além de lembrarem as intervenções feitas na fachada e na nave da Igreja ao longo dos anos, alterando sua estrutura e, segundo uma informante, promovendo a sensação de perda na comunidade que frequentou e/ou morou nos arredores da Matriz. Esse sentimento, segundo os entrevistados, gerou o desejo pelo seu tombamento.

Em 1976, o governo de Minas Gerais, por meio do seu órgão de Planejamento Metropolitano, o Plambel, realizou um cadastro das edificações de interesse histórico da RMBH. O órgão relacionou construções com características coloniais reconhecidas em uma primeira aproximação. Havia uma preocupação com a fachada dos imóveis, sendo a identificação e seleção das edificações realizada a partir da comprovação dos critérios estéticos e estilísticos, referência da arquitetura colonial, amplamente difundidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)<sup>10</sup>. Em Contagem foram incluídas no cadastro algumas edificações residenciais e comerciais com características coloniais. Provavelmente, as

---

<sup>10</sup> As cidades mineiras de Ouro Preto, Diamantina, Serro, Tiradentes e São João Del Rei, estilisticamente uniformes e tratadas para permanecerem assim, tornaram-se representação da noção de patrimônio cultural urbano difundida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que teve seu nome alterado, na década de 1970, para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (MOTTA, 2002).

intervenções e a demolição parcial da Igreja Matriz que descaracterizaram a sua arquitetura colonial foram os fatores responsáveis pela sua não inclusão no trabalho do Plambel.

Na sociedade ocidental é muito comum o tempo ser compreendido como um contínuo progressivo, com um passado, um presente e um futuro. Assim, temos uma concepção de tempo linear, onde os acontecimentos são históricos, irreversíveis e definitivos. A noção de patrimônio como uma herança, um legado por meio do qual um grupo social pode se reconhecer enquanto tal está intimamente ligada à concepção linear de tempo (ABREU, 2007). O patrimônio, nesse caso, é visto como um marco dos eventos do tempo passado e herdado pela geração presente. Nesse sentido, ele é um lugar de memória (NORA, 1993), capaz de objetificá-la, materializá-la em prédios, construções, monumentos e objetos que podem ser visitados e observados. A Matriz de São Gonçalo sofreu intervenções que a descaracterizaram e a impossibilitaram de objetificar a memória colonial de Contagem, ficando fora dos bens elencados pelo Plambel.

Segundo uma funcionária da prefeitura que trabalhou no tombamento da Matriz, a Igreja é apenas uma cápsula que envolve peças interessantes, pois ela sofreu muitas modificações que a descaracterizaram. O parecer do Compac avalia que as alterações sofridas pela Matriz não interferiu no imaginário do contagense e no seu vínculo religioso com a edificação (CONTAGEM, 2000a). Segundo o parecer, essa ligação pode ser comprovada pelas celebrações organizadas pela Igreja, principalmente o Jubileu de Nossa Senhora das Dores realizado desde 1854 e interrompido uma única vez ao longo dos anos. O Conselho ainda afirma que tomar a edificação e suas imagens de santos significava impedir que fragmentos da memória se perdessem pela ação do tempo (CONTAGEM, 2000a). Portanto, e segundo uma das responsáveis pelo dossiê da Matriz, o tombamento significou impedir que novas alterações fossem feitas na edificação.

A Igreja, conforme informado nas entrevistas com as funcionárias que participaram do seu tombamento, é um bem que foi tombado para preservar a história de Contagem no século XVIII e suas origens. Portanto, sua arquitetura deveria ser em estilo colonial, já que foi erguida por volta de 1725; mas, em função das sucessivas intervenções sofridas, ela foi descaracterizada. Se ela não é mais como a construção do século XVIII, por que tomar? Três argumentos são utilizados

para justificar o seu tombamento. O primeiro afirma que a Igreja guarda “reliquias”, como as imagens de santos que são de grande importância para a religiosidade mineira. Para fortalecer o argumento, o dossiê conta com um texto descrevendo o universo cultural do mineiro e suas festas em homenagem a santos, destacando a importância das imagens e sua relação com os festejos e práticas religiosas. O segundo conecta-se ao primeiro na medida em que utiliza da participação dos contagenses nas celebrações organizadas pela Igreja e a permanência do Jubileu de Nossa Senhora das Dores por mais de um século para demonstrar o envolvimento da comunidade com a Matriz. O terceiro refere-se ao impedimento imposto pelo tombamento para que novas intervenções sejam feitas na Igreja, interrompendo um processo de descaracterização da edificação e preservando os fragmentos da memória de Contagem.

A argumentação construída para justificar o tombamento da Matriz aproxima a dimensão material e a imaterial do patrimônio. Há um valor material na edificação, mas sujeitos protagonizaram relações, construíram sentidos e significados nesse lugar, constituindo uma dimensão subjetiva para essa referência cultural que extrapola sua materialidade. O patrimônio cultural reúne um conjunto de manifestações múltiplas, complexas e interdependentes dos inúmeros componentes, materiais e imateriais, da cultura de um grupo social. Além disso, os significados e valores atribuídos ao patrimônio dizem respeito aos aspectos físicos e subjetivos que envolvem sua dinâmica dentro da sociedade, bem como aos usos e sentidos determinados pelas ações de preservação dos bens culturais. O dossiê da Matriz busca uma aproximação entre as dimensões físicas e intangíveis da edificação, apontando que sempre haverá relações entre o material e o imaterial, ultrapassando os limites estabelecidos pelas legislações preservacionistas.

A legislação brasileira, por meio do Decreto Federal nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, contribuiu de forma significativa para preservação das referências culturais imateriais, mas colaborou para se estabelecer uma dicotomia, que concebe o imaterial a partir daquilo que não é material e vice-versa. Entretanto, em Contagem, no processo de tombamento da Matriz e de outras referências culturais da cidade, como o Espaço Popular, que analiso adiante, essas duas dimensões surgem conectadas na narrativa elaborada para legitimar o reconhecimento dessas edificações como patrimônios. Tal fato sugere que há uma distância entre a

legislação patrimonial e a prática dos profissionais do campo do patrimônio na cidade.

O Espaço Popular é um teatro ao ar livre, com capacidade para aproximadamente quinze mil pessoas. Ele é integrado a Igreja Matriz de São Gonçalo e foi inaugurado em 1985 com o objetivo de servir como local de realização de várias manifestações culturais, tais como, reuniões sindicais, estudantis, políticas; festivais de teatro, música e dança, e festas religiosas. Segundo o arquiteto Gustavo Penna, autor do projeto do Espaço Popular, ele é um equipamento plural, permitindo vários usos e interpretações, sempre se renovando dentro da dinâmica da cidade<sup>11</sup>.

Em 1983, por meio do Decreto Municipal nº 2.344, a Prefeitura de Contagem desapropriou a área para construção de um espaço cultural público. Segundo o dossiê de tombamento do Espaço Popular, a sua edificação era uma demanda da comunidade que sentia falta de um local na cidade para realização de festas, manifestações culturais e para a convivência (CONTAGEM, 2000b). Um dos objetivos da construção do Espaço Popular era projetar Contagem no cenário cultural do país, pois ele era o único com as suas características em Minas Gerais. Além disso, ele era a realização do desejo do contagense, carente por espaços de convivência na cidade, que pudessem promover a socialização de ideias e contribuir para o desenvolvimento da cidadania (CONTAGEM, 2000b). Segundo Gustavo Penna, o Espaço Popular compara-se a Ágora Grega<sup>12</sup>, pois através do convívio que ele proporciona, o exercício da cidadania é desenvolvido no município (CONTAGEM, 2000b).

O autor do projeto argumenta que Contagem era uma soma de fragmentos e sem personalidade. Ele afirma que a Sede do município, onde foi erguido o Espaço Popular, carrega a força simbólica capaz de representar a cidade, mas estava completamente distante de outros bairros da cidade. Conclui seu raciocínio apontando o Espaço Popular como o elemento capaz de dar unidade a Contagem, por meio das atrações culturais que ocorreriam ali e atrairiam para a Sede os moradores de outros bairros. O parecer do Compac também utilizou a capacidade

---

<sup>11</sup> Entrevista realizada em 06 de setembro de 2000 e transcrita no dossiê de tombamento do Espaço Popular.

<sup>12</sup> A Ágora é o espaço público por excelência. É nela que o cidadão grego convive com o outro, onde ocorrem as discussões políticas e os tribunais populares. É o espaço da cidadania e um símbolo da democracia direta.

do Espaço Popular em conectar os diversos bairros da cidade à Sede como argumento para justificar o seu tombamento (CONTAGEM, 2000b).

O dossiê de tombamento do Espaço Popular usa de depoimentos orais de frequentadores do local para comprovar a sua utilização pela comunidade da Sede e de outros bairros de diversas formas. Matérias de jornais de circulação municipal noticiando shows, festivais, celebrações religiosas e reuniões sindicais são reproduzidas no documento para comprovar a argumentação do uso e a capacidade do Espaço em promover momentos de sociabilidade para os moradores de Contagem. Sendo assim, o dossiê valoriza o Espaço pelo seu uso, não pela sua forma.

Tombado pelo Decreto Municipal nº 10.695, de 06 de dezembro de 2000, o Espaço Popular foi avaliado pelo Compac como o palco onde se guarda as memórias, os significados individuais e coletivos dos fazeres do homem (CONTAGEM, 2000b). Além disso, o Conselho justificou o tombamento do Espaço argumentando que a sua construção foi uma solicitação da própria comunidade por um local para realização de atividades coletivas e destaca a importância dele para conectar o cidadão de Contagem aos significados que a Sede carrega (CONTAGEM, 2000b). O documento, assim como o restante do dossiê, coloca em segundo plano os traços arquitetônicos da edificação e sua dimensão material. A discussão valoriza o uso e ocupação do Espaço e como as atividades realizadas no local estimulam os moradores de bairros distantes a conhecer e reconhecer os símbolos e significados presentes na Sede do município, núcleo mais antigo de assentamento urbano de Contagem.

O tombamento do Espaço Popular parece ser o resultado de um desejo em preservar uma força de atração para a Sede. Possibilitando aos moradores de Contagem se apropriarem dos significados presente nessa região da cidade. O entendimento dos responsáveis pela elaboração do dossiê é de que a Sede possui marcas da história de Contagem que podem ser vistos, mas que não são conhecidos pelos vários grupos sociais que formam a cidade. São traços presentes no traçado urbano, em termos de abertura de ruas e avenidas, no espaço construído, como prédios e demais edificações, como o Cine Teatro Municipal.

Em 1912, por meio da Lei Municipal nº 02, de 26 de junho de 1912, o Teatro União Contagense, uma edificação em pau-a-pique, foi desapropriado e incorporado

ao patrimônio municipal, recebendo o nome de Cine Teatro Municipal de Contagem. Ele foi construído no final do século XIX, em regime de mutirão, a partir da iniciativa do Conjunto Teatro União Contagense, uma associação de jovens envolvidos com as artes cênicas na cidade.

Em 1964, o prédio do Cine Teatro encontrava-se em péssimo estado de conservação e sua demolição foi autorizada pela Lei Municipal nº 570. No mesmo ano começou a construção de um novo edifício para abrigar as atividades culturais em Contagem. Erguido no mesmo lugar onde funcionou a edificação do século XIX, o atual Cine Teatro foi inaugurado em 1969 e apresentou inovações para a época, como por exemplo, o equipamento para exibição de filmes, as cadeiras da plateia e a própria arquitetura do prédio. A vida cultural do contagense até a metade do século XX concentrava-se no Cine Teatro e na Praça Silviano Brandão, ambos situados no largo da Igreja Matriz de São Gonçalo (CONTAGEM, 2001).

O Cine Teatro, conforme está no seu dossiê de tombamento, foi de grande importância para a sociabilidade dos jovens, para a cultura e o lazer dos contagenses (CONTAGEM, 2001). Ao longo dos anos recebeu filmes, diversas montagens teatrais, espetáculos de música, bailes de carnaval e *réveillon*, reuniões políticas e sindicais, encontros de professores e demais servidores da Prefeitura de Contagem, além de celebrações religiosas e formaturas de estudantes secundaristas e universitários.

As exibições cinematográficas marcaram as diferentes épocas do Cine a partir de 1969. Primeiro eram os *bang-bangs* italianos, logo depois vieram os filmes do Mazaropi e por último, já na sua fase decadente, eram exibidos os filmes de artes marciais e os pornográficos, conforme é apontado pelo dossiê de tombamento, que não deixa claro os anos em que ocorreu cada uma das fases. Mas, provavelmente, a última fase foi na segunda metade da década de 1970, pois nos anos 1980 o Cine foi fechado e reaberto na década de 1990, em condições precárias. O documento argumenta que um dos fatores da decadência do Cine foi a popularização do aparelho de televisão nas residências, desmotivando os contagenses a saírem de casa para atividades de lazer e cultura (CONTAGEM, 2001).

Durante o processo de elaboração do dossiê de tombamento do Cine Teatro foi realizada uma pesquisa em escolas da região onde fica o Teatro para apurar a

opinião da comunidade sobre a sua recuperação e reativação. Segundo uma das responsáveis pela pesquisa, a metodologia utilizada consistiu na distribuição de um questionário que era preenchido e devolvido para os pesquisadores. O dossiê informa que 440 pessoas participaram da pesquisa e a maioria apontou a necessidade da revitalização do Cine e sua utilização como espaço para espetáculos teatrais, de dança, música e para exibição de filmes (CONTAGEM, 2001).

O argumento defendido pelo dossiê de tombamento do Cine destaca sua importância como único equipamento cultural com as suas características na cidade e por isso deveria ser tombado. Aponta que a sua preservação significa a salvaguarda da identidade cultural do município e mais qualidade de vida para os cidadãos contagenses (CONTAGEM, 2001). Além disso, recorre a depoimentos de moradores antigos da Sede para demonstrar a estreita ligação do Cine com essas pessoas, que frequentaram as atividades culturais realizadas no local e, em alguns casos, contribuíram financeiramente para realização delas antes do período de decadência. As narrativas transcritas no dossiê são saudosistas de um tempo que já passou e que para seus autores ficou materializado na estrutura do Cine Teatro. Também consideram a restauração do Cine como uma ação urgente e necessária. A apresentação do dossiê para o Compac, em 2001, contou com a exibição de um vídeo para os conselheiros no Cine Teatro e foi destacado que era fundamental reunir recursos para sua restauração.

O Cine Teatro Municipal foi tombado pelo Decreto Municipal nº 10.806, de 31 de maio de 2001. O processo de tombamento pretendia, além de preservá-lo, colocá-lo em evidência, transformando-o em protagonista de um contexto histórico e cultural, para viabilizar recursos financeiros para sua revitalização. Atualmente, vários projetos de preservação do patrimônio estão direcionados para o atendimento de necessidades como a revitalização e renovação de equipamentos urbanos, de lazer e de turismo do que para a recuperação de um passado perdido, puro e supostamente imune a intervenção humana (GONÇALVES, 2012). O tombamento, dentro dessa perspectiva, foi o instrumento para destacar o Cine do cotidiano da cidade, dando-lhe uma segunda existência, agregando novos valores e despertando outros interesses sobre a edificação.

O Cine Teatro localiza-se no núcleo urbano de origem de Contagem, a Sede. Neste lugar da cidade foi instalada a prefeitura, a câmara municipal, a primeira escola municipal, além de ser o local onde fica a Igreja Matriz. O núcleo original de uma urbe é, potencialmente, referência para sua história, em função das marcas materiais do passado presente na arquitetura remanescente dos anos iniciais da cidade e preservadas ao lado das outras resultantes da transformação urbana. As cidades têm a propriedade de crescer de forma desmedida, além de sofrer os desgastes físicos inerentes à passagem do tempo e ao uso social do espaço urbano. Ainda passam por alterações de uso, que modificam, apagam ou destroem a função original de edificações e lugares (PESAVENTO, 2008).

O Cine Teatro sofreu com os desgastes físicos provenientes da ação do tempo, assim como o perfil das atrações exibidas foi se alterando ao longo dos anos até que entrou em decadência, sendo fechado nos anos 1980 e reaberto na década seguinte. A edificação comporta várias temporalidades com características distintas que provocam a pergunta: o que se pretendia preservar com o tombamento do Cine Teatro?

Uma das responsáveis pelo dossiê de tombamento do Cine, afirmou que a justificativa para seu tombamento era a forma como ele foi erguido, por meio de um mutirão. Ela disse que para a construção do Cine “houve o envolvimento de todas as pessoas da cidade” e “isso para nós foi de muita importância, porque mostrava como as pessoas participavam dos eventos culturais da cidade”. A edificação construída em mutirão no final do século XIX e municipalizada em 1912 foi demolida em 1964. Portanto, a construção alvo do tombamento é um prédio construído pelo poder público e inaugurado em 1969. O dossiê considera a relevância do Cine na vida cultural do contagense, destacando que por muitos anos ele concentrou as atividades culturais e de lazer de Contagem (CONTAGEM, 2001), referindo-se ao período anterior ao início da exibição dos filmes pornográficos. Conforme ouvi de uma informante, o Cine “era a diversão que a gente tinha [...] até que começaram a passar muitos filmes pornográficos, Tony Vieira<sup>13</sup> e outros e a comunidade se afastou um pouco, porque as pessoas aqui são muito tradicionais”.

---

<sup>13</sup> Mauri de Oliveira Queiroz, conhecido como Tony Vieira, nasceu em Dores do Indaiá/MG e veio para Contagem ainda criança com o sonho de ser artista. Passou pelo circo, foi animador de *telecatch*, e tornou-se ator de telenovelas, atuando na TV Itacolomi, em Belo Horizonte, e posteriormente na TV Excelsior, em São Paulo. A partir daí veio o cinema, primeiro como ator, depois

O patrimônio cultural além de conservar vestígios do tempo decorrido, pode, também, simular o seu contexto histórico, evocando um passado redimido de qualquer vestígio de conflito e oferecido ao público como verdadeiro e único (ANICO, 2005). O passado, nesse contexto, apresenta-se como um tempo perdido ou uma época de ouro, capaz de produzir conforto pessoal e coletivo (FORTUNA, 1997).

Classificar o Cine Teatro como patrimônio significou recuperar o seu passado entendido como relevante, pelas funcionárias da prefeitura, para a cidade; ou seja, a sua capacidade em promover a associação dos moradores para sua construção e seu papel no cenário cultural de Contagem. A sua revitalização parece completar o trabalho iniciado pelo tombamento no sentido de promover o esquecimento do período dos filmes pornográficos e de decadência, possibilitando a reprodução técnica de um contexto que pressupõe ser coerente com os valores e hábitos do grupo social ouvido para elaboração do dossiê de tombamento. Entretanto, o Cine não foi revitalizado e, em 2012, foi fechado para reformas e não tem data para reabertura.

No dossiê de tombamento da Capela Imaculada Conceição e Santa Edwiges, localizada no bairro Bela Vista, a argumentação presente no parecer do Compac identifica a construção como um elemento que preserva a memória coletiva dos habitantes do lugar, além de ser um marco do “desenvolvimento histórico do bairro” (CONTAGEM, 2000c). A sua construção foi o resultado do trabalho coletivo dos moradores do Bela Vista e dos habitantes do bairro vizinho, Bernardo Monteiro. A obra foi iniciada na década de 1930 e concluída entre as décadas de 1940 ou 1950. A distância da Matriz de São Gonçalo em relação ao bairro foi um dos fatores que levaram a comunidade local a erguer a Capela Imaculada (CONTAGEM, 2000c). O deslocamento do Bela Vista até a Sede era precário e, conforme relatou uma pessoa que fazia esse trajeto para se deslocar para o trabalho, provocava medo nos

---

acumulando a função de diretor. Tornou-se um dos cineastas mais conhecidos da rua do Triunfo, na Boca do Lixo, em São Paulo, e seus filmes de aventuras policiais e faroeste eram sucesso de bilheteria. Seu nome em Contagem sempre provocou opiniões controversas, misto de curiosidade e preconceito, pois a partir da década de 1980, para continuar garantindo o retorno financeiro, passou a produzir filmes pornográficos. Em 2001, a Lei Municipal nº 3.430 alterou o nome do Cine Teatro para Cine Teatro Tony Vieira; entretanto, a placa fixada na sua fachada continua mantendo o seu antigo nome.

pedestres que percorriam o trecho, pois era um local com poucas residências e sem movimento nas ruas.

O estilo arquitetônico da Capela Imaculada Conceição e Santa Edwiges é o neogótico. Ela possui vitrais estampados com cenas bíblicas em suas paredes laterais e fachada. Segundo o parecer do Compac, os vitrais tornavam a Capela única e, portanto, justificava o seu tombamento e sua restauração (CONTAGEM, 2000c). Outro argumento utilizado pelo Conselho afirma que a “autenticidade das ações coletivas como construtoras da memória coletiva e do patrimônio” tornava relevante tombar a edificação (CONTAGEM, 2000c). A construção da Capela Imaculada foi uma iniciativa da comunidade local. O terreno para erguer a Capela foi cedido por uma senhora que atuava com um grupo da região em situação de vulnerabilidade social; o material para construção foi doado pelos moradores do bairro e os vitrais, fabricados na Casa Conrado<sup>14</sup>, empresa localizada em São Paulo, foram pagos com as doações recebidas para a execução da obra.

A Capela Imaculada Conceição foi tombada pelo Decreto Municipal nº 10.446, de 14 de abril de 2000. Segundo uma entrevistada, a edificação é uma réplica da Capela de Nossa Senhora das Dores localizada no bairro Floresta, em Belo Horizonte. No dossiê está a afirmação de que o projeto realizado na capital foi adaptado, com a autorização do responsável, e reproduzido no Bela Vista, em proporções menores (CONTAGEM, 2000c). A Capela, uma vez inaugurada, ganhou destaque no cotidiano da comunidade do bairro, sendo indicada, pelo dossiê, como o elemento que aproximava e motivava práticas coletivas entre os moradores da região. Para justificar a sua argumentação, o dossiê recorre a depoimentos de moradores que discorreram sobre as atividades vivenciadas na Capela, como casamentos, batizados, festas religiosas e ações de assistência social.

O parecer do Compac sobre o tombamento considera a Capela Imaculada Conceição como a objetificação da memória do grupo que participou da sua construção e das várias pessoas que vivenciaram diversos eventos dentro da

---

<sup>14</sup> A Casa Conrado foi fundada em 1889 pelo alemão Conrado Sorgenicht (1835-1901), que havia desembarcado no país catorze anos antes, depois do fim da Guerra Franco-Prussiana. Desenvolveu a atividade do vitral, criando mais de 600 obras espalhadas por todo o Brasil. A Casa viveu dois períodos áureos, entre 1920 e 1935 e de 1950 a 1965, período em que foram confeccionados os vitrais da Capela Imaculada Conceição e Santa Edwiges. Sobre a Casa Conrado consultar: MELLO, Regina Lara Silveira. *Casa Conrado: cem anos do vitral brasileiro*. 1996. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

edificação. Ao mesmo tempo, ela é compreendida como um produtor de certa memória coletiva, que carrega símbolos capazes de desenvolver o sentimento de pertencimento do indivíduo ao grupo. As memórias dos grupos sociais se referenciam, também, nos lugares em que habitam e nas relações que constroem com estes. Os lugares são importante referência na memória dos sujeitos. Tombar a Capela Imaculada para o Compac foi preservar a capacidade associativa da comunidade daquela região, que viabilizou a construção da edificação (CONTAGEM, 2000c).

O Cine Teatro, a Igreja Matriz, o Espaço Popular e a Capela Imaculada foram inscritos no Livro do Tombo Cultural. Nele são inseridas as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. O livro abarca patrimônios intangíveis, além de materiais. Tal fato se mostra contraditório, na medida em que a natureza do tombamento é restritiva, quanto a alterações e adaptações na coisa tombada, o que para edificações e referências materiais parece possível, mas para formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, a imutabilidade não é compatível. Mesmo tendo um instrumento que possibilitou a inclusão de referências imateriais entre as coisas protegidas, as ações de proteção do patrimônio em Contagem focaram as edificações, mas a justificativa para o seu tombamento foi, em primeiro lugar, as formas de viver e fazer fruto de ações coletivas conectadas aos imóveis tombados.

Penso que alguns aspectos devem ser abordados sobre o caráter das práticas preservacionistas em Contagem. O primeiro refere-se a um “quadro social de memória”, conforme considerou Motta (2002)<sup>15</sup>, que conectou as ações de proteção do patrimônio ao padrão definido pelo Iphan, direcionando as iniciativas, tanto municipais como estaduais, para estruturas arquitetônicas urbanas. “Ou seja, o que foi selecionado como patrimônio nacional estabeleceu um padrão para patrimônio em geral – patrimônio *lato sensu*” (MOTTA, 2002, p. 126). Argumenta Regina Abreu (2007), que a tradição consolidada pelo Iphan, fortemente associada à cultura material, influenciou as gestões seguintes e as agências subnacionais de proteção patrimonial. A ação das funcionárias da prefeitura teve início dentro de um

---

<sup>15</sup> A autora utiliza a categoria criada por Halbwachs que considera os quadros sociais de memória como uma provocação para trazer à lembrança temas ou assuntos referentes a uma coletividade.

contexto que tornou natural e coerente sua prática voltada para o tombamento, fazendo com que a sua motivação correspondesse às expectativas dos envolvidos no processo. O alargamento do conceito de patrimônio cultural apresentado na Constituição de 1988 ampliou o universo dos bens culturais a serem protegidos, mas os mais de sessenta anos de atuação do Estado voltados para o material determinaram um enquadramento e orientaram as ações das agências e governos para o tombamento.

O segundo ponto parte da afirmação de Silvana Rubino (2008) sobre as distintas dinâmicas preservacionistas encontradas nos municípios brasileiros. Para a autora, a história de cada cidade, como ela é recontada e reinventada nas práticas e nos discursos preservacionistas, é o fator responsável pelo caráter das políticas de proteção. Tudo que a história urbana propicia como estigma, valorização, inclusão ou exclusão, determinam as estruturas que são atualizadas na prática de reconhecimento estatal de patrimônios (RUBINO, 2008). Portanto, qual o conteúdo das narrativas elaboradas para legitimar os tombamentos em Contagem?

### **Construindo argumentos para tombar: livros e oralidade**

A bibliografia tradicionalmente pesquisada sobre a cidade conta com dois livros, “Contagem: origens” (1991), de Carla Junho Anastasia e Adalgisa Arantes Campos, e “Contagem perante a História” (1978), de Geraldo Fonseca. A primeira obra foi escrita a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Contagem e o Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH/UFMG. A abordagem teórica da obra “Contagem: origens” preferiu uma linha mais estrutural a factual, evitando exaltar nomes, famílias ou grupos políticos. Em razão disso, o livro apresenta uma organização temática dos capítulos que representam faces da história da cidade. Seu conteúdo refere-se basicamente à Contagem dos séculos XVIII e XIX, mas no seu último capítulo ele aborda alguns aspectos sobre as transformações ocorridas no cenário urbano do município, como as frequentes demolições do casario colonial e aponta que “a dinâmica destruição dos bens culturais facilita a perda da identidade histórica” (CAMPOS, ANASTASIA, 1991, p.133).

A obra de Geraldo Fonseca (1978), uma publicação da Prefeitura Municipal de Contagem, se organiza de maneira cronológica, pretendendo “revelar” a história de Contagem. “Preferimos enfaixar em suas páginas o máximo de dados referente à História de Contagem – fatos, nomes e datas – visto, com muita honra, estarmos dando início a um importante levantamento” (FONSECA, 1978, p. 9). O autor inicia sua obra com a origem da ocupação da região, provavelmente, em 1716 e segue descrevendo traços econômicos, políticos, religiosos e sociais até o ano de 1978 quando o livro é escrito. Destaca nome de famílias, políticos e membros do clero que teriam construído a história da cidade. É um livro que descreve fatos sem problematizá-los, valorizando pessoas e acontecimentos em detrimento do contexto e da dinâmica social de Contagem.

As obras, “Contagem: origens” e “Contagem perante a história” tornaram-se literatura “oficial” e “obrigatória” para conhecer a história de Contagem. A narrativa exposta nesses dois títulos foi recontada pelos pesquisadores nos dossiês de tombamento das edificações analisados anteriormente. Além dessa bibliografia, eles fazem uso da fonte oral para construir sua argumentação. Os responsáveis pelos processos de tombamento argumentaram que privilegiaram a “tradição oral” em função da falta de documentos sobre as edificações e sobre a própria história da cidade que permitissem pesquisas mais aprofundadas. Foram entrevistados para os dossiês grupos de moradores antigos da Sede, denominados de “famílias tradicionais”, que são considerados guardiães da história de Contagem, pelas funcionárias da prefeitura envolvidas nos tombamentos, e, portanto, possuidores de valor simbólico e relevância para preservação da memória da cidade. Os depoimentos foram gravados, transcritos e anexados aos dossiês para exemplificar ou justificar a argumentação desenvolvida no documento; foi feito um recorte na trajetória de vida do sujeito entrevistado para direcionar seu testemunho para a história da edificação que estava sendo estudada.

Para Gonçalves (2002) os objetos identificados e preservados como patrimônios culturais são discursivamente construídos. Isto é, eles não existem como tais até que os classificamos dessa forma em nossos discursos. Os patrimônios são, portanto, gêneros de discurso – oral ou escrito – que partem de um autor individual ou coletivo em direção a outros discursos para respondê-los. Sendo assim, eles não são objetos, coleções ou outra manifestação qualquer que exista por

si mesma; assim como não são discursos independentes, mas inseridos em uma cadeia interminável de declarações, na qual eles estão sempre respondendo a algum outro (GONÇALVES, 2002). É importante explicar que a categoria “discursos” é utilizada pelo autor como um enunciado que traz consigo uma visão de mundo com concepções de tempo, espaço, sociedade entre outras. Nesse sentido, o patrimônio ganha seus contornos e limites em uma narrativa que apresenta, dentro de um tempo e espaço determinados, uma sucessão de fatos, seus significados e a que se referem, estabelecendo um enredo sistemático.

As práticas de proteção patrimonial em Contagem buscaram nas narrativas produzidas por moradores antigos da urbe significar o objeto dentro do contexto cultural da cidade, justificando sua importância para o tombamento. As funcionárias da prefeitura deflagram os processos de tombamento e indicam aqueles a quem o patrimônio está conectado, na medida em que selecionaram pessoas, no caso fontes, para informar sobre a história da edificação e inseri-la dentro da história de Contagem. Realizaram um procedimento onde o patrimônio constitui-se como o reflexo das memórias narradas pelos entrevistados e transcritas nos dossiês de tombamento.

Algumas das funcionárias da equipe responsável pelos dossiês também são moradores da Sede por muitos anos e sua vivência na cidade lhes conferiu um *status* diferenciado entre o grupo que conduziu os processos de tombamento. Esses sujeitos agregaram à sua experiência de vida na cidade um grande conhecimento das duas bibliografias “oficiais” sobre a história de Contagem e tornaram-se referência para as pesquisas da equipe responsável pelo patrimônio cultural do município, conforme afirmado pelos entrevistados. A narrativa elaborada por esses sujeitos equipara-se com a exposta em Fonseca (1978) e Anastasia e Campos (1991); portanto, apresenta certa estabilidade e controle, uma vez que está registrada pela escrita que também lhe confere uma possibilidade de verificação e uma sensação que o passado existiu (GOODY; WATT, 1968).

A narrativa presente nos dossiês serve aos grupos sociais que a contam como uma forma de localização deles dentro do universo cultural de Contagem. Vincula as pessoas e é um meio de autoconsciência individual e coletiva. Determina formas de relacionamento entre os membros do grupo que narra e com o outro. Ela não é única, mas está comprometida com uma versão do passado e, sendo assim,

varia em torno dela. Pode incluir diferentes materiais, organizá-los em diversos temas, atribuir-lhes múltiplos aspectos e relatá-los a audiências variadas, mas precisa ser satisfatória à matriz de origem.

### Considerações finais

A convicção da separação entre o domínio material e o imaterial, distinção que permitiu conferir objetividade a edificações e inerente subjetividade ao social, assim como a instrumentalidade passiva aos objetos e a agência coercitiva dos valores, não é mais absoluta. Não existe um domínio social autônomo para ser confrontado com os fatos materiais de uma cidade, pois tais fatos são representados nas relações sociais e manejados por elas (STRATHERN, 2014). Observando os objetos dentro dessa rede de conexões e vínculos que é a sociedade pode-se constatar o papel mediador e estruturador do material para o social e vice-versa. Isto é, os objetos afetam a dinâmica individual e coletiva dos sujeitos para além da sua função prática (GONÇALVES; GUIMARÃES; BITAR, 2013).

Dizer que quatro edificações foram tombadas em Contagem, que o executivo local as reconheceu como patrimônios culturais da cidade e referências identitárias da comunidade não representa a complexidade e as ambiguidades desse processo. A mais forte delas é o que pretendiam preservar com o tombamento: a edificação em si ou o contexto social na qual ela está ou estava inserida? Dentro da lógica dicotômica da legislação patrimonial a resposta é simples; pois se usaram o instrumento do tombamento visaram preservar a estrutura física. Mas quando exploramos a argumentação para justificar os tombamentos, valorizando práticas sociais em detrimento de aspectos estéticos, essa resposta não se sustenta. Mesmo para a construção do argumento para os tombamentos as duas dimensões, a material e a imaterial, estão conectadas por um caminho de mão dupla. Usam da fonte oral, mas articulam o seu conteúdo com a bibliografia reconhecida como “oficial” sobre a cidade, buscando uma estabilidade, que em contrapartida exige um comprometimento com a sua versão sobre o passado de Contagem e o abandono de outras interpretações possíveis. O fato aqui é que não há como separar edificações ou outro objeto qualquer da vida social.

Ao longo do texto, analisando os tombamentos em Contagem, procurei mostrar o material e o imaterial não como entidades distintas e exclusivas, mas como pontos coligados, onde o social estrutura-se em volta e com os objetos em um campo de relações no qual eles surgem e assumem as suas formas particulares em relação aos outros. Nesse sentido, o material é relativo a um sujeito ou coletivo e nunca é completo, está em constante construção, dentro de um processo histórico. O que quero destacar aqui é que o imaterial e o material são elementos que se transformam constantemente em função das suas interações. São elementos dinâmicos e imprevisíveis, pois aquilo que presenciamos, hoje, como elemento constitutivo de um patrimônio cultural material ou imaterial pode, amanhã, não fazer mais parte do bem, pode ter ganhado nova forma, outro significado ou mesmo ter sido abandonado.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Regina. Patrimônio cultural: Tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 263-285.

ABREU, Regina. Patrimônio: ampliação do conceito e processos de patrimonialização. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (org.). *Questões Indígenas e Museus: Debates e Possibilidades*. São Paulo: MAE-USP; Secretaria de Estado da Cultura-SP, 2012, v. 1. p. 28-40.

ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 71-86, 2005.

CAMPOS, Adalgisa Arantes; ANASTASIA, Carla M. J. *Contagem: origens*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1991.

CONTAGEM. Lei nº 2.842, de 29 de abril de 1996. Estabelece a proteção do Patrimônio Cultural e ambiental de Contagem, atendendo ao disposto no artigo 166, inciso V da Constituição Estadual e artigo 156 da Lei Orgânica Municipal, e dá outras providências. *Diário Oficial de Contagem*, 29 abr. 1996. Disponível em: <<http://www.contagem.mg.gov.br/?legislacao=378997>>. Acesso em: 12 out. 2012.

CONTAGEM. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Dossiê de tombamento da Igreja Matriz de São Gonçalo*. Contagem: Superintendência de Cultura, 2000a.

CONTAGEM. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Dossiê de tombamento do Espaço Popular*. Contagem: Superintendência de Cultura, 2000b.

CONTAGEM. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Dossiê de tombamento da Capela Imaculada Conceição e Santa Edwiges*. Contagem: Superintendência de Cultura, 2000c.

CONTAGEM. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Dossiê de tombamento do Cine Teatro Municipal*. Contagem: Superintendência de Cultura, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 15-30, 2005.

FONSECA, Geraldo. *Contagem perante a História*. Contagem: Edição da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Prefeitura Municipal de Contagem, 1978.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 59-80.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônio e memória. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, p. 127-141, fev. 1997.

GALLOIS, Dominique Tilkin (org.). *Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas: exemplos no Amapá e norte do Pará*. São Paulo: Iepé, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As Implicações da Relatividade. *Suplemento Cultural da Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, jan. 2010.

\_\_\_\_\_. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Goiânia: ABA Publicações, 2012. p. 59-73.

\_\_\_\_\_. Monumentalidade e cotidiano: o patrimônio cultural como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, L.L. (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 108-123

GONÇALVES, J. R. S.; GUIMARÃES, R. S.; BITAR, N. P. (orgs.). *A alma das coisas: patrimônios, materialidade e ressonância*. Rio de Janeiro: Mauad X e Faperj, 2013.

GOODY, J.; WATT, I. The consequences of literacy. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). *Literacy in traditional societies*. Cambridge University Press, 1968. p. 27-68.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Da matéria ao sujeito: inquietação patrimonial brasileira. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 605-632, 2009.

LEAL, João. Cultura, Patrimônio Imaterial, Antropologia. In: *Políticas Públicas para o Patrimônio Imaterial na Europa do Sul*. Atas do Colóquio Internacional, Lisboa: DGPC/ Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

MOTTA, Lia. Cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002. p. 124-139.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. *Revista Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2008.

RUBINO, Silvana. Nem findas nem lindas: cidades e gestão da memória. In: LEITE, Rogério Proença (org.). *Cultura e vida urbana: ensaio sobre a cidade*. São Cristovão: Editora UFS, 2008. p. 145-170.

STRATHERN, Marilyn. O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto? In: \_\_\_\_\_. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: CosacNaify, 2014. p. 231-240.

**Artigo recebido em 15 de maio de 2016. Aprovado em 19 de fevereiro de 2017.**

## O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO PATRIMONIAL NO BAIRRO HISTÓRICO DE COLÔNIA DO SACRAMENTO, URUGUAI

Michel Constantino Figueira<sup>1</sup>  
Bianca Medeiros Riberás<sup>2</sup>

**Resumo:** este artigo analisa o processo de desenvolvimento do turismo patrimonial no *Bairro Histórico da cidade de Colônia do Sacramento*, Uruguai, inscrito na *Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade*, pela UNESCO, em 1995. O *Bairro* é um conjunto excepcional de arquitetura colonial portuguesa do século XVII que passou por diversas ações de intervenção patrimonial nas últimas cinco décadas. Essas ações foram incentivadas pelo interesse turístico que sempre permeou os discursos e práticas de patrimonialização local. Anteriormente à sua chancela internacional, sua condição patrimonial já era promovida como um diferencial turístico, mas sem grande relevância. Contudo, foi através da reconstrução do seu conjunto urbano, a partir da década de 1960, aliada ao incentivo turístico-comercial e a inscrição pela UNESCO que o Bairro desenvolveu-se como atrativo turístico-patrimonial.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural; Turismo; Desenvolvimento.

**Abstract:** this article examines the development process of heritage tourism in *Historic Quarter of the city of Colonia do Sacramento*, Uruguay, listed by UNESCO as a World Heritage Site in 1995. The *Historical Quarter* is an exceptional set of portuguese colonial architecture of the seventeenth century that has gone through several actions of heritage intervention in recent decades. These actions were encouraged by tourist interest that has always permeated the speeches and local cultural heritage practices. Before to its international recognition, its cultural heritage condition was promoted as a tourist differential, but no great importance. However, it was through the reconstruction of its urban set, from the 1960's, coupled with the tourist-commercial incentive and seal by UNESCO that the *Historical Quarter* has become an example of heritage tourism destination.

**Keywords:** Cultural Heritage; Tourism; Development.

### Introdução

A evolução do fenômeno turístico patrimonial está associada a discursos e ações de ordem política local e a criação de organismos representativos da proteção ao patrimônio histórico e cultural, nos níveis local, nacional e internacional. O mais importante desses organismos, a *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO) atua nas orientações, práticas e programas em torno da chancela e da gestão do chamado *Patrimônio Cultural da Humanidade*.

<sup>1</sup> Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Professor do Curso de Tecnologia em Hotelaria da UFPel. E-mail: michelhotelariaufpel@hotmail.com

<sup>2</sup> Tecnóloga em Gestão do Turismo pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e Especialista em Gestão Empresarial pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: biancambtur@terra.com.br

Muitas vezes, o interesse turístico constitui o argumento principal das ações de proteção, restauração e inscrição pública da cultura, material ou imaterial, transformada em patrimônio cultural. O patrimônio, por sua excepcionalidade e raridade passa, assim, a representar a motivação principal do empreendedorismo comercial com foco em demandas potenciais de visitantes orientados pelo contato com o passado impresso naquele.

O *Bairro Histórico da Cidade de Colônia do Sacramento*, no Uruguai, inscrito na *Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade*, pela UNESCO, em 1995, constitui-se de um exemplo excepcional de valorização e projeção do patrimônio histórico-arquitetônico que, historicamente, condicionou a valorização patrimonial à perspectiva estratégica de desenvolvimento turístico patrimonial.

O objetivo geral deste artigo é apresentar o resultado de um estudo teórico-documental sobre o processo de evolução do turismo patrimonial no *Bairro Histórico de Colônia do Sacramento*, Uruguai, *Patrimônio Cultural da Humanidade*.

O trabalho foi dividido em: definição prévia de objeto de investigação; deslocamento para observação direta do sítio analisado, com aplicação de protocolo de observação (data, local de investigação e observações em geral) e registros fotográficos; coleta, cópia e análise de documentos antigos e atuais, (livros, folhetos, mapas, arquivos, planos de gestão e leis), cujos conteúdos destacam referências à formação histórica do turismo, da patrimonialização e do turismo patrimonial local; análise, interpretação e organização dos materiais e dados coletados em bibliotecas, departamentos públicos, museus, centros culturais, sebos e outros organismos, públicos e privados, ligados ao patrimônio e ao turismo local; e, por fim, elaboração e envio para publicação de artigo científico com os resultados da investigação.

Este trabalho é resultado de atividades de investigação desenvolvidas, entre os anos de 2013 e 2015, junto ao *Bairro Histórico da cidade de Colônia do Sacramento*, Uruguai. Esse *Bairro Histórico* constitui-se de um exemplo de desenvolvimento turístico baseado em um contexto patrimonial particular.

### **Patrimonialização e turismo patrimonial**

O desenvolvimento do turismo patrimonial cultural está associado ao surgimento, na Europa, da motivação política internacional de proteção ao

patrimônio europeu e internacional. Essa motivação se manifesta após a *Segunda Guerra Mundial*, mais precisamente a partir da segunda metade da década de 1940. Nesse período, solidificou-se na Europa Ocidental um sentimento protecionista diante dos efeitos do conflito sobre a cultura material e imaterial do continente. Isso culminou com a criação, em 1945, da *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO) e sua política centralizadora de chancela, gestão e proteção do chamado *Patrimônio Cultural da Humanidade*.

A UNESCO tem um papel estratégico na interpretação e nas ações de valorização e proteção de bens culturais que passaram a ser interpretados e geridos sob sua chancela como bens de importância universal-excepcional. Sob a influência da UNESCO, historicamente, os olhos institucionais de diversos Estados Nacionais do mundo todo se voltaram para o próprio passado, para a própria memória e para a própria identidade.

Do ponto de vista conceitual, o patrimônio cultural é a representação material e/ou imaterial da memória transmitida e legada entre gerações de um determinado grupo social. Esse grupo atua, por meio de intervenção política ou científica, gerando sentidos de valor sobre a cultura que torna-se institucionalizada, transformando-se em patrimônio. Essa ação é promovida através de políticas e práticas de ordem protecionista que consideram o patrimônio um “testemunho” temporal (DIAS, 2006, p. 68).

*A Carta Internacional do Turismo Cultural (2007) considera que*

Patrimônio é um conceito amplo e inclui tanto o ambiente natural como o ambiente cultural. Abrange paisagens, locais históricos, sítios e ambientes construídos, bem como a biodiversidade, coleções, práticas culturais passadas e continuadas, conhecimentos e experiências vividas. Ele registra e exprime o longo processo do desenvolvimento histórico, formando a essência das diversas identidades nacionais, regionais, indígenas e locais, e é uma parte integrante da vida moderna (CARTA INTERNACIONAL DO TURISMO CULTURAL, 2007, p. 2).

O patrimônio cultural é considerado, atualmente, um conjunto de bens e referências materiais e imateriais, que foram legados pelos antepassados e que, em uma perspectiva de sustentabilidade, deverão ser transmitidos aos descendentes, acrescidos de novos significados, os quais, provavelmente, deverão sofrer novas interpretações de acordo com novas realidades socioculturais (DIAS, 2006).

No que tange particularmente a condição de materialidade do patrimônio cultural (objeto foco deste trabalho) pode-se interpretá-la como a sua condição tangível, tátil, percebida sensorialmente:

O patrimônio cultural material – ou tangível – está constituído por: construções antigas, ferramentas, objetos pessoais, vestimentas, museus, cidades históricas, patrimônio arqueológico e paleontológico, jardins, edifícios militares e religiosos, cerâmica, esculturas, monumentos, documentos, instrumentos musicais e outros objetos que representam a capacidade de adaptação do ser humano ao seu meio ambiente e a forma de organização da vida social, política e cultural (DIAS, 2006, p. 68).

Já o chamado *Patrimônio Cultural da Humanidade* considera, como fundamento de sua classificação, a autenticidade de um bem cultural, que faz dele singular, a partir de critérios que legitimam a sua universalidade:

- 1) Constituir-se em obra-prima do gênio humano;
- 2) Representar conjunto de influências considerável nos monumentos, na arquitetura, nos conjuntos urbanos e paisagens;
- 3) Aportar testemunho único de uma civilização ou tradição cultural;
- 4) Oferecer exemplo eminente de construção arquitetônica;
- 5) Constituir-se de um exemplo de ocupação humana no território; e,
- 6) Ser materialmente associado a tradições, ideias, crenças e obras artísticas (BO, 2003)

Tecnicamente, a UNESCO classifica e chancela o *Patrimônio Cultural da Humanidade*, como:

- Os monumentos – obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estrutura de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência;
- Os conjuntos – grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os locais de interesse – obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL, 1972)

A institucionalização do intitulado *patrimônio* passa por um processo chamado *Patrimonialização*. Esse processo, conduzido por uma política pública de registro ou intervenção, desperta no patrimônio valores que legitimam sua proteção e conservação, considerando seus atributos memoriais, estéticos, artísticos, científicos e – com base nos resultados desse trabalho – econômicos.

Os Estados Nacionais (nas esferas locais, municipais, estaduais e federais) e mesmo a UNESCO (em escala internacional) conduzem as políticas de proteção patrimonial, nacional e internacional, por meio de ações estratégicas conhecidas como inventário, tombamento, restauração, conservação, requalificação, revitalização, museificação, entre outras nomenclaturas técnicas. Segundo Pérez (2009), com base nessas ações estratégicas, a patrimonialização torna-se um processo que está intimamente associado à institucionalização da cultura, portanto, obedece a instrumentalizações pragmáticas (PÉREZ, 2009).

### **Turismo patrimonial e patrimonialização**

Alguns processos de patrimonialização tendem a promover o incentivo ao desenvolvimento do turismo, enquanto setor da economia e fenômeno sociocultural. Conseqüentemente esses processos tendem a basear-se em interesses econômicos, de negócios, pois é a economia que move a cadeia produtiva do turismo patrimonial:

A indiferença e o ostracismo imperantes nas décadas passadas, demonstrados pela classe político-econômica e refletida socialmente, que priorizam o desenvolvimento e o progresso acima de tudo, vêm cedendo lugar a uma tendência de valorização do acervo cultural, entendendo, sobretudo, que sua preservação abra portas a uma das atividades econômicas que mais cresce na atualidade: o turismo (SIMÃO, 2006, p. 17).

O turismo, enquanto setor da economia de serviços desenvolve-se para atender um mercado particular e constitui-se como um argumento fundamental nas práticas patrimoniais protecionistas, já que tende a justificar investimentos pesados (públicos e privados) na revitalização e manutenção (e mesmo promoção) dos bens patrimoniais valorizados. Dessa forma, a credibilidade do incentivo à patrimonialização é legitimada pelo simples fato de que “o monumento, ou cidade,

tombado, transforma-se, quase de imediato, numa atração turística” (BARRETO, 2007, p. 121). Isso promove a inserção dos destinos em um mercado internacional que capitaliza turisticamente o patrimônio cultural dos mesmos:

É precisamente nessa globalização da cultura urbana que a preservação do patrimônio urbano se destaca hoje como uma das principais estratégias para o renascimento de certas cidades, ao inseri-las no mapa turístico cultural mundial (JACQUES, 2003, p. 37).

As propostas de patrimonialização urbana, com fins turísticos, partem tanto de iniciativas políticas do Estado, quanto de grupos e agentes ligados direta e indiretamente à iniciativa privada (empresários, profissionais liberais) que estimulam a preservação do patrimônio urbano como um “empreendimento lucrativo, que tem base no turismo cultural globalizado” (JACQUES, 2003, p. 35). Isso demonstra que na apropriação mercadológica do turismo “é o destino econômico do patrimônio que guia os critérios empregados de preservação” (DIAS, 2006, p. 94).

A pesquisadora Margarita Barreto (2007) explica que a partir da década de 1980, projetos público-privados de revitalização de imóveis isolados ou em conjunto transformaram o patrimônio-urbano dos mais diversos lugares em espaços comerciais, de entretenimento e turístico, com um forte trabalho em torno da imagem do passado (BARRETO, 2007). Esse incentivo ao desenvolvimento turístico associado à patrimonialização, nos últimos 40 anos, projetou uma especulação do patrimônio das cidades, através de “propostas preservacionistas para os centros históricos, que se tornam receptáculos de turistas” (JACQUES, 2003, p. 33).

Esses turistas, em suas motivações de viagem, consideram, cada vez mais, a oportunidade de obter um contato sensorial com os bens cancelados e reconhecidos como patrimônio.

Nessa lógica, o turismo patrimonial pode ser classificado como a prática turística motivada pelo contato com bens culturais valorizados, registrados, restaurados e conservados por organismos de proteção ao patrimonial cultural.

Os pesquisadores Huibin, Marzuki e Abduzrazak (2012) em seus resultados de investigação sobre a dimensão do turismo patrimonial cultural na China – mais precisamente em cidades canceladas como *Patrimônio Cultural da Humanidade* pela UNESCO – conceituam o mesmo (*Cultural Heritage Tourism - CHT*) da seguinte forma:

CHT is a special tourism product with reference to tradition, festivals, industries and places with strong diversity and territoriality, including irreplaceable historic elements along with cultural and natural resources, such as a built structure and surroundings, cultural landscapes, ruins and archaeological sites, historical communities and sites, museums, performing arts and other similar aspects<sup>3</sup> (HUIBIN; MARZUKI; ABDUZRAZAK, 2012, p. 40).

Contudo, ao conceituar o *CHT* os mesmos investigadores não destacaram a condição de reconhecimento público (nacional ou internacional) de proteção legal da cultura, material ou imaterial, atrativa a esta forma de turismo. Ou seja, seu conceito é basicamente mais um simples conceito de turismo cultural (HUIBIN; MARZUKI; ABDUZRAZAK, 2012).

O turismo patrimonial, de orientação nostálgica, surgiu como uma manifestação social de consumismo da memória e manifesta a mesma condição motivacional das viagens culturais do passado e do turismo cultural do presente. Contudo, o turista patrimonial possui a característica de ser motivado (principal ou secundariamente) pelo deslocamento, contato e consumo de destinos protegidos e conservados por políticas e práticas patrimoniais.

Essa projeção do turismo patrimonial forjou-se no decorrer do século XX, a partir do papel desempenhado pela chamada indústria cultural (indústrias cinematográfica, fonográfica, de eventos culturais, da literatura e da museologia), pelo papel da mídia (publicidade, propaganda, marketing, documentários e programas de TV aberta e a cabo), pelos estudos e práticas acadêmicos (ensino, pesquisa, extensão, publicações diversas e outros trabalhos técnico-científicos), pela elaboração e comercialização de produtos turísticos (roteiros temáticos e equipamentos de entretenimento) e pelas políticas públicas e programas de valorização e promoção do turismo e do patrimônio.

Essas políticas turístico-patrimoniais foram desenvolvidas e executadas, principalmente, pela indústria do turismo cultural que produziu e comercializou os destinos patrimoniais a partir da estruturação comercial dos mesmos: criação de

---

<sup>3</sup> “CHT é um produto especial de turismo com referência à tradição, festivais, indústrias e locais com forte diversidade e territorialidade, incluindo elementos históricos juntamente com recursos culturais e naturais, tais como uma estrutura construída e seus arredores, paisagens culturais, ruínas e sítios arqueológicos, comunidades e sítios históricos, museus, artes cênicas e outros aspectos similares”. (tradução nossa)

produtos e atrativos culturais (museus, memoriais, centros culturais, práticas interpretativas e experienciais, roteiros temáticos e pacotes personalizados, celebrações e eventos diversos); oferecimento de serviços turístico-culturais; e, configuração de marcas publicitárias que promovem a autenticidade de um determinado destino, mas seguindo tendências e padrões internacionais.

O *Bairro histórico da cidade de Colônia do Sacramento, Patrimônio Cultural da Humanidade*, desde 1995, é um exemplo de desenvolvimento turístico resultante de políticas públicas e práticas de patrimonialização.

### **O desenvolvimento turístico-patrimonial do *Bairro Histórico de Colônia do Sacramento***

A cidade de Colônia do Sacramento está localizada no Departamento de Colônia, Uruguai, às margens do Rio da Prata, América Latina, a 180Km da Capital uruguaia Montevideo e 45Km de Buenos Aires, pelo Rio da Prata. Segundo os dados do último Censo uruguaio (2011), Colônia do Sacramento possui uma população de 26231 habitantes (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, 2011).

A área do chamado *Bairro Histórico* (antiga cidade de Colônia do Sacramento e antigo *Barrio Sur*) compreende o eixo da Rua Ituizango até as margens do Rio da Prata. Sua superfície total é de 18 hectares, y compreende 33 quadras de diferentes formas e dimensões que ocupam 9,7 hectares subdivididos em 284 prédios privados (PLAN DE GESTIÓN DEL BARRIO HISTÓRICO DE COLONIA DEL SACRAMENTO, 2012).



Fig. 1 – Vista aérea do *Bairro Histórico de Colônia do Sacramento*

Fonte: *Plan de Gestión del Barrio Histórico de Colonia del Sacramento* (2012, p.16)

Do ponto de vista de seu conjunto patrimonial, o *Bairro Histórico da Cidade de Colônia do Sacramento* possui singulares valores arquitetônico-urbanísticos com predominância principal de arquitetura popular e traçado colonial português dos séculos XVII e XVIII.

O despertar e o entendimento do valor patrimonial do *Bairro Histórico de Colônia do Sacramento* ocorreram em distintas fases, sempre destacando valores diversos impressos nas ruínas, nos casarios e nos monumentos que integram o conjunto urbano patrimonial local.

Além da condição simbólico-memorial, desde o princípio, o valor patrimonial local foi interpretado, também, sob a ótica econômica, mais precisamente a partir da sua potencialidade turística. Sob uma justificativa nacionalista, a patrimonialização no *Bairro Histórico* começou oficialmente com um despertar para a importância de sua reconstrução, no fim da década de 1960, chegando ao auge com sua declaração como *Patrimônio Cultural da Humanidade* pela UNESCO, em 1995.

Contudo, a preocupação patrimonial local é bem anterior a este período de reconstrução do *Bairro*.

Pio Santiago (1982) destacou que em um texto atribuído à Pedro Onorá – escrito para o periódico *La Colonia* na década de 1900 – este autor criticava o

*Bairro Sul*<sup>4</sup> de Colônia do Sacramento, visto por ele como tipicamente pobre e boêmio e marcado por um desgraçado golpe de vista aos visitantes de Colônia:

‘Asi se llama el barrio, que desde el punto de vista estético representa un montón de escombros y desde el punto de vista higiénico, un foco permanente de infección [...] Las ruinosas casuchas que ofrecen el desgraciado golpe de vista de un montón de basuras junto a las murallas pueden desaparecer y dejar sitio limpio a las nuevas construcciones de casitas baratas, higiénicas, casitas para obreros, para gente humilde, bien alienadas en calles correctas que le den aspecto presentable y lo reincorporen en “traje” decente al conjunto de nuestra ciudad, tan visitada por forasteros que alaban su posición topográfica pero que no pueden menos que señalar una mueca de protesta ante estos “parches” locales que no nos favorecen nada’ (SANTIAGO, 1982, p. 16).

Criticando a visão de Pedro Onorá (em Santiago, 1982), o pesquisador uruguaio Cristian Pós Dalmas (2004) cita que na visão elitista local, à época, o progresso e a classe dominante estavam ao leste do *Bairro Sur* e, na visão desta classe, “el atraso y la barbarie en el mismo Barrio Sur” (POS DALMÁS, 2004, p. 8). Isso é legitimado no *Plano de Gestão do Bairro Histórico de Colônia do Sacramento (2012)* onde consta que, em grande parte do século XX, o atual *Bairro Histórico* era considerado uma área marginal e periférica, tanto a nível social como urbanístico (PLAN DE GESTIÓN DEL BARRIO HISTÓRICO DE COLONIA DEL SACRAMENTO, 2012).

Essa situação de extrema marginalidade, higiene precária, pobreza, miséria e sujeira criticada por autores como Pedro Onorá servia, inicialmente, como justificativa para as primeiras ações, de cunho patrimonial, desenvolvidas junto ao *Bairro Sur*, as quais se baseavam praticamente na importância de sua renovação estética para qualificar a visão que os visitantes e forasteiros tinham da cidade.

Em 1921, o *Instituto Histórico e Geográfico do Turismo Uruguaio* se dirigiu ao *Departamento de Colônia* com a intenção da “conservación y preservación de las ruinas colonienses” (SANTIAGO, 1972, p. 84). Observa-se, nisso, que foram agentes ligados à gestão pública do turismo que manifestaram, primeiramente, preocupação institucional com a proteção e valorização do bairro e a “reparación y recuperación de su primitiva arquitectura colonial” (SANTIAGO, 1972, p. 8).

<sup>4</sup> Como era conhecido o *Bairro Histórico de Colônia do Sacramento*, anteriormente ao início de seu processo de reconstrução, a partir do fim dos anos 1960.

Em 1923, um forte temporal destruiu as fortalezas de *São Pedro e Santa Rita*, o que estimulou a criação de um projeto local de defesa das relíquias históricas de Colônia do Sacramento que autorizava o *Conselho Departamental de Administração* a investir recursos na reconstrução das fortalezas, através de licitação. No mesmo projeto houve um destaque para os valores históricos dos “legendarios monumentos” locais que representavam o passado do municipio e que deveriam ter sua conservação zelada: “nuestra ciudad es la única en el Río de la Plata que conserva todavía el sello de la colonización en esas fortalezas centenarias” (SANTIAGO, 1982, p. 4). O projeto justificava, ainda, que a história era um motivo fundamental para aprovação e execução do mesmo e que a cidade não deveria ficar alheia ao interesse histórico rioplatense e ao país, na defesa “de su derecho a conservar los recuerdos del pasado” (SANTIAGO, 1982, p. 4).

Com o passar de décadas, o legado cultural material da antiga cidade de Colônia do Sacramento sofreu diante de um forte estado de degradação e descaso. Neste caminho, foi somente no fim dos anos 1960 que se manifestou e se projetou, na prática, um processo de patrimonialização baseado na reconstrução da antiga cidade de Colônia do Sacramento, *Bairro Sur* à época.

Encabeçado pelo *Conselho Executivo Honorário das Obras de Restauração e Reconstrução da Antiga Colônia do Sacramento*, o projeto seguia critérios racional e humanista e a reconstrução local foi justificada pela necessidade imediata de intervenção protecionista, diante de sua importância memorial e arquitetônica em vias de degradação incontrolada:

Su destrucción incontrolada hace hoy más difícil la necesaria tarea de estudio, conservación y restauración: los aislados esfuerzos en pro de la conservación y planificación de la ciudad vieja, reciben hoy el apoyo oficial por intermedio del Consejo Ejecutivo Honorario de las Obras de Preservación y Reconstrucción de la Antigua Colonia del Sacramento, creado por el decreto del 10 de octubre de 1968 (ODRIOZOLA, 1970, p. 45).

Com base nisso, os arquitetos Miguel Ángel Odriozola e Antonio Cravotto, acompanhados pelo Historiador Fernando Assunção, sensibilizaram as autoridades locais e nacionais acerca de “los valores trascendentes de la historia local y nacional que se refugiaban en el ‘barrio sur’, (PLAN DE GESTIÓN DEL BARRIO HISTÓRICO DE COLONIA DEL SACRAMENTO, 2012, p. 17). Assim, ambos criaram o *Consejo*

*Ejecutivo Honorario de las Obras de Preservación y Reconstrucción de la Antigua Colonia del Sacramento*, através do Decreto Lei N° 618/918, promulgado em 10 de outubro de 1968 por Jorge Pacheco Areco, Presidente da *República Oriental do Uruguai*, na época.

Esse conselho possuiria, a partir dali, um compromisso político-estratégico de integrar instituições, organismos e especialistas no estudo e na prática de restauração e reconstrução do conhecido “casco viejo” (em tradução, *centro antigo*) de Colônia do Sacramento, o qual conservava elementos abundantes que datavam quase de sua fundação (1680) (ODRIOZOLA, 1970).

O conselho, formado por intelectuais, arquitetos, investigadores, políticos e professores responsáveis pela operação e execução do projeto de reconstrução local começou a funcionar em 1969. Contudo, nas sessões técnicas do conselho não era permitida a participação da sociedade civil e moradores locais.

Começou-se, então, entre o fim da década de 1960 e o início da década de 1970, um processo de requalificação, com base reconstrutiva, do *Bairro Sur*, o qual futuramente seria reconhecido como *Bairro Histórico*. Nesse processo, começaram a ocorrer as práticas de reconstrução de imóveis e sítios de importância patrimonial, começando, primeiramente, com a restauração da *Igreja do Santíssimo Sacramento*, até chegar em 1971, quando “se inaugura la primera etapa de las obras de la muralla y puerta de la antigua ciudad” (PLAN DE GESTIÓN DEL BARRIO HISTÓRICO DE COLONIA DEL SACRAMENTO, 2012, p. 39).

Importante observar que o despertar patrimonial de Colônia do Sacramento ocorreu em meio a um momento histórico internacional de entendimento, valorização e incentivo nacional que, particularmente ao Uruguai, se deu com um clima de exaltação nacionalista patrimonial na década de 1970<sup>5</sup>, culminando, localmente, com uma total “revalorización histórico-turística del ‘barrio sur’ (ahora ‘barrio histórico’)” (SCIRGALEA, 2009, p. 1). Neste período, o Uruguai criou, sob a órbita do *Ministério da Educação e Cultura*, uma comissão especial para a gestão do patrimônio nacional que assessorava o Poder Executivo na sinalização de bens a serem declarados *Monumento Nacional*.

---

<sup>5</sup> Em 1972 a UNESCO realizou a *Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural da Humanidade*, em Paris. Este foi o primeiro e o mais importante encontro da história da patrimonialização mundial, influenciando os processos políticos de patrimonialização dos mais diversos países do mundo.

Oito anos depois do início das obras de reconstrução da antiga cidadela, em 1976, “el trazado urbano del Barrio Histórico – y rectificaciones posteriores – fue declarado en su totalidad *Monumento Histórico Nacional* por la *Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación* (ARAMENDI, 2005, p. 29-30). Esse reconhecimento representou, juntamente com os resultados de sua reconstrução, um marco para sua valorização pública.

No início dos anos 1980, as atividades de reconstrução do *Bairro Sur* vão chegando ao seu ponto final. É quando, por decisão presidencial, se decidiu pela anulação do Decreto Lei N° 618/918, extinguindo-se o *Conselho Executivo Honorário de Reconstrução da Antiga Colônia do Sacramento*. Com isso, o fim das obras passa a ser administrado pela *Comissão de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Nação*. O *Conselho Executivo Honorário* só voltaria a atuar em 1986.

No adentrar dos anos 1990, Colônia do Sacramento começou a sentir efeitos significativos de um incipiente turismo patrimonial. Essa foi a década da última e vasta ocupação e apropriação do *Bairro* por novos atores – investidores privados e públicos. Criaram-se, neste período, os últimos negócios em torno da especulação imobiliária e também se incentivou a instalação de “comércios de serviços turísticos” (POS DALMAS, 2004, p. 14).

E, em 1995, a partir de uma proposta integrada pelos mais diversos agentes turístico-patrimoniais locais e nacionais – instâncias governamentais (Intendência, Departamento, Federação), instituições culturais (conselhos, centros de cultura, associações) e instituições ligadas ao turismo – a candidatura do *Bairro Histórico de Colônia do Sacramento* como *Patrimônio Cultural da Humanidade* foi aceita e chancelada pela UNESCO. Nessa chancela a UNESCO considerou a importância do *Bairro* enquanto conjunto histórico excepcional e exemplo eminente de construção arquitetônica (PLAN DE GESTIÓN DEL BARRIO HISTÓRICO DE COLONIA DEL SACRAMENTO, 2012).

A inscrição do *Bairro Histórico de Colônia do Sacramento* pela UNESCO na *Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade* deu-se na 19ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em Berlim, Alemanha, entre 4 e 9 de dezembro de 1995 (ARAMENDI, 2005, p. 203). O Comitê do Patrimônio Mundial decidiu inscrever o *Bairro Histórico* no marco do Critério IV, por ser um exemplo eminentemente representativo de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico,

ou de paisagem que ilustra um ou vários períodos significativos da história da humanidade (PLAN DE GESTIÓN DEL BARRIO HISTORICO DE COLONIA DEL SACRAMENTO, 2012).

Moreira (2009), explica que em sua justificativa de tombamento internacional a UNESCO declarou que “o Bairro Histórico constitui uma testemunha importante por seu traçado e suas construções, da natureza e dos objetivos de uma vila colonial europeia no curso do período determinado pelo fim do século XVII” (MOREIRA, 2009, p. 101-102).

O pesquisador Cristian Pos Dalmás (2004) considera que a chancela da UNESCO representou a conclusão do processo local de “invención del patrimonio” (POS DALMÁS, 2004, p.13). Contudo, em 1998 ocorreu um reforço na valorização patrimonial do *Bairro Histórico* com a declaração de cada prédio privado, do conjunto tombado internacionalmente, como *Monumento Histórico Nacional*, finalizando o processo histórico de reconhecimento patrimonial local (PLAN DE GESTIÓN DEL BARRIO HISTORICO DE COLONIA DEL SACRAMENTO, 2012).

Por sua localização e por seus atributos geográficos, políticos e produtivos, Colônia do Sacramento atraiu, desde o século XVIII até os dias atuais, diversos viajantes. Neste século, a população de Colônia aumentou devido a construção de uma estrutura urbana que transformou essa cidade portuária, as margens do Rio da Prata, em um importante núcleo comercial, atraindo militares, camponeses, mercadores e outros viajantes.

A partir do final do século XIX, mais precisamente entre as décadas de 1870 e 1880, ocorreu um período de remodelação urbano-comercial em Colônia: empedramento das ruas e abertura de hotéis, comércios, cafés, restaurantes e atividades “recreativas” (SCIRLAGEA, 2009, p. 5). Neste momento, Colônia possuía uma latente relação comercial com a capital uruguaia Montevideo, utilizando serviços de barco a vela nos deslocamentos entre ambas as cidades. O “barco a vela: ‘*Maragato*” e o “vapor: ‘*Coloniense*” fizeram sucesso “por el año de 1880” (SANTIAGO, 1972, p. 81).

Adentrando o século XX, mais precisamente em 13 de abril de 1939, inaugurou-se em Colônia a primeira companhia aérea que passou a realizar viagens entre Buenos Aires, Argentina e Colônia do Sacramento, Uruguai: *Expreso del Plata*.

Em seu primeiro ano de atividades essa companhia registrou a condução de “8.520 pasajeros” (SANTIAGO, 1972, p. 80).

Já em um guia turístico da primeira metade do século XX – o *Guia Oficial 1948-1949* – identificou-se um incentivo ao turismo em Colônia, com destaque para as ruínas da *Antiga Colônia do Sacramento*, ressaltando-as como relíquias de uma época: “el departamento de Colonia es también uno de los más apreciados por su acervo histórico. Fué en él que se desarrollaron los primeros intentos de los conquistadores” (OFICINA NACIONAL DE TURISMO DEL URUGUAY, 1948-1949, p. 139).

Por ser um projeto do Estado, o *Guia Oficial 1948-1949* é um documento importante na comprovação de que, já naquele período, destacava-se um potencial turístico em torno do patrimônio histórico de Colônia do Sacramento, anteriormente as primeiras manifestações de revitalização arquitetônica do local, o que ocorreu somente a partir de 1968.

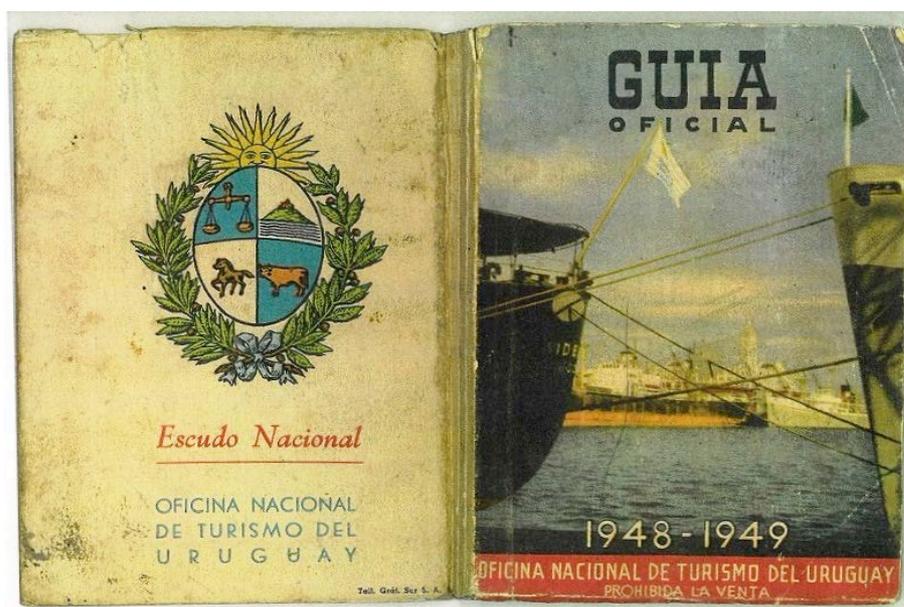


Fig. 2 – Capa e Contracapa do *Guia Oficial 1948-1949*

Fonte: Acervo do Autor

A partir da década de 1960 ocorreu o real processo de patrimonialização do *Bairro Sur*, o que despertou a percepção sobre o sentido de valor - arquitetônico, histórico e, também, turístico – daquela zona do país, pois anteriormente a década de 1960, Colônia do Sacramento não despertava interesse turístico cultural, sendo apenas o principal porto de entrada de turistas no Uruguai.

Até o fim dos anos 1960, o *Bairro Sur* era visto, apenas, como um conjunto de restos históricos herdados do passado que não constituíam oficialmente um conjunto patrimonial cultural nacional. Neste caso, somente a partir do avanço das práticas de sua reconstrução, no início dos anos 1970, que o potencial turístico local foi colocado em prática, “dando inicio a la revalorización histórico-turística del ‘barrio sur’ (ahora ‘barrio histórico’)” (SCIRGALEA, 2009, p. 1).

O Arquiteto Miguel Angel Odriozola, um dos principais agentes da patrimonialização local foi um dos incentivadores do turismo em Colônia:

El paso de esta corriente turística siempre fue un simples transbordo o cambio de medio de transporte, generalmente desde Buenos Aires a Punta del Este, pero actualmente ha cobrado mucha importancia el movimiento entre Brasil y Argentina, y se nota un aparente descubrimiento de la ciudad por gran parte del enorme caudal de viajeros: los hoteles permanecen llenos durante la temporada (ODRIOZOLA, 1970, p. 44).

O pesquisador Cristian Pos Dalmás (2004) descobre que em 1971, Fernando Assunção, um outro agente responsável pelo processo de reconstrução do *Bairro Sur*, já tinha em seu discurso o futuro aproveitamento turístico do mesmo. Este agente, em publicação da época no periódico *El Pais*, colocava: “nuestro interés no es solo reconstruir casas con historia [...] También buscamos elevar el nivel de vida de sus habitantes, al convertir esta ciudad en un lugar de mayor atracción para el turista” (POS DALMÁS, 2004, p. 11).

As posições de Odriozola e Fernando Assunção – dois dos principais agentes patrimoniais locais – demonstram, claramente, que, por trás dos objetivos culturais, memoriais e estéticos de reconstrução do *Bairro Histórico*, estavam, também, os interesses turístico-comerciais que, aos poucos, transformavam o mesmo em um sítio autêntico e sedutor para a visitação turística: “solo deseamos despertar en sus sentimientos la ligera caricia del recuerdo, que sugiere ensueños vividos en una etapa heroica (SANTIAGO, 1972, p. 98).

Importante citar que no início da década de 1970 criou-se a *Comisión de Fomento y Turismo de Colonia* (Co.Fo.Tu.Co) com o objetivo de valorizar costas magníficas “y colaborar en la preservación del acervo histórico coloniense”. (SANTIAGO, 1972, p. 23-24). Essa Comissão vislumbrava a importância do turismo na proteção do patrimônio local.

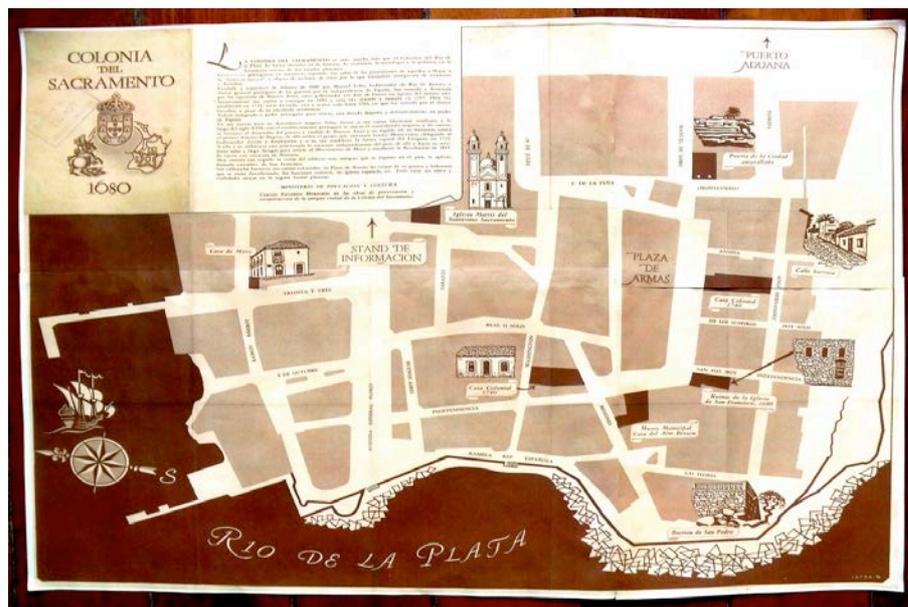


Fig. 3 – Mapa Turístico de 1970.

Fonte: Acervo do Autor

Ainda na década de 1970, manifestaram-se as primeiras ações empreendedoras locais. Em 1976 abriu-se, por exemplo, a *Pulperia de los Faroles* (famoso restaurante local), de propriedade de um argentino (POS DALMÁS, 2004).

Importante observar que desde que Colônia se organizou como um destino de lazer e turismo - principalmente a partir do início do século XX com o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte – a cidade estabeleceu grande relação turístico-comercial-logística com a cidade de Buenos Aires, Capital da Argentina, fazendo dessa o principal centro emissor dos turistas locais. Esse fluxo turístico transitava por via fluvial e aérea “entre Buenos Aires y Colonia” (OFICINA NACIONAL DE TURISMO DEL URUGUAY, 1948-1949, p. 139).

A partir dos anos 1980, Colônia começou a se estabelecer, timidamente, como um sítio atrativo aos olhos dos turistas que entravam pelo município. No caderno de homenagem aos 300 anos de Colônia, de 1980, consta que, nessa época, o local já contava com uma rede hoteleira significativa. Os hotéis destacados eram o *Hotel Esperanza*, o *Hotel Casino el Mirador*, o *Hotel Onda*, o *Hotel Leoncia*, o *Hotel Ciudadela*, o *Hotel Beltrán*, o *Hotel Italiano*, o *Hotel Colonial*, o *Hostal Avenida* e a *Posada San Gabriel* (AMELA; REYES; ONEGLIA & FERNÁNDEZ, 1980, p. 11). Muitos deles ainda em funcionamento no local.

De bairro de moradores, trabalhadores e vizinhança comum para um bairro em vias de esvaziamento social e desenvolvimento turístico-comercial incipiente. Essa era a realidade do *Bairro Histórico de Colônia do Sacramento*, no início dos anos 1980. Contudo, isso não bastava, já que havia a necessidade de contar com uma organização estrutural, de serviços, entretenimento e promoção turística que viessem a amparar a projeção do *Bairro* como um produto de qualidade a ser promovido no mercado turístico patrimonial.

Em razão disso, em 1982, preocupado com a ameaça de redução do fluxo turístico local, um grupo de empresários do setor hoteleiro organizou um projeto de incentivo ao desenvolvimento do turismo:

Un grupo de colonienses – entre los que se cuentan comerciantes y allegados a la industria hotelera – están elaborando una propuesta para reactivar el movimiento turístico de esta tricentenária ciudad. El proyecto comprende la organización de eventos tanto sociales, como culturales y deportivos en Colonia – entre otras medidas – a la vez que analiza la situación que en estos momentos se vive por la ausencia de una corriente estable de visitantes. (SANTIAGO, 1982, p. 2).

Os anos 1980 representaram, assim, um período de estagnação turística, mantendo, apenas, uma tímida atividade turística com foco no patrimônio local.

Por outro lado, adentrando-se a década de 1990, a evolução turística do *Bairro Histórico de Colônia do Sacramento* passa, literalmente, a colocá-lo como mais um exemplo de uma tendência global de museificação de cidades históricas. Colônia passa a acompanhar um despertar mundial de motivação turística pelo patrimônio cultural:

Observamos nesse processo a museificação desse centro, transformando-o em um grande museu a céu aberto e frequentado por uma população flutuante de turistas nas temporadas de férias ou nos fins-de-semana. Existe uma grande porcentagem de casas destinadas ao turismo – residências de veraneio ou hotéis – e outras que se encontram desocupadas, além das destinadas a restaurantes, lojas, museus, entre outras atividades que não geram uma população residente permanente. A baixa ocupação de população moradora trouxe um vazio em termos de população participativa e atuante, o que reforçou sua atual característica de grande espaço de turismo, vivenciado agora por uma população visitante, temporária. Isso confirma seu perfil de cidade museu, na qual a antiga cidadela se converteu (MOREIRA, 2009, p. 100).



Assim, o legado patrimonial do *Bairro Histórico de Colônia do Sacramento*, valorizado, restaurado, economicamente projetado e internacionalmente reconhecido, em um período de trinta anos, promoveu a atração de um fluxo máster de turistas, principalmente de argentinos, já que a proximidade com a Argentina, mais precisamente com Buenos Aires, continuou proporcionando vantagens de posicionar o *Bairro* no cenário turístico patrimonial internacional:

Ya que muchos visitantes argentinos o de otros países acceden a Colonia a través de la capital argentina. Este fenómeno se hizo mucho más intenso a partir de la declaración por parte de la UNESCO de su Barrio Histórico como Patrimonio Cultural de la Humanidad (PLAN DE GESTIÓN DEL BARRIO HISTÓRICO DE COLONIA DEL SACRAMENTO, 2012, p. 85).

Atualmente, Colônia do Sacramento recebe ainda em sua maioria turistas argentinos, mas também europeus, japoneses, norte americanos e brasileiros: “después de 2002 fue creciendo el turismo nacional, el brasileño, el norteamericano y el europeo, aunque sigue predominando el mercado argentino” (PLAN DE GESTIÓN DEL BARRIO HISTORICO DE COLONIA DEL SACRAMENTO, 2012, p. 89).

Todavia, a década de 2010 representou um período de estagnação turística associada principalmente a diminuição do fluxo de visitantes argentinos, principal polo emissor para Sacramento. Isso ocorre diante da crise político-econômica que se instalou na Argentina, nos últimos anos.

Por outro lado, foi nesse momento, também, que se projetou o *Plano de Gestão do Bairro Histórico de Colônia do Sacramento*, cuja proposta é pensar o futuro da proteção do patrimônio histórico associado a um planejamento, a uma gestão e a uma operacionalização sustentável do turismo patrimonial (PLAN DE GESTIÓN DEL BARRIO HISTORICO DE COLONIA DEL SACRAMENTO, 2012).

## Considerações finais

Os interesses turísticos sempre estiveram por trás dos discursos, propostas e ações patrimoniais no *Bairro Histórico da Cidade de Colônia do Sacramento*. Desde o princípio do século XX – período inicial de valorização patrimonial – até o fim da década de 1960, quando começaram as obras de reconstrução da antiga cidadela de Colônia do Sacramento, foi dado um destaque para o potencial turístico-comercial impresso nos bens imóveis que formam o conjunto arquitetônico do *Bairro*.

A transformação do *Bairro Sur* – visto como degradado, sujo, feio e insalubre – em *Bairro Histórico* justificou-se a partir da necessidade de sua reconstrução para preservar a memória e a identidade uruguaia. Para os empreendedores do turismo, as ações patrimoniais locais representaram mais do que isso, ou seja, um negócio lucrativo, pois o *Bairro* passou a atrair visitantes do mundo todo, principalmente, argentinos motivados pela proximidade geográfica e pelo contato com o passado sacralizado nas ações de conservação do conjunto urbano local.

Acompanhando uma tendência internacional de patrimonialização de cidades históricas, o *Bairro Histórico de Colônia do Sacramento* foi inscrito na *Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade* em 1995. Na visão da UNESCO, o *Bairro* possui importância mundial por ser um exemplo excepcional de conjunto histórico-arquitetônico representativo da memória humana.

Por fim, registrou-se, nesse trabalho, que, no exemplo do *Bairro Histórico de Colônia do Sacramento*, desenvolvimento turístico e patrimonialização foram processos trabalhados em conjunto, retroalimentando-se no tempo e no espaço. E independentemente das ações patrimoniais desenvolvidas, do perfil do seu visitante e do potencial turístico, esse *Bairro* sempre despertou uma sensibilidade econômica por parte de todos os atores envolvidos no processo de patrimonialização local.

## BIBLIOGRAFIA

AMELA, José; REYES, Eduardo; ONEGLIA, Horacio Silva; FERNÁNDEZ, Uncas (coord.). *Colonia Tierra Mia: por amor a lo nuestro*. Suplemento especial de LA MAÑANA. Colônia do Sacramento, 1980.

ARAMENDI, María Andrea Schunk. *El turismo cultural en Colonia del Sacramento*. Tese (Doutorado em Geografía Humana) – Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2005.

BARRETTO, Margarita. *Cultura e turismo: discussões contemporâneas*. Campinas: Papirus, 2007.

BO, João Batista Lanart. *Proteção do Patrimônio na UNESCO: ações e significados*. Brasília: Edições UNESCO Brasil, 2003.

CARTA INTERNACIONAL DO TURISMO CULTURAL. Tradução de António de Borja Araújo, Engenheiro Civil IST, ICOMOS – International Council on Monuments and Sites, 2007.

COLONIA DEL SACRAMENTO 300 ANOS. Colonia del Sacramento, 1980.

CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL. Paris: UNESCO, 1972.

DIAS, Reinaldo. *Turismo e Patrimônio Cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006.

HUIBIN, Xing; MARZUKI, Azizan; ABDUZRAZAK, Arman. Protective development of cultural heritage tourism: the case of Lijiang, China. *Theoretical and Empirical Researches in Urban Management*; v. 7, issue 1, p. 39-54, fev. 2012. Disponível em: <<http://um.ase.ro/no71/3.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (2011). *Censos 2011*. Contame que te cuento. Departamento de Colonia. Disponível em: <<http://www.ine.gub.uy/censos2011/resultadosfinales/colonia.html>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, v. 6, n. 1, p. 32-39, 2003. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/viewArticle/3229>>.

MOREIRA, Cecilia de Lourdes Porto Gaspar. *Colônia do Sacramento: permanência urbana na demarcação de novas fronteiras*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ODRIOZOLA, Miguel Angel. Inventario Turístico. *Los Departamentos*, Colonia, Montevideo, n. 14, p. 42-53, 1970.

OFICINA NACIONAL DE TURISMO DEL URUGUAY. *Guía Oficial 1948-1949*. República Oriental del Uruguay, 1949.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. Turismo cultural: uma visão antropológica. Colección PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, n. 2. Tenerife: Asociación Canaria de Antropología, 2009.

PLAN DE GESTIÓN DEL BARRIO HISTÓRICO DE COLONIA DEL SACRAMENTO. MEC – Ministério de Educación y Cultura Uruguay; Intendencia de Colonia; Patrimônio Uruguay: Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación; Consejo Ejecutivo Honorario de la Antigua Colonia del Sacramento; Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, Uruguay, 2012.

POS DALMÁS, Cristian Cabarí. *El barrio sur de Colonia del Sacramento: una vision desde los vecinos y algunos apuntes sobre la gestión y concepción del patrimonio*. Trabajo de pasaje de curso. Técnico Universitario en Turismo. Facultad de

Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la Republica, Montevideo, 2004.

SANTIAGO, Pio. *Guia turística "Colonia del Sacramento"*. Redactada, diagramada e impresa en los talleres de empresa gráfica El Ideal S.C. Colonia, Deposito Legal, 1972.

\_\_\_\_\_. Estampas Coloniales. *El Ideal*: Colonia del Sacramento, año VII, n. 39, jul.-ago. 1982.

SCIRGALEA, Sebastián Rivero. *Desarrollo urbano de Colonia del Sacramento*. Las murallas: historias dela dentro y del afuera. 5° Seminario Regional de Ciudades Fortificadas. Montevideo, 15 y 16 de abril de 2009. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/1839.pdf>>.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

**Artigo recebido em 12 de março de 2016. Aprovado em 02 de março de 2017.**

## SER PESCADOR EM GUAÍRA/PR: LIMITES E POSSIBILIDADES DA LUTA COLETIVA

Cátia Franciele Sanfelice de Paula<sup>1</sup>

**Resumo:** este artigo investiga as condições de vida e de trabalho de pescadores frente aos danos ambientais ocorridos em Guaíra/PR, materializados na formação do lago de Itaipu e na abertura de um canal de navegação no rio Paraná. Frente às transformações causadas por tais obras os pescadores se organizaram em um movimento social para resistir a elas. Desse modo, tentamos compreender os limites e as possibilidades da luta coletiva diante as práticas e projetos propostos, dentre eles, a tentativa de envolver os pescadores com a criação e industrialização da atividade pesqueira, a mediação do Estado e as dificuldades e limitações de sobrevivência por meio da pesca.

**Palavras-chave:** trabalho; pesca; danos ambientais.

**Abstract:** this article investigates the living and working conditions of fishermen against the environmental damage that occurred in Guaíra/PR, materialized in the formation of the Itaipu Lake and at the opening of a shipping channel on the Paraná River. Front of the transformations caused by such fishermen organized works in a social movement to resist them. In this way, we try to understand the limits and the possibilities of collective struggle on the practices and proposed projects, among them, the attempt to involve the fishermen with the creation and industrialization of fishing activity, the mediation of the State and the difficulties and limitations of survival through fishing.

**Keywords:** work; fishing; environmental damage.

### Condições de vida e de trabalho dos pescadores em Guaíra/PR

Em Guaíra, os danos ambientais materializados na formação do lago de Itaipu<sup>2</sup> e na abertura de um canal<sup>3</sup> de navegação provocaram uma série de mudanças no que diz respeito às condições de vida e de trabalho dos pescadores<sup>4</sup> locais. Com a formação do lago houve o desaparecimento e diminuição de algumas

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista CAPES/FAPERO. E-mail: cfsanfelice@yahoo.com.br

<sup>2</sup> A formação do lago de Itaipu ocorreu em 1982, para a construção da Hidrelétrica de Itaipu.

<sup>3</sup> A construção do canal de navegação ocorreu em 1996 pelo DER (Departamento de Estradas e Rodagens). O objetivo era o transporte fluvial que ligasse as regiões Sul e Sudeste de modo a interligar outras regiões. As explosões efetuadas para a abertura do canal de navegação foram responsáveis diretas pela contaminação e mortalidade de 80% dos peixes através de substâncias químicas presentes nas dinamites utilizadas para as explosões das rochas no Rio Paraná.

<sup>4</sup> Os pescadores estudados nesta pesquisa são organizados em torno de uma colônia de pescadores, a Z13, criada em 1967. Porém os pescadores já exerciam a profissão antes desse período. Segundo o presidente, em 2011 a colônia estava composta por 758 pescadores.

espécies<sup>5</sup> de peixes, assoreamento, mudanças na lida diária e nas relações com o rio<sup>6</sup> e o rebaixamento do nível do lago pela Itaipu<sup>7</sup>. Com a abertura do canal de navegação houve a mortalidade e contaminação de peixes e, conseqüentemente a produção diminuiu drasticamente impossibilitando a sobrevivência apenas por meio da pesca. A partir dos impactos causados por tais construções, a atividade pesqueira do município vem sofrendo grandes transformações, e os pescadores têm vivido significativas mudanças em seus modos de viver e trabalhar.

As mudanças vividas são parte do processo de mudanças no mundo do trabalho ocorridas nos últimos trinta anos. O avanço do capitalismo ao longo desses anos trouxe diversas transformações nas relações sociais de produção. Para os pescadores, essas transformações puderam ser sentidas a partir dos danos ambientais provocados à pesca no Rio Paraná. Pode-se dizer que eles vivenciaram a expansão das relações sociais capitalistas. Além da impossibilidade de sobreviverem unicamente da pesca, ainda correm o risco de desaparecerem devido às constantes investidas do capital sobre a atividade pesqueira, materializadas nos danos ambientais ocorridos em Guaíra, quanto no projeto proposto pela Itaipu Binacional, de criação de peixes em tanques criatórios, denominado projeto tanque rede.

Identifica-se que a própria dinâmica de produção existente na região Oeste do Paraná consiste em uma problemática ligada a questões do sistema produtivo, de uma dinâmica de proletarização dos pescadores, na qual a profissão estaria desaparecendo. Em meio a discursos homogeneizadores que privilegiam a Hidrelétrica de Itaipu e o canal de navegação como construções que trouxeram melhorias a toda população, buscamos analisar um grupo de pescadores que nada tiveram o que comemorar com essas obras. Analisamos suas condições de vida e de trabalho<sup>8</sup> a partir de seus referenciais, ou seja, a partir de situações concretas de exploração do trabalho vividas por esses trabalhadores. Por isso, a preocupação se voltou a compreender como a pesca é realizada, as jornadas de trabalho, os

---

<sup>5</sup> Isso ocorreu devido algumas espécies de peixes necessitarem de água corrente para procriar, não se adaptando ao lago. Dentre as principais espécies afetadas estão: cascudo, pintado e dourado.

<sup>6</sup> O conhecimento e os costumes que os pescadores tinham em relação ao rio perderam sua utilidade diante da nova realidade.

<sup>7</sup> Isso ocorre no período da piracema devido o fechamento das comportas da Usina de Itaipu, a fim aumentar a produção de energia. Isso faz com que haja uma queda no estoque pesqueiro, uma vez que o nível baixo do lago dificulta a desova dos peixes e compromete a sua produção futura.

<sup>8</sup> O trabalho realizado na pesca é caracterizado como um trabalho autônomo, por conta própria.

problemas enfrentados no que se refere à reprodução da atividade e as dificuldades de realização do trabalho.

Além dos fatores naturais, como o mau tempo, chuva, sol e tempestade, existem outros que interferem e dificultam a realização do trabalho, dentre eles, a falta de água encanada nos pontos de pesca, a diminuição do pescado e os problemas com a comercialização. Outros ainda dizem respeito aos gastos com materiais devido às constantes perdas que ocorrem no rio, gastos com iscas e a falta de segurança no lago devido à atividade do contrabando.

Defasada, a pesca não permite mais aos pescadores a sobrevivência. A extensa jornada de trabalho não significa produção farta e os recursos adquiridos são insuficientes ao sustento e à reprodução da atividade. A desigual inserção dos pescadores no mundo do trabalho exige deles a realização de um trabalho precário. Sem renda e jornada fixa, produzir e consertar seus meios de produção<sup>9</sup> se coloca como condição para a realização do trabalho na pesca. Compreendemos essa forma de trabalho não como algo dado, mas como fruto das relações provenientes da sociedade capitalista. Nesta direção, o conceito de modo de produção foi aqui compreendido num contexto de determinações estruturais, considerando as relações sociais que são postas em movimento pelos indivíduos na sociedade na busca pela produção e reprodução de sua vida material.

Tais relações são resultado de um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas presentes na sociedade. Ao mesmo tempo, elas determinam seu próprio desenvolvimento, a partir de que sempre ocorrem debaixo de uma estrutura. Desse modo, todo modo de produção está determinado pela existência de estruturas que fixam limites e exercem pressões (WILLIAMS, 1979), porém, tal estrutura não é estática, ela age agregando novos fatores como forma de demonstrar que está se modernizando. Nesta direção, a estrutura social se coloca em movimento com a finalidade de continuar impondo limites e exercendo pressões na sociedade. Diante dessas questões, compreender como se dá a reprodução de determinado meio de produção só é possível através da análise da estrutura e da articulação dos indivíduos com essa estrutura e suas determinações. Para isso, se

---

<sup>9</sup> Por meios de produção entendemos tudo aquilo que é necessário para a realização do trabalho na pesca, como, rede, espinhel, corda, isca, anzol, barco, etc. Os meios de produção utilizados pelos pescadores dizem respeito a um modo de produção caracterizado por métodos que não utilizam tecnologias.

faz necessário considerar suas características, como são distribuídos ou adquiridos, como se dá a apropriação do que é produzido pelos indivíduos na sociedade e como se apresentam tais indivíduos nas relações sociais de produção.

Embora a determinação da estrutura, em última instância, exerça determinado predomínio, acreditamos que ela não significa o fim da história. Ao contrário, entendemos que a estrutura age como pressão na vida das pessoas. Ou seja, que existe uma realidade dada, mas que o capitalismo determina a vida das pessoas em determinadas proporções. Sendo assim, as determinações presentes na estrutura social são sentidas pelas pessoas através dos limites e das pressões vivenciadas.

Por outro lado, também não significa dizer que o sujeito tenha plena autonomia, mas que essa é limitada e sofre o controle das classes dominantes. Por isso, se faz necessário, como pontua Josep Fontana (2004), procurar novas formas de compreensão da sociedade capitalista. Uma dessas formas é direcionar a atenção a fim de compreender como os diversos grupos sociais que compõem a sociedade sentem, percebem e se articulam frente ao processo de reprodução da sociedade. Conforme Fontana:

O estudo da história mostra que os homens produzem os meios de subsistência de acordo com certos “modos de produção” que são na realidade “modos de vida” – “uma forma determinada de manifestar a vida” -, o que explica que o que os indivíduos são dependa das condições materiais de produção e das relações que se estabelecem entre eles no processo. (FONTANA, 2004, p. 202)

Entendemos que o trabalho na pesca pode ser considerado uma tática de vida, uma forma de produção alternativa por parte da sociedade, no entanto, o pescador não é refém apenas de condicionantes naturais, pois seu modo de trabalho é reflexo de uma sociedade que se utilizou de um modo de produção (pesca) para a sobrevivência. A escolha em ser pescador não pode ser compreendida como natural, mas como fruto de uma sociedade determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas, em que os homens nem sempre possuem condições de escolha e de decisão. Segundo Marx:

Na produção social da existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade,

a base real sobre a qual uma superestrutura jurídica e política se eleva e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens a que determina o ser. Ao contrário, o ser social é o que determina a consciência. (MARX apud FONTANA, 2004, p. 208)

Compreendemos o conceito de modo de produção não como algo natural, mas como parte de um processo histórico da sociedade ligado ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Assim, buscamos problematizar em quais condições sociais os pescadores procuram manter a reprodução de sua atividade como meio de sobrevivência. Devido à baixa renda conseguida por meio da pesca, esta se coloca como insuficiente até mesmo para a garantia da sobrevivência.

Também não possuem garantia em relação à duração de seus instrumentos de trabalho. Na maioria das vezes, pela falta de condições em comprar ou até como forma de economizar, é necessário realizar a manutenção dos materiais. Outras vezes, torna-se impossível sua recuperação devido às constantes perdas ou pelos estragos realizados dentro do rio. Diferentemente de outras ocupações, os pescadores<sup>10</sup> precisam eles próprios comprar ou realizar consertos em seus materiais para que garantam, assim, a reprodução da atividade.

O trabalho no rio juntamente com a manutenção dos equipamentos leva a uma dupla jornada de trabalho. Outros gastos ainda estão relacionados ao óleo, anzol e bateria para carregar o motor do barco e iscas<sup>11</sup>. Muitas vezes, ao invés de o seguro desemprego na época da piracema consistir em uma renda que garanta a sobrevivência, o valor precisa ser utilizado na compra de materiais que permitam a continuidade na pesca. Diferente do trabalho assalariado, o pescador não está vinculado a um patrão, mas está do mesmo modo integrado ao capitalismo e subordinado à exploração pelo capital. O fato de terem que produzir seus próprios

---

<sup>10</sup> Os pescadores utilizam dois métodos para realizar o trabalho na pesca: a corda de espinhel e redes. A corda de espinhel consiste em uma corda com aproximadamente cem anzóis em cada uma, em que os pescadores precisam iscá-los. No trabalho com espinhel, os pescadores precisam todos os dias recolher as cordas com os anzóis, retirar os peixes e recolocar as iscas no espinhel, fixando-o no rio. Já a rede é armada pelos pescadores no meio do rio e todos os dias precisa ser batida para a retirada dos peixes e instalada novamente no local escolhido pelo pescador. Antes do derrocamento o método era meio de tarrafas, propício para a pesca da espécie cascudo preto. Após sua contaminação a pesca dessa espécie se tornou inviável.

<sup>11</sup> As iscas utilizadas são frutas como goiaba, maçã, banana. Utilizam ainda uma massa feita a base de trigo com água, ou peixes pequenos, de pouco valor comercial como forma de diminuir os custos com a compra de iscas.

instrumentos de trabalho é uma forma de relação própria da sociedade capitalista. Isso reflete a desigual inserção no mundo do trabalho e a desigualdade vivenciada na sociedade. Por ser um trabalhador por conta própria, produzir seus meios de produção ou consertá-los se coloca como condição para a realização da atividade e reprodução da mesma. Assim, embora não haja a submissão diretamente a um patrão (capitalista), há a submissão a outras formas de exploração.

Primeiro, porque a manutenção dos instrumentos de trabalho se coloca como condição para a reprodução da atividade. Essa forma de trabalho pode ser entendida como precária, pois o trabalhador precisa contar com seus próprios recursos para manter a atividade, e para isso precisa realizar uma extensa jornada de trabalho. Em segundo lugar, sofrem a exploração pelo fato de que o trabalho na pesca não possui jornada nem renda fixa. Assim, os recursos necessários à manutenção da sobrevivência e da reprodução da atividade estão atrelados à produtividade, o que nem sempre é garantido. Mesmo exercendo uma extensa jornada de trabalho, a produção fica atrelada às condições naturais. A pesca, nesse sentido, é marcada pela incerteza de recursos. Os gastos com a atividade são diários, o que dificulta ainda mais a realização do trabalho.

No caso das mulheres, na tentativa de economizar um pouco mais, além de consertos, elas realizam o trabalho de tecer as redes, conciliando esse trabalho com outras atividades domésticas. Se, no geral, o trabalho realizado pelos pescadores é caracterizado por uma dupla jornada, no caso das pescadoras pode-se considerar uma tripla jornada, tendo em vista seus afazeres domésticos.

Quanto ao tempo de trabalho ele está relacionado à quantidade de vezes que os pescadores realizam o trabalho de iscar e recolher os peixes. A jornada de trabalho é distinta para cada pescador e está relacionada à necessidade de cada um a partir da insistência de conseguirem uma maior quantidade de pescado. No geral, a jornada possui entre oito a doze horas. O trabalho é avaliado pelos pescadores como um trabalho difícil, pesado, que requer esforço e dedicação. Isso pode ser explicado pelo fato de que a possibilidade de obter um maior ganho está nas mãos dos próprios trabalhadores, desde que trabalhem mais.

Essa forma de trabalho é exercida por todos os trabalhadores por conta própria ou que estão submetidos a um ritmo de trabalho condicionado por meta. Assim, ganham a partir da produtividade, no entanto, no caso dos pescadores, há

uma diferença, eles sofrem a limitação em relação à produção. Devido sua diminuição eles se veem forçados a insistirem e a trabalharem ainda mais. Há casos em que há a participação familiar. Já em outros casos, devido a pesca ser insuficiente os familiares exercem outros trabalhos como forma de complementar a renda. Em alguns casos a participação da família merece destaque. Tal participação contribui para a divisão das atividades que precisam ser cumpridas, como na limpeza, na comercialização e no conserto de materiais. Cabe, porém, problematizar que, se o trabalho é organizado com a participação familiar, a produção do pescado precisa ser o suficiente para o sustento da família e para a reprodução da atividade, o que não ocorre devido à diminuição e a sazonalidade que marca a pesca no Rio Paraná.

Além das dificuldades já mencionadas em relação ao trabalho e às condições naturais outras se voltam ao medo e à falta de segurança no exercício da profissão devido à constante prática do contrabando no lago de Itaipu<sup>12</sup>. Quando questionados sobre outras atividades de ganho as mesmas são sempre remetidas à pessoa do outro. Isso em certa medida, pode ser compreendido pelo receio de serem descobertos, e sofrerem consequências como a perda da carteira de pescador, perda ao acesso ao seguro desemprego e perda da possibilidade de aposentar-se na profissão. Pudemos identificar essas questões através das entrevistas realizadas. As entrevistas<sup>13</sup> foram realizadas com o objetivo de mapear questões relativas ao processo de mudanças vivenciadas pelos trabalhadores a partir dos danos ambientais sofridos.

O objetivo foi levantar elementos que evidenciassem mudanças advindas do mundo do trabalho a partir das relações de expansão capitalista na atividade pesqueira. Devido às transformações e os prejuízos causados, os pescadores construíram resistências e alternativas como forma de enfrentar a realidade. Por isso

---

<sup>12</sup> Denominação dada ao Rio Paraná após a construção da Hidrelétrica de Itaipu em 1982.

<sup>13</sup> As entrevistas com os pescadores foram realizadas em suas casas, localizadas em diversos lugares da cidade, e com pescadores que residem nos pontos de pesca, na área rural. Os primeiros contatos foram realizados na colônia Z13. As entrevistas não tiveram escolha prévia, seguiram apenas indicações que os próprios pescadores davam de outros colegas de profissão. Isso foi importante para obter a confiabilidade de outros pescadores, principalmente daqueles que residem nos pontos de pesca. Ao todo foram realizadas 21 entrevistas onde procurei priorizar o diálogo com os trabalhadores. Em duas das entrevistas utilizamos pseudônimos como forma de preservar a identidade dos entrevistados. Embora tenha elaborado um roteiro, e tenha me orientado por ele, durante a entrevista procurei estabelecer o diálogo a fim de que o narrador ficasse à vontade para falar sobre suas experiências.

procuramos, a partir da experiência (THOMPSON, 2009)<sup>14</sup> dos trabalhadores, entender como interpretam e lidam com essas mudanças, analisando os sentidos e significados que atribuem aos seus modos de vida e de trabalho. Problematicamos a experiência dos trabalhadores relativamente às mudanças vividas desde a constituição do lago e, posteriormente, com a abertura do canal de navegação e as diversas tentativas de modificação do leito do rio.

O receio em admitir outras atividades ainda está atrelado ao fato de que, em alguns casos, a outra atividade desenvolvida está vinculada a uma atividade que vem sendo, nos últimos tempos, bastante praticada na região, que é o contrabando de mercadorias. As questões relacionadas à atividade ilícita não apareçam de forma clara na fala dos pescadores, porém, é possível perceber que fazem referência a ela. Embora não seja algo admitido, há a hipótese de que muitos trabalhadores estejam infiltrados na prática do contrabando como único meio de sobrevivência ou conciliando-o com a pesca. Esse é o caso da pescadora Maria Aparecida, que, quando perguntada se somente a pesca vem possibilitando a sobrevivência dos pescadores, ela admite: “Não consegue, não consegue”<sup>15</sup>. Por outro lado, Maria não admite que ela e seu marido desenvolve outra atividade. Quando, porém, lhes perguntei sobre quais outras atividades os pescadores vêm desenvolvendo, ela diz: “Aí tem várias, aí depende da pessoa, depende das pessoas o quê que vai fazer”<sup>16</sup>. Durante a entrevista, no entanto, aparece um homem para comprar cigarro. Maria meio sem jeito o atende e depois continuamos a entrevista. Procurei, num primeiro momento, direcionar a entrevista com outras questões e, posteriormente, perguntei à Maria sobre alguma outra atividade que ela e seu marido desenvolvem como forma de complementarem a renda. Maria, por sua vez, acaba revelando, ao dizer:

---

<sup>14</sup> A pesquisa orientou-se pelo conceito de experiência em Thompson. Thompson, em *A Miséria da Teoria*, mais especificamente em seu texto “O termo ausente: experiência”, nos oferece algumas contribuições teórico-metodológicas ao se desvencilhar de uma perspectiva dogmática do pensamento de Marx, colocando-se em diálogo com esse autor, privilegiando, em suas reflexões, a importância de a realidade histórica ser compreendida como um processo histórico, em que a categoria experiência possa ser entendida como uma relação entre o ser social e a consciência social. Através da categoria experiência é possível compreender o mental e o emocional de um indivíduo ou de um grupo social. É na experiência social que os indivíduos definem e redefinem suas práticas e pensamentos. A experiência social, por ser gerada na vida material, nos permite considerar o papel dos sujeitos na história superando as formas de determinismo e privilegiando o agir humano. Através da experiência social é possível entender as práticas dos sujeitos, como eles sentem e dão significados ao vivido.

<sup>15</sup> Entrevista concedida por Maria Aparecida, em 21 de maio de 2011. A autorização de uso de sua fala para a realização deste trabalho foi gravada no momento da entrevista.

<sup>16</sup> Entrevista concedida por Maria Aparecida, em 21 de maio de 2011.

**Maria:** Não, que aí nesse caso é eu que faço outra atividade que nem você viu aí (vende cigarro em casa). Só que também é uma coisa que tem que ficar por baixo dos pano, né. É que nem eu tô lá ajudando ele, né, tô aqui tecendo uma rede, fazendo uma coisa, tem isso aí, apareceu esse emprego, eu tô fazendo, né, pra ajudar, porque é da onde que eu tiro a água e luz.

**Cátia:** A senhora então consegue cobrir essas contas?

**Maria:** Ahan, que se for depender só dele lá, não dá. Porque o que vem lá do rio se for bem olhar é mais pra metade do mercado, água e luz, olha lá. Que tá bem fraco, que o peixe fracassou bastante<sup>17</sup>.

É interessante observar que Maria considera a atividade de vender cigarro em casa como um emprego que conseguiu arrumar e no qual ela consegue complementar a renda. Mesmo praticando uma atividade ilícita, Maria reivindica sua condição como trabalhadora. O fato de Maria não ter admitido desenvolver outra atividade num primeiro momento pode estar relacionado a dois motivos: pelo receio de praticar uma atividade considerada ilícita e pelo receio de perder seus direitos enquanto pescadora. A entrevista com Maria exemplifica questões que foram evidenciadas também em outras entrevistas, porém, não é possível trazê-las no limite deste texto. Desse modo, a luta dos pescadores é caracterizada por uma luta diária pela sobrevivência devido à necessidade de se ocuparem com outras atividades visando complementar suas rendas. Houve nesse sentido, uma ampliação do universo do trabalho em outras atividades de ganho como no trabalho de servente de pedreiro, apicultor e serviços por dia no campo.

Outra dificuldade vivenciada se refere à falta de autonomia em relação à comercialização. Os pescadores em sua maioria ficam reféns de atravessadores ou das peixarias locais que estabelecem o preço e monopolizam a negociação. Devido às longas jornadas e a distância, entre os pontos de pesca e à cidade, muitos não conseguem comercializar seu próprio pescado. “Preocupada” com a situação, a solução proposta pela Itaipu consistiu em uma tentativa de inserir os pescadores numa dinâmica capitalista de produção para a indústria, a partir da criação de peixes em tanques criatórios. Porém, tal projeto encontrou como obstáculo a resistência dos trabalhadores. Desconectado da realidade vivida por eles, o projeto tanque-rede propunha mudanças na forma como realizam seu trabalho, sendo que seu sucesso seria um dos elementos que pressionaria para o fim da profissão.

<sup>17</sup> Entrevista concedida por Maria Aparecida, em 21 de maio de 2011.

## Políticas Públicas voltadas ao setor pesqueiro e a luta coletiva dos pescadores

É preciso considerar que a dinâmica industrial que vem ocorrendo na região Oeste do Paraná não é algo projetado apenas pela Itaipu ou por políticas públicas. Tais projetos não estão desvinculados da dinâmica capitalista. Por isso, para que esses projetos possam se efetivar na sociedade se faz necessária uma série de mudanças, principalmente em relação à forma de produção, fazendo-se necessária uma constante oferta de matéria-prima. A partir da relação da Itaipu com a SEAP (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca), o projeto "Mais Peixes em Nossas Águas"<sup>18</sup> criado pela Itaipu possui diversos objetivos. Dentre eles, apontamos aqueles relacionados às mudanças projetadas em relação aos pescadores. São eles:

- adequação de pontos de pesca;
- formação do pescador aqüicultor;
- incremento e qualificação do associativismo entre os pescadores e suas colônias para comercialização do pescado;
- instalação de pontos de venda de pescado e promoção da participação em feiras;
- capacitação para a criação de peixes e transformação do pescado<sup>19</sup>.

Os projetos elaborados pela Itaipu foram pensados a partir da criação de peixes através do sistema tanque-rede, de industrialização do pescado, através do projeto do frigorífico de peixes e da adequação dos pontos de pesca (investimento em infraestrutura, como em estradas, limpeza, casas nos pontos e local para limpeza, manuseio e conservação do pescado). Embora tais projetos sejam divulgados como meios de possibilitar melhores condições de vida e de trabalho não encontrou respaldo entre os diversos pescadores de Guaíra.

Desconsiderando o fato de não terem sido consultados para a elaboração do projeto, a preocupação de Itaipu não se limitou apenas à estrutura física, mas ao

---

<sup>18</sup> O sistema de tanque-rede está inserido num projeto criado pela Hidrelétrica de Itaipu denominado "Mais Peixes em Nossas Águas", que, por seu turno, faz parte de outro programa, também criado pela Itaipu, o "Cultivando Água Boa". De acordo com informações veiculadas pela Itaipu, o cultivo de peixes, como é chamado, se coloca na perspectiva da direção dessa estatal, como uma alternativa sustentável.

<sup>19</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.h2foz.com.br/noticia/ministro-da-pesca-vem-novamente-fozitaipu-e-regiao>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

trabalho de educação ambiental. Assim, ela tentou realizar uma mudança na forma e no costume de como o trabalho é realizado. Visto pela Itaipu como um trabalho clandestino, sua intenção era modifica-lo, passando de uma forma artesanal para um trabalho industrial. A Itaipu tentou imprimir à atividade pesqueira extrativista uma dinâmica industrial capitalista. Para isso buscou demonstrar a fragilidade na forma como o produto é comercializado divulgando as vantagens que se teria caso a produção fizesse parte do mercado formal, principalmente em relação ao preço. A partir daí iniciou várias ações. Num primeiro momento buscou adequar os pontos de pesca:

A primeira ação do MARR.CD foi a limpeza dos pontos de pesca, entre o final do ano passado e o começo de 2010. E foi um trabalho pesado: 360 metros cúbicos de lixo foram removidos, incluindo restos de acampamento, pedaços de fogões e geladeiras e todo tipo de entulho que foi se acumulando ao longo do ano. Dois apiários (para produção de mel) e 60% dos animais domésticos também foram retirados dos locais. “São ações indispensáveis porque, sem elas, não consigo começar nenhuma ação para que o local consiga passar por inspeção sanitária”, explicou Coltro. A etapa atual é a melhoria das estradas que dão acesso aos pontos de pesca, com instalação de cascalho, pátio de manobra, atracadouro e bacias de contenção para evitar a erosão. O trabalho já foi concluído em Guaira, Itaipulândia e Mercedes. No total, cerca de 10 quilômetros de estradas serão melhorados<sup>20</sup>.

As ações de limpeza foram realizadas com o objetivo de obter a licença sanitária para que fosse possível a realização do trabalho de limpeza do pescado nas estruturas construídas pela Itaipu. A partir dessa ação, os pescadores ficaram proibidos de criar animais, desde domésticos a animais que ajudariam na dieta alimentar, a cultivar hortas ou qualquer outro produto. A segunda etapa foi a de “adequar” as unidades de beneficiamento que se referem aos locais para limpeza, manuseio e conservação do pescado, construídos nos pontos de pesca. Em Guaira, não foi em todos os pontos que essa obra foi construída, no entanto, onde há a estrutura também se percebe uma série de divergências e resistências por parte dos pescadores na utilização da obra. De acordo com eles, a Itaipu realizou a construção da estrutura para que deixassem de realizar o serviço de limpeza no lago, como de costume.

---

<sup>20</sup> Informações disponíveis em:

<[http://jie.itaipu.gov.br/print\\_node.php??secao=turbinadas1&nid=17335](http://jie.itaipu.gov.br/print_node.php??secao=turbinadas1&nid=17335)>. Acesso em: 9 set. 2011.

Tal exigência entra, no entanto, em conflito com os trabalhadores por algumas questões: a primeira delas deve-se ao fato de realizarem o trabalho de limpeza utilizando as vísceras dos peixes como isca para a captura de outros peixes. Isso faz com que consigam diminuir gastos, tendo em vista seu custo. As estruturas de limpeza apenas foram construídas nos pontos próximos à instalação dos tanques criadores e do frigorífico de peixes. Isso permite observar que o objetivo inicial da Itaipu não era incluir todos os pescadores nessa dinâmica industrial capitalista, mas apenas parte deles, aqueles que residiam nos pontos próximos ao frigorífico, apesar de noticiar que o projeto envolveria a todos. O segundo embate está no fato de que o local de limpeza construído pela Itaipu não é adequado. As pias são de inox, sendo que, em seus barcos, os pescadores utilizam tábuas de madeira, um material mais resistente para o tipo de serviço realizado, como comenta Alfeo:

Pra começar não tem peixe, filha, não tem peixe, não tem. Então não adianta, isso aí, é conversa da Itaipu. Isso aí é palhaçada, isso aí num tem mesmo, fizeram esse troço aí sem fazer pesquisa, pros pescador, porque se fosse pra usar, é que você não viu limpar um armado, filha, se tem que ter uma prancha de peroba pra você cortar, se tinha que ver eu limpar um peixe pra você ver como é que funciona, fizeram uma pia inox ali, por causa de bactéria, é, num existe cara, como é que tu vai me cortar um armado, um peixe numa plataforma, num aço inox daquele ali, se num tem, num tem cabimento. E o tubo é de, de cem, o armado, em se tratando do armado, que vai a cabeça fora quando você corta as asa fica aberta, as lateral e a de cima, não passa, os ferrão dele não passa<sup>21</sup>.

A fala de Alfeo evidencia que o sistema proposto pela Itaipu não ajudou os pescadores. O exemplo das pias de inox é a expressão de como ela lidou com as questões sociais na região. Interessante é observar que, antes de se referir à estrutura, Alfeo se refere primeiramente ao fato de não haver peixe, o que, para ele, já seria motivo suficiente para não se construir a estrutura. Além disso, o local não permite que o trabalho de limpeza seja feito ao mesmo tempo, levando ao atraso de suas atividades, como comenta a pescadora Maria Aparecida, embora perceba um fator positivo, o de realizar o trabalho em pé: “Não é bom, então eles, é bom porque

---

<sup>21</sup> Entrevista concedida por Alfeo, em 7 de maio de 2011. A autorização de uso de sua fala para a realização desse trabalho foi gravada no momento da entrevista.

você fica numa posição de pé, né, mas não ajuda. Então você vê, em cada ponto tem dez pescador, dez pescador num lugar só num tem”<sup>22</sup>.

Em terceiro lugar, a estrutura não funciona pelo fato de que toda a produção ficaria armazenada no mesmo local. Embora em congeladores diferentes, os pescadores apontaram não ser confiável deixá-la junto à dos demais. Para isso justificam que, se precisassem se ausentar, poderia ocorrer a venda ou apropriação por outra pessoa, uma vez que todos passariam a ter acesso ao local. Porém, nem todos os pescadores se colocaram contrários aos projetos elaborados pela Itaipu. No entanto, a maioria não aprovou a estrutura construída para a limpeza, o projeto tanque rede e o frigorífico de peixes. Para eles se a estrutura fosse usada, traria conflitos e sua utilização implicaria em uma mudança na forma como costumam realizar seu trabalho. Nesse sentido, os pescadores têm resistido à obra e seguem realizando o trabalho como de costume, pescam, realizam a limpeza em seus próprios barcos utilizando-se das vísceras como iscas, sendo que cada um armazena sua produção em congeladores nas suas residências.

Analisando esse contexto de mudanças, primeiro com a formação do lago, segundo com a abertura do canal de navegação e, em terceiro, com a tentativa de criação e industrialização da atividade pesqueira, percebemos que todos esses projetos, procuram demonstrar à sociedade que os pescadores não possuem importância ou que é possível produzir de outra forma, já que a pesca decaiu e que a profissão de pescador, ou eles mesmos, não fazem nenhuma falta. O fato de as políticas públicas<sup>23</sup> voltadas ao setor pesqueiro virem nos últimos tempos, criando políticas de incentivo que priorizam a atividade criatória de peixes em detrimento da pesca natural, interfere no trabalho dos pescadores, de modo que os projetos políticos elaborados são favoráveis a um modo de produção inserido nos moldes

<sup>22</sup> Entrevista concedida por Maria Aparecida, em 21 de maio de 2011.

<sup>23</sup> A intervenção do Estado na atividade pesqueira não é recente. De acordo com Eduardo Schiavone, apesar de uma história remota de intervenção na atividade, a presença do Estado no setor pode ser percebida em três momentos demarcados. O primeiro deles desde a formação do Estado Nacional e do estabelecimento da Marinha de Guerra no século XX (CARDOSO, 2009, p. 8). O segundo momento está relacionado à “modernização conservadora” da pesca promovida pela SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), criada em 1960. (CARDOSO, 2009, p. 8). O terceiro momento se refere à Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 (CARDOSO, 2009, p. 8). Além desses momentos demarcados pelo autor, a presença do Estado na atividade pesqueira recentemente foi contemplada com uma nova lei da pesca, através da criação do Ministério da Pesca, em 2003, e com o Plano Mais Pesca e Aquicultura, em 2008. Essa política voltada ao setor está relacionada a outras que priorizam a questão ambiental, por isso constantemente é utilizado o discurso de sustentabilidade como forma de possibilitar a resolução dos problemas socioambientais.

capitalistas, contrapondo-se, dessa forma, ao modo de trabalho realizado pelos pescadores profissionais. A aplicação de tais políticas pode ser sentida quando identificamos as novas formas do capitalismo na região Oeste do Paraná relacionadas à atividade pesqueira, principalmente a atividade criatória de peixes. A criação de políticas públicas nesse contexto capitalista pode ser entendida como uma forma de adequar os trabalhadores a uma disciplina industrial.

Segundo dados oficiais<sup>24</sup>, com o incentivo à aquicultura a nível Federal, o Estado do Paraná foi o primeiro estado brasileiro a conseguir o licenciamento do IAP para o cultivo de peixes. No Paraná, o desenvolvimento da aquicultura vem se dando a partir da implantação do projeto tanque-rede elaborado pela Itaipu, ou em tanques escavados como o que acontece na região de Toledo/PR. De acordo com o ex-ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, José Frishs, para a construção do I Parque Nacional Aquícola, no lago de Itaipu em 2005, foram investidos, por parte do governo federal, R\$ 2 milhões, que, em tese, reunia cerca de 400 produtores de peixes em tanques-rede<sup>25</sup>. É interessante observar que o licenciamento ambiental para o desenvolvimento do projeto tanque-rede não é divulgado como sendo de interesse do governo tampouco da Itaipu. De acordo com o ex-secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Luiz Eduardo Cheida, “[...] o licenciamento ambiental a cargo do Estado era uma reivindicação dos pescadores e piscicultores da região que levavam em média três anos para conseguir uma licença pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos)”<sup>26</sup>.

Pela afirmação, o desenvolvimento do projeto aparece como uma reivindicação dos pescadores e aquicultores, em que o governo correspondeu através de facilitar as licenças ambientais. A hipótese de que o governo estadual, assim como a nível federal, tenha interesses com a expansão do setor pesqueiro fica ocultada com essa questão. Segundo dados oficiais<sup>27</sup>, em 2005 quando foi anunciado o projeto tanque-rede, pelo então governador do Paraná, Roberto

<sup>24</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=1882>>. Acesso em: 19 jan. 2011

<sup>25</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=1882>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

<sup>26</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=1882>>. Acesso em: 19 jan. 2011.

<sup>27</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.seab.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2333>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

Requião, foram liberados R\$ 18 milhões em investimentos para financiamento e instalação de equipamentos.

As políticas públicas apresentam a pesca extrativista como responsável pelos problemas ambientais que é preciso resolver. Vista dessa forma, a alternativa colocada é buscar outras formas “sustentáveis” para resolver esse problema, a criação de peixes, por exemplo, se coloca como uma delas. Demonstrando que há um crescimento no setor da aquicultura, os governos federal e estadual, juntamente com a Itaipu, vêm desenvolvendo políticas de incentivo principalmente para que os pescadores conciliem a pesca extrativista com a criação de peixes. A partir de tais políticas percebemos a estreita relação do governo com a Itaipu na geração de um suposto “desenvolvimento social, econômico e ambiental”. Como noticiado:

A relação da Itaipu com o governo brasileiro resulta em grandes contribuições para o desenvolvimento social, econômico e ambiental da região onde está localizada. Diversas iniciativas e projetos realizados pela empresa contribuem para o fortalecimento de políticas públicas, gerando mais qualidade de vida para a população local<sup>28</sup>.

Tanto por parte dos governos federal e estadual, quanto por parte da Itaipu, é enfatizado que os pescadores profissionais em sua maioria possuem baixa renda e, entre eles, os que se saem melhor são os que conciliam a pesca extrativista com a criação de peixes. Embora nem o governo e nem mesmo a Itaipu deixe explicitados os possíveis interesses provenientes com essa atividade criatória, o destino da produção transparece nas informações noticiadas pela Itaipu como sendo fruto também das políticas públicas, uma delas de introdução do peixe na merenda escolar:

O estímulo ao consumo de pescado e o desenvolvimento de estratégias comerciais estão entre as principais preocupações do programa. Em 2009, pela primeira vez, os produtores conseguiram vender toda a sua produção. O aumento da demanda foi resultado de uma ação que introduziu o peixe na merenda escolar. Ao todo, foram produzidas em tanques-rede 19,8 toneladas de peixe, das quais 10,3 toneladas foram destinadas às escolas. A comercialização foi feita por meio do programa Compra Direta do Governo Federal<sup>29</sup>.

<sup>28</sup> Informações disponíveis em:

<<http://www.seab.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2333>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

<sup>29</sup> Informações presentes no Relatório de Sustentabilidade 2009 da Itaipu, disponíveis em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 1 jul. 2011.

Além disso, o objetivo do governo é demonstrar que as águas públicas não estão apenas para a geração de energia: “Nos últimos anos, temos trabalhado no uso de águas públicas para aquicultura, sendo que antigamente elas eram utilizadas apenas para produção de energia”<sup>30</sup>. A partir da afirmação, desconsidera-se a importância da pesca extrativista como uma atividade que também é desenvolvida nas águas públicas.

O projeto de desenvolvimento da aquicultura criado pela política federal e estadual, como vimos, faz parte de uma política social que se utiliza do discurso de resolver tanto problemas sociais, quanto econômicos e ambientais. Esse projeto vem sendo planejado a partir de sistemas de criação de peixes, nos quais é utilizada a mão de obra não só de pescadores, mas de pequenos agricultores e de indígenas. Percebemos que essa política dita social, promovida pelo governo, acaba sendo desenvolvida pelos próprios trabalhadores, a partir da qual o desenvolvimento da aquicultura viabiliza outro projeto social, a agregação do peixe na merenda escolar.

Para os pescadores dentre os principais problemas no projeto tanque rede estão a inadequação dos tanques no que diz respeito ao seu tamanho frente a quantidade de peixes que necessitariam serem criados, a falta de cursos técnicos e de conhecimento em relação à atividade criatória, os custos com a ração, a impossibilidade de conciliarem a pesca extrativista com a criatória<sup>31</sup>, a falta de normalidade no nível da água causada pela Itaipu – o que dificulta a criação nos tanques<sup>32</sup>. A resistência ainda está relacionada à descaracterização da profissão de pescador que ocorreria caso o projeto tanque rede tivesse tido êxito. É importante ressaltar que as mudanças vividas pelos pescadores possuem uma relação intrínseca com o saber que possuem e não está restrita apenas a questão econômica. Seus conhecimentos não estão relacionados a conhecimentos científicos, mas a conhecimentos construídos em sua relação com a natureza. Em relação a isso, Eduardo S. Cardoso, em sua pesquisa sobre a apropriação da natureza e o conhecimento na pesca dos pescadores artesanais do litoral brasileiro, aponta que:

<sup>30</sup> Informações presentes no Relatório de Sustentabilidade 2009 da Itaipu, disponíveis em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 1º jul. 2011.

<sup>31</sup> Os pescadores que aderiram o sistema tanque rede precisaram pagar trabalhadores que vigiassem os tanques criatórios para que assim pudessem exercer a pesca extrativista.

<sup>32</sup> Refere-se ao período da piracema, em que a Hidrelétrica abaixa o nível da água tendo por finalidade o aumento da produção de energia.

E conhecimento na pesca é conhecimento de ventos, águas, marés, fundos submarinos, correntes, hábitos de peixes, entre uma série de processos “naturais”, formando sistemas cognitivos próprios para a interpretação, apropriação e representação destes processos. E conhecimento gerado neste processo, que tem entre suas características uma observação contínua da natureza, uma história vivida e observada de sucessão de contatos com o meio aquático, tem servido à reprodução das pescarias e, para além disso, fornecido elementos para a gestão. (CARDOSO, 2001, p. 42).

Embora o autor mencione a importância do conhecimento produzido na pesca no seu processo de reprodução e manutenção, verificamos que parte dele (principalmente no que diz respeito aos novos costumes no trato com o rio, novos hábitos e a identificação dos lugares das “novas espécies” de peixes) não tem sido transmitido socialmente. A apropriação da natureza passou por mudanças no que diz respeito à construção do conhecimento através da lida com a pesca e as leituras dos fenômenos naturais. Diante de tais modificações, os pescadores precisaram se adaptar para continuar exercendo o ofício sem, no entanto, conseguir elaborar novos costumes, pelo fato de o rio estar em constantes mudanças. Essa questão evidencia que ser pescador em Guaíra vem demonstrando a impossibilidade de que conhecimentos relativos à profissão, costumes e hábitos, sejam transmitidos para outras gerações. Nesta direção, a importância do registro dessas questões enquanto patrimônio imaterial é relevante no sentido de expressar a disputa entre uma memória que busca evidenciar mudanças, de determinados modos de vida e de trabalho, ao tempo em que há projetos buscando suplantá-los. Tais projetos além de buscar impor outras racionalidades são divulgados como sendo sinônimos de “desenvolvimento” e “progresso”. Como pontua Nascimento em seu artigo sobre patrimônio material e imaterial: “O Registro do patrimônio cultural imaterial representa uma forma inovadora de se preservar a pluralidade da cultura nacional, privilegiando os modos de fazer, as tradições e os costumes do povo brasileiro” (NASCIMENTO, 2009, p. 3).

Assim, tentamos perceber a natureza dos conflitos que os pescadores vivenciam em meio às transformações ocorridas. Para isso, partimos do pressuposto de que as determinações existentes na vida desses trabalhadores não se caracterizam como o fim da história. Consideramos que os estragos causados ocasionaram mudanças na estratégia de sobrevivência e, conseqüentemente, nos modos de vida dos pescadores, porém a representação que os grupos dirigentes

municipais produzem acerca da história do município não encontra respaldo na realidade vivenciada e narrada por eles.

Ao buscar compreender o contexto de mudanças ocorridas nos últimos anos, buscamos entender esse processo valorizando a subjetividade dos pescadores que enquanto trabalhadores puderam sentir e continuam sentindo os custos sociais daquilo que, no discurso dos setores das classes dominantes, aparece como sendo o “desenvolvimento” do município. Desse modo, visualizamos e discutimos essas mudanças, a partir de identificar pela imprensa local os pescadores como um movimento social que há três décadas resiste e luta para continuar existindo enquanto pescadores. Através do diálogo com os trabalhadores, mapeamos os problemas enfrentados, suas práticas, significados e percepções acerca do trabalho realizado na pesca. Identificamos que a luta coletiva se coloca como um elemento fundamental na busca por melhorias para a categoria. Ficou claro que eles acreditam na organização coletiva como um meio de luta para fazer valer seus interesses.

Muitas dessas lutas se revelam importantíssimas para a resolução de alguns problemas vivenciados, e pelo alcance de algumas conquistas, como para a renovação de documentação e o direito à carteira de pesca às mulheres e aos outros integrantes na família. Ao evidenciar as formas de luta coletiva visualizamos também as disputas existentes no interior da colônia. Em alguns casos, as divergências políticas ou os distintos interesses entre os pescadores e o presidente da colônia puderam ser identificados principalmente em relação à questão do direito à indenização, ou aos projetos como o tanque-rede e o frigorífico. Entendemos que o fato de tais projetos não terem tido êxito contribuiu até mesmo para o silenciamento das dificuldades vivenciadas pelos pescadores divulgadas na imprensa por um período de três anos (entre 2008 a 2010). Tais disputas levam a um enfraquecimento da luta, no entanto consideramos que as disputas e divergências existentes são fruto das contradições e de interesses políticos vividos no interior do próprio movimento. Os interesses políticos por parte da liderança da colônia, por exemplo, nem sempre expressam os interesses dos trabalhadores.

Além das disputas políticas, evidenciamos outras divergências, como a deslegitimação dos presidentes, de alguns pescadores e, a tentativa de transformação do direito à indenização em negócio por parte de alguns grupos,

como elementos que revelam a ambiguidade vivenciada. Todas essas questões não deslegitimam o movimento, mas evidenciam a contradição e as dificuldades em lutar por melhorias em meio a diferentes projetos em disputa. Os pescadores têm encarado sua realidade através dos limites e das possibilidades da luta coletiva. Pela imprensa<sup>33</sup> identificamos a organização dos pescadores como um movimento organizado na luta contra os danos ambientais na década de 80, período em que as fontes puderam cobrir. Num primeiro momento a leitura nos jornais locais<sup>34</sup> chamou atenção por abordar as problemáticas vivenciadas pelos pescadores, porém ao mesmo tempo em que as denunciavam noticiavam supostos “benefícios” e projetos que a prefeitura de Guaíra, juntamente com a Itaipu, supostamente estabelecia em favor a eles.

O contato com os jornais como fonte de pesquisa foi fundamental para compreender os discursos e os projetos presentes na cidade que não consideram e não contabilizam os prejuízos sofridos pelos pescadores. Ao fazer uso dos jornais como fonte histórica, tentamos percebê-los não como um meio de comunicação, mas, como apontam Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário Peixoto (CRUZ; PEIXOTO, 1981), como uma força social ativa na história do capitalismo, e com fortes articulações de um modo geral, mas principalmente com o poder dominante. Antes de pensar a imprensa simplesmente como um meio de registro de fatos, é preciso pensar sua inserção histórica no processo dos acontecimentos. Compreendemos que a imprensa possui o poder de atuar na tentativa de constituição de modos de vida, de perspectivas e de consciência histórica. Como uma linguagem constitutiva do social, ela deve ser entendida como um campo de

---

<sup>33</sup> A organização dos pescadores em sujeito coletivo pôde ser percebida em 1989, quando se apresentaram de maneira organizada, expressando uma identidade política materializada na defesa do Rio Paraná como meio de trabalho e de sobrevivência. O fato de terem sido noticiados na imprensa a partir 1989 é uma das evidências sobre a organização do movimento. É também uma evidência de que eles entraram no campo de visão das classes dominantes. A imprensa foi utilizada como uma fonte histórica, fundamental para evidenciarmos, juntamente com as narrativas e as observações realizadas, a organização dos pescadores em movimento, tendo em vista a não existência de outras fontes escritas, anteriores à década de 1980. A imprensa não foi aqui entendida como a responsável por criar os pescadores enquanto movimento, mas utilizada como fonte para mapear as formas de organização dos pescadores.

<sup>34</sup> A pesquisa foi realizada em dois jornais. O Jornal Ilha Grande foi fundado em 12/4/1980 e continua sendo editado. Este jornal pertence a pessoas que estiveram ligadas à política local no período de 1989 a 1996. A pesquisa nesse jornal foi realizada no período de 1980 a 2004. O Jornal Rio Paranaíba foi fundado em 13/11/1996. Pertenceu a proprietários do MS. Em 2003 o jornal passa a ter um proprietário de Guaíra/PR, com forte influência política na cidade, sendo o proprietário pai de um já vereador e prefeito da cidade. A pesquisa nesse jornal foi realizada de 1996 a 2010.

subjetividades e que atua, muitas vezes, na defesa de determinados interesses e projetos sociais.

As fontes de imprensa podem expressar interesses de classe à medida que, ao definirem quais são os acontecimentos que merecem ser narrados, há um processo de seleção, ordenação e atribuição de significado às notícias. Diferentemente da compreensão positivista, que toma as fontes como mero reflexo do real e como expressão da objetividade histórica, as fontes de imprensa constituem-se como uma prática social, em que, por meio delas, tenta-se promover o consenso na sociedade devido o forte caráter homogeneizador em relação àquilo que noticia. A partir daí a imprensa busca envolver projetos e aspirações de classe como sendo de toda a sociedade. Ao trabalharmos com as fontes de jornais, procuramos evidenciar a intervenção da imprensa nos assuntos políticos e sociais, e como se apresentam a serviço dos interesses dos grupos sociais. Considerando que as reportagens são noticiadas a partir da procura do presidente da colônia ao jornal, isso evidencia que os pescadores constituem um movimento forte, a ponto de a imprensa noticiar suas demandas. Embora as reportagens não problematizem a raiz dos problemas vivenciados, o fato de noticiá-los revela que os pescadores exercem determinada pressão em relação àquilo que reivindicam. Em contrapartida, a imprensa sempre procura passar a imagem da prefeitura municipal ou da Itaipu como aqueles que supostamente estão solucionando os problemas noticiados.

Quanto às iniciativas coletivas elas puderam ser identificadas desde 1989, quando os pescadores se mobilizaram e conseguiram impedir e adiar a obra de derrocamento no Rio Paraná. Novamente, em 1996, os pescadores se organizaram com a mesma intenção, mas não conseguiram êxito. Outras formas coletivas de organização estão relacionadas às reivindicações e manifestações a partir de 1998, cuja finalidade se voltou ao recebimento de indenizações do DER (Departamento de Estradas e Rodagens). Em uma das reportagens os pescadores aproveitaram a cerimônia de inauguração da Ponte Ayrton Senna<sup>35</sup> para realizar uma manifestação: “Pescadores preparam protesto contra bloqueio de dinheiro”<sup>36</sup>. Aproveitando-se da presença do então governador Jaime Lerner, protestaram por melhorias para a

---

<sup>35</sup> A ponte Ayrton Senna localiza-se entre os Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, dando acesso as cidade de Mundo Novo (MS) e Guaíra (PR). A ponte foi construída sobre o Rio Paraná ligando também o Brasil e o Paraguai.

<sup>36</sup> Jornal Rio Paranazão, 23 de janeiro de 1998, p. 4.

categoria e pela indenização<sup>37</sup>. Não surtindo efeito, em junho do mesmo foram novamente noticiados. Além de reivindicações a imprensa informou sobre uma reunião com a participação de vereadores locais, advogados e outras autoridades. Na ocasião decidiram ir a Curitiba cobrar do DER a indenização que haviam prometido. Em julho do mesmo ano, uma manifestação em frente ao DER foi noticiada tendo como título: “Acampados em frente o DER, pescadores exigem indenização por prejuízo com a obra da ponte de Guaíra”<sup>38</sup>. Porém, logo após a manifestação, outra reportagem: “Pescadores de Guaíra continuam sem indenização”<sup>39</sup>.

Em outras reportagens há denúncias por parte dos advogados em relação ao nível baixo do lago mantido pela Itaipu para o aumento de produção de energia: “Advogado acusa Itaipu de causar danos ambientais”<sup>40</sup>. Ainda em 1999 a imprensa noticiou o resultado da ação através da reportagem: “Colônia de Pescadores perde ação judicial contra Itaipu”<sup>41</sup>. Na ocasião, a justificativa utilizada pela estatal e noticiada pela imprensa foi: “A Itaipu deve continuar mantendo o nível do Rio Paranazão baixo, para garantir a geração de energia”<sup>42</sup>. Outras reivindicações ainda estão relacionadas ao valor do seguro desemprego: “A piracema e o desemprego”<sup>43</sup>, na qual a imprensa noticiou a reunião que os pescadores realizaram em 2000. Outras se referem ao atraso do seguro desemprego, ao tempo de registro de carteira para recebimento do benefício, a baixa do rio e as sujeiras no lago causadas pela Itaipu. Noticiada em 2001, a reportagem trazia por título “Não podemos continuar sendo feitos de palhaço”<sup>44</sup>, através da procura de um pescador à redação do jornal Rio Paranazão.

De todas as reivindicações a indenização ao DER se coloca, como uma das principais. Em 2004, em uma manifestação na Ponte Ayrton Senna, a imprensa se referiu à ação dos pescadores de forma curiosa. A reportagem trazia por título “Sem-peixe” ocupam a Praça de Pedágio da Ponte Ayrton Senna”<sup>45</sup>, fazendo referência ao

<sup>37</sup> Jornal Rio Paranazão, 01 de fevereiro de 1998, p. 1.

<sup>38</sup> Jornal Ilha Grande, 19 de julho de 1998, p. 1.

<sup>39</sup> Jornal Rio Paranazão, 14 de agosto de 1998, p. 5.

<sup>40</sup> Jornal Rio Paranazão, 10 de dezembro de 1999, p. 1.

<sup>41</sup> Jornal Rio Paranazão, 23 de dezembro de 1999, p. 8.

<sup>42</sup> Jornal Rio Paranazão, 23 de dezembro de 1999, p. 8.

<sup>43</sup> Jornal Rio Paranazão, 10 de novembro de 2000, p. 9.

<sup>44</sup> Jornal Rio Paranazão, 25 de maio de 2001, p. 2.

<sup>45</sup> Jornal Rio Paranazão, edição 383, 30/7/2004 – Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/>>

movimento Sem Terra. Como forma de desocupar a praça do pedágio o DER propôs negociação, porém no mesmo ano outra manifestação: “Sem peixe” ocupam praça de pedágio da Ponte Ayrton Senna em Guaíra”<sup>46</sup>. Sem êxito, novamente em 2006 ocorreu a 5ª manifestação desde que ocorreu o derrocamento, com uma duração de quatro dias. A reportagem trazia por título “Pescadores reivindicam direitos e obstruem trânsito”<sup>47</sup>, marcando uma diferença em relação às manifestações anteriores, a de impedir a circulação de veículos. Desde 2006, os pescadores não realizaram manifestações, ao menos que fossem noticiadas pela imprensa, porém isso não significa que eles não as tenham realizado. A partir desse período, as reportagens se voltaram a notícias sobre a implantação do projeto tanque-rede e sobre o término do frigorífico de peixes, como projetos que melhorariam suas condições de vida.

Só em 2011 voltaram a ser noticiados sobre uma reunião realizada por eles, cuja finalidade era discutir a burocracia imposta pelo Ministério da Pesca quanto à renovação de suas carteiras. A reportagem trazia como título “Pescadores dizem: 'O bicho vai pegar!'”. “Pescadores da colônia Z-13 e Z-16 devem começar um mega protesto contra a burocracia exigida pelo Ministério da Pesca e a Superintendência de Pesca do Estado do Paraná”<sup>48</sup>. Outra forma de organização além da colônia refere-se a um grupo contrário tanto ao atual presidente quanto ao direito à indenização de pescadores que iniciaram na profissão após o derrocamento em 1996. Tal grupo realiza uma descaracterização desses pescadores, ao dizer que os mesmos possuem carteira, mas não exercem a profissão. Além disso, eles vêm, nos últimos tempos, tentando, através da Justiça, fazer pressão para que seja realizado um trabalho de investigação e apure quem realmente vem exercendo a profissão.

### Considerações finais

No geral, identificamos que os pescadores não formam um grupo homogêneo. Ao contrário, eles divergem por várias questões. Entre elas está o questionamento sobre quem deve ou não receber a indenização, o problema do

---

home/index.php>. Acesso em: 6 jan. 2011.

<sup>46</sup> Jornal Rio Paranazão, edição 402, 10/12/2004 – Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

<sup>47</sup> Jornal Rio Paranazão, 31 de março de 2006, p. 17.

<sup>48</sup> Jornal Rio Paranazão, 21 de Maio de 2011, p. 5.

aumento do número de pescadores, as disputas políticas existentes no interior da colônia e os distintos interesses com o atual presidente. Mesmo assim, identificamos que as formas coletivas de organização evidenciam a busca por melhorias e, com elas, a resistência em continuarem existindo enquanto pescadores. O objetivo foi demonstrar suas condições de vida e de trabalho a partir das mudanças vividas nos últimos anos. Evidenciamos as disputas internas na Colônia, sem, no entanto, perder de vista as suas formas coletivas de organização. Por meio delas demonstram acreditar na possibilidade de alcançarem melhores condições de vida, bem como fazer pressão frente aos problemas vivenciados. Mesmo encontrando limites, os pescadores buscam lutar da forma que conseguem. Permitem perceber que a luta que realizam não consiste em apenas uma luta pela sobrevivência, mas também em uma luta política.

Outra preocupação foi mapear qual o projeto de vida dos pescadores, questionando, nesse sentido, o que vai ser desses trabalhadores diante das investidas do capital. Apesar das dificuldades relatadas, não identificamos a intenção de abandonarem a profissão. Em certa medida, isso pode estar atrelado ao fato de que grande parte dos entrevistados são trabalhadores com idade avançada, outros não possuem perspectivas de conseguirem outros empregos devido à falta de estudo e à falta de oportunidades de trabalho que a cidade oferece.

Foi possível identificar que a importância atribuída pelos pescadores à pesca está ligada fundamentalmente à necessidade de sobreviver, à falta de alternativas e à garantia de direito à aposentadoria, porém essas questões estão ligadas à percepção e à posição que possuem em relação a outras formas de trabalho. Para alguns pescadores, a pesca, além de uma alternativa de sobrevivência, representa uma forma de trabalho que lhes possibilita uma determinada autonomia no que se refere a ordens e cumprimentos de horários, porém isso não significa que trabalhem menos. Para outros, a pesca está relacionada a um estilo de vida ligado à natureza.

Além dessas questões, identificamos uma contradição em relação a como eles lidam com o fato de serem pescadores. Ao descreverem o trabalho realizado, há uma tentativa de demonstrar que ser pescador não é para qualquer pessoa, exige esforço e dedicação. No entanto, quando falam sobre a importância da profissão em alguns momentos demonstram determinado desprestígio sobre ela. Isso em parte pode ser explicado como sendo um reflexo da imagem negativa sobre

os pescadores disseminada na cidade, pela possibilidade de alguns estarem envolvidos com o tráfico. Percebe-se, nesse sentido, que alguns desses discursos são incorporados pelos pescadores e refletem sobre a imagem que eles próprios fazem em relação à importância de sua profissão. O envolvimento de muitos com o contrabando faz aumentar a relação de preconceito e discriminação, além de provocar tensão, medo e insegurança no lugar em que moram e trabalham. Assim, as mudanças vividas pelos pescadores não afetam apenas seu modo de trabalho. Acarretam transformações em suas estratégias de sobrevivência, além de interferirem em seus modos de vida, e nas relações de convívio.

## FONTES

### Fontes orais

Entrevista concedida por Maria Aparecida, em 21 de maio de 2011.

Entrevista concedida por Alfeo, em 7 de maio de 2011.

### Fontes eletrônicas

– Informações disponíveis em: <<http://www.h2foz.com.br/noticia/ministro-da-pesca-vem-novamente-fozitaipu-e-regiao>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

– Informações disponíveis em: <[http://jie.itaipu.gov.br/print\\_node.php??secao=turbinadas1&nid=17335](http://jie.itaipu.gov.br/print_node.php??secao=turbinadas1&nid=17335)>. Acesso em: 9 set. 2011.

– Informações disponíveis em: <<http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=1882>>. Acesso em: 19 jan. 2011

– Informações disponíveis em: <<http://www.seab.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2333>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

– Informações presentes no Relatório de Sustentabilidade 2009 da Itaipu, disponíveis em: <<http://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>>. Acesso em: 1 jul. 2011.

### Fontes periódicas

Jornal Rio Paranazão, 23 de janeiro de 1998, p. 4.

Jornal Rio Paranazão, 01 de fevereiro de 1998, p. 1.

Jornal Ilha Grande, 19 de julho de 1998, p. 1.

Jornal Rio Paranazão, 14 de agosto de 1998, p. 5.

Jornal Rio Paranazão, 10 de dezembro de 1999, p. 1.

Jornal Rio Paranazão, 23 de dezembro de 1999, p. 8

Jornal Rio Paranazão, 23 de dezembro de 1999, p. 8

Jornal Rio Paranazão, 10 de novembro de 2000, p. 9.

Jornal Rio Paranazão, 25 de maio de 2001, p. 2.

Jornal Rio Paranazão, 31 de março de 2006, p. 17.

Jornal Rio Paranazão, 21 de Maio de 2011, p. 5.

Jornal Rio Paranazão, edição 383, 30/7/2004 – Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

Jornal Rio Paranazão, edição 402, 10/12/2004 – Disponível em: <<http://www.rioparanazao.com.br/home/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

## BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Eduardo Schiavone. *Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social*. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2001.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 0, 1981.

FONTANA, Josep. Marx e o materialismo histórico. In: \_\_\_\_\_. *A história dos homens*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. Relações entre o Patrimônio material e imaterial: o caso do cemitério japonês. *Fênix – Revista de História e de Estudos Culturais*, v. 6, ano VI, n. 2, abr.-jun. 2009.

SANFELICE, Cátia Franciele. *Mudanças no mundo dos trabalhadores: os pescadores profissionais de Guaíra/PR (1970-2011)* – Marechal Cândido Rondon, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. Experiência: o termo ausente. In: \_\_\_\_\_. *A miséria da teoria*. Ou um planetário de erros, 2009.

\_\_\_\_\_. Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

**Artigo recebido em 12 de fevereiro de 2016. Aprovado em 31 de outubro de 2016.**

## A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA SALA DE AULA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A REALIZAÇÃO DO PROJETO *MAIS CULTURA NAS ESCOLAS* NA ESCOLA MUNICIPAL BORGES MACHADO, NO PIAUÍ

Maria Dalva Fontenele Cerqueira<sup>1</sup>

---

**Resumo:** este artigo visa relatar a realização do projeto *Mais Cultura nas Escolas* com alunos do 7º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Borges Machado, na cidade de Parnaíba, Piauí, onde trabalhamos com o Eixo Temático da Educação Patrimonial: patrimônio material e imaterial, memória, identidade e vínculo social. A realização do projeto teve como objetivo promover vivências, pesquisas e valorização de bens culturais de natureza material e imaterial referentes à memória e identidade cultural da sociedade parnaibana, bem como conhecer a história e as memórias do conjunto do patrimônio ferroviário existente na cidade. Adotamos como procedimentos metodológicos a pesquisa de campo e a história oral, para sensibilizar os alunos com o tema em estudo. Avaliamos a realização do projeto *Mais Cultura nas Escolas*, que contribuiu de forma significativa para uma maior aproximação da escola com a comunidade, para o (re)conhecimento dos estudantes e também dos professores e professoras do patrimônio cultural ferroviário da cidade de Parnaíba. Ele também promoveu reconhecimento, respeito e a identificação, por parte dos estudantes, para com os bens culturais da cidade.

**Palavras-chave:** História; educação patrimonial; identidade; Parnaíba; *Mais Cultura*.

**Abstract:** this article aims to report the work accomplished through the project "More Culture in Schools" with students from 7th grade of Borges Machado Municipal School in Parnaíba - Piauí, where we have worked with the Thematic Axis of Patrimonial Education: material heritage and immaterial, memory, identity and social link. The purpose of the project was to promote experiences, research and valuation of cultural goods of a material and immaterial nature regarding the memory and cultural identity of the Parnaibana society, as well as to know the history and memories of the whole of the railway heritage in the city. We adopted as methodological procedures the field research and oral history in order to sensitize students with the subject under study. We evaluated the realization of the project More Culture in Schools, which contributed significantly towards a closer relationship between the school and the community, for the students and teachers' knowledge about the cultural heritage of Parnaíba. It has promoted recognition, respect and identification of students with the cultural assets of the city.

**Keywords:** History; equity education; identity; Parnaíba, *Mais Cultura*.

---

### Apresentação

O presente trabalho é um relato de experiência do projeto Mais Cultura nas Escolas, desenvolvido na Escola Municipal Borges Machado, em Parnaíba, Piauí, com 37 estudantes do Ensino Fundamental II, no segundo semestre de 2014. As

---

<sup>1</sup> Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Professora de História da Secretaria Municipal de Educação de Parnaíba – PI. E-mail: dalvaclio@gmail.com

atividades envolveram todas as disciplinas, tendo como Eixo Temático a Educação Patrimonial: patrimônio material e imaterial, memória, identidade e vínculo social.<sup>2</sup>

A temática foi escolhida pela escola, que estimulou professores e professoras a pensarem em atividades participativas de formação cultural e aprendizado, cujo objetivo foi promover vivências, pesquisas e valorização de bens culturais de natureza material e imaterial referentes à memória e identidade cultural da sociedade parnaibana, como os monumentos e obras de arte, os modos de vida, as festas, as danças, as comidas típicas, visitas a museus, praças, igrejas, conhecimento de saberes e fazeres dos parnaibanos, além de visitas a arquivo e locais referenciais para a história e a identidade local.

Os docentes foram os responsáveis pela elaboração das ações pedagógicas que envolveram os estudantes, tendo como finalidade transformar a sala de aula e a escola num espaço de reflexão e valores sobre a cultura brasileira. Para a aula de história, foi discutido o conceito de patrimônio cultural material e imaterial, que acreditamos ser fundamental para que os estudantes reconheçam e estabeleçam vínculos sociais com o patrimônio cultural na cidade. Dessa forma, foram adotadas a educação patrimonial, a pesquisa de campo e a história oral como principais procedimentos metodológicos para sensibilizar os alunos.

O historiador Eric Hobsbawm (2002, p. 13), ao avaliar o interesse dos jovens do final do século XX pelo passado, afirma que “quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem”. Procuramos fazer com que os jovens conheçam o “passado público” e façam uma relação deste com sua própria história, e assim desenvolvam atitudes que os levem a valorizar e conservar seu patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, e se reconheçam como parte da história da cidade que também é de todos. Para isso, a educação patrimonial foi um importante procedimento, pois permitiu aos alunos desenvolver a sensibilidade do olhar, ouvir e conhecer sobre os “lugares de memória” que formam o *Conjunto Histórico e Paisagístico* de Parnaíba.

---

<sup>2</sup> O projeto foi desenvolvido pelos professores da Escola Municipal Borges Machado na cidade de Parnaíba (PI). Coordenado pela professora Maria Dalva Fontenele Cerqueira que também ficou responsável por orientar os estudantes da turma do 7º ano do Ensino Fundamental no turno manhã.

## O Projeto Mais Cultura nas Escolas

O *Mais Cultura nas Escolas*<sup>3</sup> é o resultado de uma parceria interministerial firmada entre os Ministérios da Cultura e da Educação, que tem por finalidade fomentar ações que promovam o encontro entre experiências culturais e artísticas em curso na comunidade local e o projeto pedagógico de escolas públicas contempladas com outros programas do Ministério da Educação, como Mais Educação e Ensino Médio Inovador.

O programa apresenta um Plano de Atividade Cultural e a escola escolheu uma para trabalhar com os estudantes. A escolha aconteceu no ato da elaboração do projeto que foi submetido à apreciação dos Ministérios da Cultura e da Educação e aprovado, sendo a execução acompanhada pela Secretaria Municipal de Educação – SEDUC. Em 2014, o Ministério da Cultura divulgou a lista de escolas cujos projetos foram aprovados e no mesmo ano começamos a desenvolver as atividades a que nos propomos.

Assim, o projeto teve como objetivo mobilizar a Escola Municipal Borges Machado e a comunidade escolar, para o conhecimento, a importância e a valorização do patrimônio cultural material e imaterial da cidade de Parnaíba, a partir da Educação Patrimonial e da pesquisa de campo, do uso da história oral, assim como a pesquisa de campo promovendo, uma maior aproximação entre escola e comunidade. Com essa finalidade, foram pensados os seguintes objetivos específicos: 1) sensibilizar os estudantes, por meio de exibição de filmes, palestras e pesquisa de campo junto ao patrimônio cultural local; 2) apresentar e aplicar os procedimentos do trabalho de campo e uso da história oral; 3) valorizar e conhecer a história dos “espaços de recordação” da cidade; 4) valorização as práticas da comunidade que são passadas de geração em geração, como a pesca, a cata do caranguejo, as festas, as manifestações culturais, a culinária, as manifestações artísticas, a produção de redes de pesca. O objetivo era estimular os alunos a se identificarem e se sentirem parte do que conjunto que é reconhecido oficialmente como patrimônio cultural de Parnaíba.

---

<sup>3</sup> Para maiores informações sobre o programa Mais Cultura nas Escolas e a lista de projetos selecionados, o manual de desenvolvimento das atividades, ver: <http://www.cultura.gov.br/maisculturanasescolas>.

### **A opção pela Educação Patrimonial no Projeto Mais Cultura nas Escolas na Escola Municipal Borges Machado**

Para Elison Paim (2010) memória e patrimônio são conceitos que estão interligados, e por isso, estão presente em tudo que diz respeito às experiências vividas por cada um em diferentes tempos e lugares. Acreditamos que a escola formal como instituição responsável por conservar e garantir que os estudantes tenham acesso ao conhecimento produzido pela sociedade, precisa problematizar tais conceitos, para tanto, com Átila Tolentino (2013, p. 08) ao afirmar que na educação formal, “a Educação Patrimonial deve ser uma proposta dinâmica e criativa de a escola se relacionar com o patrimônio de sua região e sua localidade”.

O tombamento é a forma de proteger e preservar o patrimônio material ou imaterial para que este possa ser preservado e conservado para as gerações do presente quanto para as futuras. No entanto, nem sempre o patrimônio depois de tombado é preservado e conservado. Em algumas situações, podemos encontrar prédios que mesmo depois de tombados estão em ruínas, abandonados tanto pelos órgãos responsáveis quanto pela própria comunidade que, em alguns casos, se tornam alheias a estes prédios que, por não conhecerem a sua história não os reconhecem como parte de sua história. Não se sentem pertencentes a eles ou parte deles. Falta a ideia de pertencimento ou ligação desse patrimônio com sua história vida.

Foi com o objetivo de fazer com que os estudantes conhecessem, respeitassem e conservassem o patrimônio cultural da cidade de Parnaíba Piauí que escolhemos trabalhar com educação patrimonial no projeto “Mais Cultura nas Escolas”. As pesquisadoras Cristina Reis Figueira e Lílian Lisboa Miranda (2012, p.08) defendem que a educação patrimonial nos projetos escolares, “possibilita ao aluno perceber que o patrimônio cultural faz parte da sua própria história. Tal percepção lhe propicia a oportunidade de conhecer as culturas locais, construindo laços de afetividade e de solidariedade com as pessoas e o lugar onde vive”.

Identificamos, por meio de conversa durante as aulas de História, que os estudantes da Escola Municipal Borges Machado desconheciam o significado do termo patrimônio e, além disso, desconheciam o que é oficialmente patrimônio cultural de sua própria cidade. Alguns até conheciam as estações ferroviárias, as

praças, igrejas, mas não sabiam que esses espaços foram tombados e formam o patrimônio material da cidade.

Parnaíba, cidade localizada na região norte do estado do Piauí, teve seu patrimônio tombado e reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAM em 2008, numa parceria com o Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba, órgão que listou os bens culturais que deveriam ser tombados. Atualmente o patrimônio cultural de Parnaíba é formado pelo *Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba* que é formado de seis conjuntos, assim distribuídos: Porto das Barcas e Galpões Portuários, Conjunto Praça da Graça, Conjunto Avenida Getúlio Vargas, Conjunto Praça Santo Antônio, Conjunto Estação Ferroviária, Conjunto da Casa da Misericórdia.

Diante da existência do *Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba* e do desconhecimento, por parte dos estudantes, foi que decidimos escolher o Eixo Temático da Educação Patrimonial, apresentado no *Plano de Atividades Culturais do Projeto Mais Cultura nas Escolas* para a Escola Municipal Borges Machado. A escolha foi feita pensando em fazer com que os estudantes (re)conhecessem o patrimônio cultural de sua cidade, uma vez que só valorizamos, defendemos, respeitamos e protegemos aquilo que (re)conhecemos como nosso.

### **Sensibilização inicial: discutindo o Patrimônio Cultural**

A sensibilização inicial aconteceu por meio da exibição do filme *Narradores de Javé*, dirigido por Eliane Caffé e lançado em 2003, que apresenta como tema central um povoado fictício, que se chama Javé, que vai desaparecer devido à construção de uma hidrelétrica. Seus moradores decidem que a única forma de salvar o povoado será escrever a sua história e torná-lo patrimônio histórico.

O filme foi exibido na íntegra, no entanto, foram selecionadas algumas cenas para discutir as situações apresentadas e ouvir o posicionamento dos estudantes sobre as questões levantadas. Uma das cenas selecionadas foi a que os moradores descobrem como salvar a comunidade: “Não inunda se virar coisa importante, patrimônio” – essa frase foi escolhida para começarmos a discussão sobre o que é patrimônio cultural e qual sua importância.

Após a exibição do filme, as discussões em relação aos conceitos de patrimônio cultural e sua divisão em material e imaterial, sobre tombamento e

participação da cidade, sobre os órgãos responsáveis pela escolha, e o que deve ou não ser patrimônio cultural de uma cidade, região, estado ou país, desenvolvemos debate relativo ao processo de tombamento com os alunos, por meio do jornal *O Bembém* (que publicou uma matéria ilustrada com fotografias dos conjuntos paisagísticos da cidade, tratando do patrimônio dos bens materiais da cidade).

Depois que os estudantes conheceram, por meio de fotografias, o patrimônio ferroviário piauiense localizado em Parnaíba, foi a vez da pesquisa de campo. Os estudantes foram levados para ver de perto, ouvir histórias de vida de moradores que residem em Parnaíba e que usaram o trem como meio de transporte para ir para a escola, praia ou para a capital, Teresina. Além disso, a estação Floriopólis, a Esplanada da Estação, o Museu do Trem do Piauí, fizeram parte do roteiro da pesquisa de campo.

### **A pesquisa de campo: conhecendo o patrimônio cultural de Parnaíba – Conjunto Estação Ferroviária**

A pesquisa de campo foi uma das metodologias aplicadas na realização do projeto *Mais Cultura nas Escolas*. Nessa fase, as turmas da escola foram divididas e cada turma ficou responsável por pesquisar sobre um dos Conjuntos Históricos e Paisagísticos da cidade de Parnaíba<sup>4</sup>. Para cada turma foram selecionados um ou dois docentes, dependendo da afinidade que o profissional tivesse com o patrimônio escolhido para orientar a pesquisa de campo.

Os estudantes do 7º ano do turno manhã ficaram com o *Conjunto da Estação Ferroviária* que é formado por duas estações, armazéns, posto médico, vila operária, almoxarifado, gráfica, depósito, casa de turma e outros prédios que faziam parte da extinta Estrada de Ferro Central do Piauí, em Parnaíba.

O roteiro da visita ao *Conjunto Estação Ferroviária* foi definido previamente; os estudantes foram levados no ônibus escolar da Prefeitura Municipal de Parnaíba, portando consigo, além de um caderno de campo onde anotavam as observações feitas durante a visita, muita curiosidade em torno do trem e a empolgação típica de

---

<sup>4</sup> O Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba é formado por seis conjuntos, assim distribuídos: Conjunto Santa Casa de Misericórdia; Conjunto Porto das Barcas e Galpões Portuários; Conjunto Praça da Graça; Conjunto Avenida Getúlio Vargas; Conjunto Praça Santo Antônio; Conjunto Estação Ferroviária. Para maiores informações sobre como está formado cada um desses conjuntos, ver: PINHEIRO, Aurea; MOURA, Cássia (orgs.). *Cadernos do Patrimônio Cultural do Piauí*. Teresina: Superintendência do Iphan do Piauí, 2010. v.2.

estudantes do Ensino Fundamental que saem da escola para uma pesquisa de campo.

A apresentação, aos estudantes, do *Conjunto da Estação Ferroviária*, despertou neles a curiosidade sobre a história da construção da Estrada de Ferro Central do Piauí e os motivos que levaram os parnaibanos a transformá-la em patrimônio. Durante as aulas, eles foram orientados a conversar com seus avôs e avós sobre a convivência deles com o trem em Parnaíba, pois estes sabem de muitas histórias desse meio de transporte. Depois dessa orientação, cada um dos alunos passou a ouvir seus familiares e a voltar para a escola e a compartilhar suas histórias. Depois que identificamos as pessoas que podiam nos contar suas memórias, decidimos trabalhar também com a história oral. O uso dessa metodologia não teve como finalidade produzir fontes orais para eventuais consultas numa pesquisa histórica. A história oral foi usada como uma forma de aproximar os estudantes de seus parentes e das demais pessoas da comunidade. Conhecer suas histórias e as recordações guardadas da infância e das viagens que realizaram no trem. Saber seus sentimentos em relação ao trem e a estação Floriópolis, Esplanada da Estação, o Museu do Trem no Piauí, a Vila Operária que era o local onde moravam os ferroviários que vinham transferidos para Parnaíba.

Optamos por trabalhar com a história oral de vida<sup>5</sup>, um das modalidades da história oral que aproxima as gerações, pois os entrevistados passam a contar sua vida para os estudantes e estes precisam aprender a desenvolver uma escuta atenta e respeitosa. Para a realização das entrevistas, foram realizados os seguintes passos:

*Escolha dos entrevistados:* Depois que os estudantes conversaram com seus familiares e retornaram para a escola, definimos mediante uma negociação com a turma quem seriam os entrevistados. Muitos estudantes moram no Catanduvas, atualmente bairro São Judas Tadeu, e no bairro Floriópolis que eram cortados pelos “caminhos de ferro”. Esses bairros ficam afastados da cidade de Parnaíba e entre as décadas de 1960 e 1970, quando o trem ainda estava em funcionamento, eram apenas pequenas comunidades.

---

<sup>5</sup> Sobre o uso das entrevistas, fruto da história oral de vida, no ensino de história ver: SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. *História oral na sala de aula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

*Construção do roteiro da entrevista:* a história oral de vida foi a modalidade da história oral escolhido para as entrevistas. Nessa modalidade, o entrevistado contava sobre sua trajetória de vida, suas experiências com o trem. Em sala de aula elaboramos um roteiro de questões que nortearam a entrevista. Outra preocupação foi com o tipo de pergunta que seria feita, procurando evitar perguntas que causassem algum tipo de constrangimento aos idosos ou cuja resposta fosse apenas sim ou não. O respeito com os entrevistados foi uma questão importante tratada com os estudantes, sua postura diante de pessoas com idade entre 60 e 70 anos, com algumas limitações geracionais. Nesse, sentido os estudantes precisavam adotar uma postura de respeito diante da fala do entrevistado, das limitações e da sua história de vida, luta e trabalho.

*Os equipamentos utilizados:* a história oral é um procedimento que requer equipamento tecnológico para gravar as entrevistas. Utilizamos o recurso recebido pela escola para comprar equipamentos como: câmera digital, gravadores, data show, filmadora, dentre outros equipamentos que seriam necessários na realização do projeto. Esses equipamentos foram importantes para realização das entrevistas, como para registro da pesquisa de campo realizada pela turma.

*Realização das entrevistas:* uma das entrevistas aconteceu na estação Floriópolis com a Senhora Maria da Conceição<sup>6</sup>. Os alunos levaram o caderno com o roteiro e conduziram a entrevista, explorando para além do roteiro, pois durante a entrevista surgiram outras questões que não tinham sido contempladas, mas que foram relevantes para o conhecimento do passado da cidade e da ferrovia no Piauí. A narradora começou meio tímida, mas depois se sentiu à vontade diante dos ouvidos atentos e curiosos dos estudantes e teceu suas histórias sobre sua infância, suas viagens de trem, suas brincadeiras de criança perto da estação e o (res)sentimento guardado pela desativação do trem. Depois dessa entrevista, os estudantes realizaram outras entrevistas em casa com seus parentes e amigos, que foram transcritas em sala de aula e analisadas pela turma.

A estação Floriópolis fica localizada em um bairro próximo da escola, com nome homônimo. Foi construída na primeira metade do século XX e fazia parte da

---

<sup>6</sup> A entrevistada Dona Maria da Conceição Amorim dos Santos mora ao lado da estação Floriópolis desde que nasceu em 1944. Concedeu entrevista, que foi filmada e gravada pelos alunos do 7º ano da Escola Municipal Borges Machado, sob a orientação da professora Maria Dalva Fontenele Cerqueira em Parnaíba Piauí, em 09 de novembro de 2014.

Estrada de Ferro Central do Piauí. É uma estação pequena, uma das menores estações ferroviárias construídas no Piauí, também conhecida como “estação do amor”, pois, segundo os memorialistas locais, foi um mimo que o engenheiro Miguel Furtado Bacelar<sup>7</sup> fez para sua esposa, Flora Bacelar, que tinha uma residência em frente da estação. O modelo arquitetônico adotado na estação foge do modelo padrão das demais estações da estrada de ferro, com suas paredes de vidro. A estação fica sobre uma pequena plataforma onde o trem parava para o embarque dos passageiros, que iam para a cidade estudar, fazer compras no mercado, assistir à missa aos domingos ou tomar um banho de mar nas praias de Luís Correia.

Próximo da estação de Floriópolis, também existe uma antiga casa de turmas que servia para os conservadores de linha que trabalhavam naquele trecho. No lugar se formou o bairro que atualmente recebe o nome da estação, que depois de fechada na década de 1970 (pois foi extinto o trecho da linha de ferro que ligava Parnaíba a cidade de Luís Correia), ficou muito tempo abandonada e esquecida. Em 2011, foi tombada e reformada pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Piauí. Apesar de atualmente ser um dos pontos turísticos da cidade, os alunos da Escola Municipal Borges Machado desconheciam sua história.

A chegada ao local foi motivo de festa para os alunos que não conheciam o a estação, fomos acompanhados por uma equipe de professores que também desconheciam a história da estação ferroviária. Próximo da estação foi construída uma pracinha com bancos de madeira protegidos do sol pelos muitos pés de cajueiro existentes no local. Foi nessa paisagem que encontramos uma moradora do local, cuja residência fica ao lado da estação, Dona Maria da Conceição Amorim dos Santos, que mora no local desde 1944 e guarda na memória, histórias de sua infância e das viagens que fez no trem.

A colaboradora sentou-se em um dos bancos da praça e foi rodeada pelos estudantes que um a um, pacientemente, perguntavam e ouviam suas respostas sobre a existência do trem e sua passagem pela estação Floriópolis. Uma das primeiras perguntas foi sobre a infância e como era a escola onde ela estudava. Ela, pacientemente, respondeu:

---

<sup>7</sup> Foi o primeiro engenheiro da Estrada de Ferro Central do Piauí nos início do século XX quando a estrada de ferro começou a ser construída em 1916 na cidade de Parnaíba, Piauí.

Meus filhos essa estação aqui tem muita história. Eu fiquei muito feliz quando reformaram ela. Eu me lembro de quando eu era criança aqui perto não tinha escola. A minha escola era em Parnaíba era perto do Mercado Velho, onde hoje é o José Maria Nunes. Da minha escola a gente ficava olhando o movimento do mercado e a professora ficava reclamando e perguntava: 'você vieram para estudar ou para olhar o mercado?' Aí, todo mundo se sentava!! Não demorava muito estava todo mundo de novo com as caras na janela. E ela dizia: 'Aí meu Deus!!! Hoje vocês não vão estudar nada'. Quando terminava a aula nós saíamos correndo para pegar o trem, a gente vinha correndo e pagava o trem onze e meia e quando era uma hora eles descia com outros estudantes. Tinha que sair correndo para não perder a hora do trem porque se perdesse tinha que voltar caminhado de Parnaíba para cá. Não tinha outro transporte, era só o trem. Quando a gente perdia o trem chegava em casa muito tarde e muito cansado. O nosso divertimento era ir de trem para Luís Correia, nosso único divertimento era esse. [...] (Maria da Conceição, 2014).

A narradora falou da importância que tinha o trem para ela durante sua infância escolar. Era o único transporte existente na região, que ela e os demais estudantes dispunham para ir para escola que ficava no centro da cidade ao lado do mercado. Dona Maria se recorda que tinha que ficar atenta para a hora da saída do trem, pois como morava distante, por uma distração podia perder o trem e ter que voltar para casa caminhando. Outra pergunta dos estudantes foi sobre o que era transportado pelo trem. Segundo a entrevistada,

O trem transportava nos vagões farinha, feijão, milho, animais. Tinha um vagão só para trazer, Tudo que queriam vender em Parnaíba era levado no trem. As pessoas que trabalhavam nas roças levavam os produtos para vender de trem, o pessoal da Barra Grande, do Camurupim e dos outros povoados que hoje já são até cidades. O trem era um transporte seguro e eu faço um apelo para o trem voltar a funcionar novamente. Eu tenho muitas saudades do tempo do trem. Eu sonho com o dia que o trem vai voltar a funcionar. Aqui eu tenho muitas dificuldades com transporte quando eu quero ir para a Parnaíba [...] (Maria da Conceição, 2014).

Pelas lembranças da narradora podemos identificar os produtos que eram transportados no trem pelos parnaibanos e pelos moradores, mesmo de comunidades pertencentes a outras cidades, como o caso dos moradores da Barra Grande e Camurupim, ambos pertencentes a Luís Correia.

De acordo com as histórias e as recordações que a narradora contou para os estudantes, eles puderam avaliar a importância que o trem teve para os parnaibanos, pois era o único meio de transporte de que dispunham para transportar seus produtos e para chegar até a escola, entre as décadas de 1960 a 1970. Também passaram, a saber, a finalidade da estação e da plataforma.

Além dessas, outras descobertas foram feitas pelos estudantes, por meio da história oral, como a história dos *Dois Irmãos* que foi contada pela Dona Maria. Segundo ela, eram dois irmãos com idade entre quatorze e quinze anos, que tinham chegado do Ceará em Parnaíba e estavam procurando emprego:

O nome deles eu não sei, meus filhos. Faz muito tempo, eu tinha entre onze e doze anos quando aconteceu. Eles vinham caminhando por cima da linha do trem quando o trem atropelou os dois. Eles morreram no local. Assim que aconteceu o atropelamento correu muita gente pra lá e eu corri também. Quando eu cheguei lá estavam os dois no chão. Um já tinha morrido e o outro morreu depois. Depois que eles morreram eles se tornaram milagrosos. As pessoas quando estavam com algum problema faziam logo uma promessa e acontecia o milagre. Até hoje tem aquela capelinha lá na beira da estrada, foi lá onde aconteceu (Maria da Conceição, 2014).

Dona Maria, assim como os alunos, ficou feliz com o encontro e com a oportunidade que tiveram de se aproximar, de conversar, de contar e ter ouvidos atentos, mãos ágeis nas anotações.

Outro local visitado pelos estudantes do 7º ano foi a Esplanada da Estação, onde ficam localizados prédios construídos na década de 1950, como almoxarifado, posto médico, armazém, gráfica e a estação central, que atualmente abriga o Museu do Trem do Piauí. A estação central foi inaugurada em 1920, era o local de encontros e despedidas dos parnaibanos que chegavam e partiam da cidade. Era também um local de comércio, para onde as pessoas levavam seus produtos para vender aos passageiros. Atualmente a estação abriga o Museu do Trem do Piauí, um lugar de memória..

A estação ferroviária, em Parnaíba, “apesar de ser uma estação de passagem, atuou como Terminal. Possuía grande pátio de operação que contava com oficinas de manutenção, conserto e reforma. Da estação, partiam operários para solucionar quaisquer problemas ao longo da linha” (PINHEIRO; MOURA, 2010: 61). Local de embarque e desembarque, marcou a memória dos parnaibanos e

influenciou no espaço urbano da cidade. Em pouco tempo, foram construídas casas, ruas, surgiram novos bairros, time de futebol, escolas, clube social tudo isso em função da ferrovia.

A estação, um pequeno edifício construído, seguindo as características das construções ferroviárias de sua época, foi transformado em Museu e guarda um importante acervo da história ferroviária piauiense.

O Museu do Trem do Piauí foi inaugurado na Parnaíba pelo Prefeito Paulo Eudes Carneiro no dia 15 de agosto de 2002. Frutos de longos entendimentos com Carlos Alberto Sequeff, representante da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA), o prefeito conseguiu que ficasse para Parnaíba não só toda a vasta área da RFFSA, com seus imóveis, como 56 peças referentes ao tempo do trem no Piauí que se encontravam mantidas em quase abandono nos galpões da RFFSA em São Luís (O BEMBÉM, 2009, p.07).

O Museu do Trem do Piauí é uma instituição pública, que a prefeitura de Parnaíba assumiu o compromisso de guardar, conservar e expor seu acervo. Sobre a criação de museus ferroviários, Luís Lopes aponta que “numa época em que os vestígios das primeiras fases da industrialização estão a desaparecer, torna-se indispensável à salvaguarda da sua memória e algum do patrimônio mais significativo, seja ele móvel ou imóvel, uma tarefa que compete aos museus.” (LOPES, 2012, p. 08).

A concepção, montagem e os textos expostos no Museu do Trem do Piauí são de autoria do dramaturgo e escritor parnaibano Benjamin Santos, na época Secretário de Cultura de Parnaíba. Acompanhou a reforma e restauração do imóvel antigo da estação ferroviária. “As obras de transformação de imóveis antigos e/ou degradados em espaços museológicos tornaram-se, ao longo dos tempos, um campo privilegiado para a materialização de sucessivas experiências sobre conservação e restauro.” (LOPES, 2012, p. 63).

Benjamim Santos organizou, de forma didática, a exposição das peças no museu, onde o visitante pode fazer um passeio pela história do trem no Piauí. A exposição intitulada “*Parnaíba no tempo do trem a vapor*”, é acompanhada de textos expostos em banner explicando a história do trem e é dividida em seis módulos, intitulados respectivamente: Saleta de entrada; Espaço dos pioneiros; Estrada de Ferro Central do Piauí; RFFSA; O trem e o porto; Os ferroviários:

A estrutura interna do espaço museológico representa, de fato, um aspecto essencial para a identidade e a funcionalidade do edifício. Se a transição entre o exterior e o interior do museu é determinante na construção da imagem pública da instituição museal, os primeiros espaços internos de acolhimento aos visitantes revelam-se, também, decisivos na confirmação ou contradição das expectativas suscitadas por essa imagem (LOPES, 2012, p. 64).

O módulo – “*Saleta de entrada*” – foi organizado na antiga sala de espera dos passageiros, distribuídos em cima de uma mesa trem de madeira, livros da Agatha Christie em quadrinhos e poemas sobre trem, um relógio e um quadro “O trem passa na guarita”, cabide com chapéu, bengala e um banner explicando o itinerário do trem no Piauí:

Aqui começa a sua viagem pelo mais novo museu do Brasil, o único museu ferroviário do alto Nordeste. É verdade que ainda se encontra em processo de criação, aquisição de peças e documentos. Mas a etapa principal já foi vencida: a recuperação dos prédios, a abertura desta primeira exposição permanente e o reaproveitamento do pátio interno, com um trecho das linhas férreas. O passo que você acaba de dar, entrando nessa antiga Estação de Passageiros, foi o passo que você precisava para conhecer melhor o velho trem de ferro que existe em sua imaginação. Siga. Sua caminhada começa. Deixe-se levar pela memória do povo parnaibano... e boa viagem! (O BEMBÉM, 2009, p. 08)

Pela exposição no primeiro banner, podemos perceber que o museu se apresenta não apenas como uma instituição pública que guarda e expõe suas peças, mas é um lugar de memória dos parnaibanos, mostra a relação existente entre as pessoas e o trem, uma estação de memória que se ergue e conta sua história.

O segundo módulo – *Espaço dos Pioneiros* - homenageia Miguel Bacellar, o engenheiro responsável pelo início da construção da ferrovia no Piauí que é apresentado pelos parnaibanos como o “pioneiro desbravador das terras piauienses”:

O trem ainda não completou duzentos anos de história. No entanto, é o mais mítico dos transportes coletivos. [...] As passagens custam menos que nas viagens de avião, de navio ou de ônibus. Desde que apareceu revolucionando a tecnologia dos transportes de roda, o trem marcou a história do mundo. Desbravou o oeste dos Estados

Unidos; cruzou em todas as direções todos os países da Europa; estendeu-se pelas estepes geladas da Sibéria; transportou soldados na Primeira Guerra Mundial; carregou prisioneiros ciganos e judeus para os campos de concentração na Segunda Guerra. Agora, em forma de metrô, transporta diariamente milhões de passageiros entre centenas de estações de Londres, Nova York, São Paulo, Paris, Roma, Rio de Janeiro ... O Museu do Trem do Piauí é um canto de saudade ao trem a vapor, o velho trem de ferro, aquele que soltava faíscas, lançava tufo de fumaça e fazia café-com-pão-manteiga-não...café-com-pão-manteiga-não... (O BEMBÉM, 2009, p. 08).

Nesse módulo os estudantes receberam informações sobre a importância do trem no mundo e os eventos em que ele foi usado, sabendo das mudanças sofridas pelo trem – metrô – e os milhões de passageiros no Brasil e na Europa que ainda fazem uso do transporte ferroviário. No entanto, fica claro que o trem que é guardado na memória dos parnaibanos e que desperta saudades é o “velho trem de ferro”, a Maria Fumaça, apelido carinhoso que recebeu devido à quantidade de fumaça que expelia durante a viagem. É o trem da saudade dos parnaibanos, sentem falta do barulho que na imaginação formava uma canção. São os vestígios desse trem que o Museu guarda. Nesse sentido, a historiadora Cláudia Fontineles (2009) alerta sobre a importância dos vestígios e sua relação com o tempo e a memória:

É importante entender o papel desempenhado pelos vestígios deixados como reminiscência do passado e o papel assumido por eles na construção da consciência humana, que dele necessita para poder lutar pela duração tão almejada através do tempo. Os sinais emitidos e conservados contribuem para compor os modos de durar de um indivíduo ou de um grupo. Daí a valorização atribuída aos vestígios, principalmente em sua dimensão material, que funciona como a conservação dos vestígios e suas maneiras de se inscrever na memória de uma época, agindo como permanência daquilo que é passageiro (FONTINELES, 2009, p. 35).

Continuando a viagem pelo museu, o visitante encontra os vestígios da extinta Estrada de Ferro Central do Piauí, e estrada de ferro piauiense que existiu até 1957, quando foi criada a Rede Ferroviária Federal que incorporou as estradas de ferro que eram mantidas pela União. Esse módulo é seguido do RFFSA e apresenta o percurso realizado pelo “trem de ferro – locomotiva a vapor, a composição: locomotiva, tender, vagão de 1ª classe, vagão de 2º classe, vagão de

bagagem, vagão-restaurante, gôndola, trolley. Transporte: encomendas, bagagens de passageiros, frutas, pedra e gado” (O BEMBÉM, 2009, p. 08).

A pesquisa de campo realizada no Museu do Trem do Piauí levou os estudantes a reconhecerem a importância dos espaços museológicos para a história e a identidade dos parnaibanos. Assim, “o museu vai recuperando as referências identitárias importantes para a construção e a transmissão das memórias coletivas, entre a população e as comunidades locais associadas à cultura ferroviária e a sua história.” (LOPES, 2012, p. 64).

Os ferroviários não foram esquecidos, tiveram lugar especial na exposição, foram procurados e cederam fotografias, roupas; contaram histórias da época em que trabalhavam na estrada de ferro; contribuíram para a formação e a preservação da história da ferrovia que também é a história de vida de muitos homens e mulheres. Muitos chegaram a trabalhar vinte ou trinta anos na ferrovia, um trabalho pesado que exigia muito esforço e determinação. Os ferroviários em Parnaíba têm uma história recheada de lutas, conquistas e diversão. Fundaram um Clube social e formaram um time de futebol, o Ferrim:

Dezenas deles ainda estão por aí contando suas histórias; velhas histórias de trabalhador ferroviário. São maquinistas, foguistas, graxeiros, chefes de trem, guarda-freios, conservadores de linha, feitores, chefes de turma, funileiros, ferreiros, soldadores, torneiros, eletricitas, bagageiros, carregadores, um mundo de homens povoando a estação de Parnaíba. Uma estação de grandes dimensões, incluindo estação de passageiros, pátio de manobra, inspetoria de transportes e comunicação, arquivo, almoxarifado, posto médico, tipografia e uma oficina de manutenção das linhas, locomotivas, vagões, locomóveis, gôndolas, trolleys... Esses homens eram os ferroviários [...] Em cada dormente, cada vagão, cada máquina, cada pedaço de trilho estrada afora, tudo fala dessa gente que amava o trabalho que fazia. Uma gente que amava o trem (O BEMBÉM, 2009, p. 08).

No módulo intitulado *O trem e a cidade*, os estudantes puderam identificar a relação das pessoas com o trem em seu cotidiano de trabalho e lazer:

Durante sessenta anos, de 1922 a 1982, o trem fez parte do dia-a-dia do povo parnaibano. Acompanhou todo o período de crescimento da cidade, no século XX. Fez parte do imaginário, levava as famílias para um domingo na praia, para a festa de Bom Jesus dos Navegantes e para as férias de julho em Amarração. Trazia laranjas de Frecheiras (doces como mel!) e levava mantimentos para vilas e

idades ao longo da linha. E havia o medo, o susto, o fascínio. – Tira o braço da janela, menino, que lá vem a ponte. – Cuidado com a faísca, pode cair no olho. – Corre, gente, que o sino da estação já bateu. Faltam cinco minutos para o trem sair. – Papai quem é que mora na casa de turma? Um dia o trem pegou um ônibus que deu o prego bem no meio da linha. Foi lá na Guarita. Outro dia, descarrilou. Depois, acabaram-se as viagens. Nunca mais, as nuvens de fumaça pela plataforma. Nunca mais o Chefe-de-trem perfurando os bilhetes no meio da passagem. Acabou-se a festa de Bom Jesus dos Navegantes. Adeus 301! Adeus 1002! Nunca mais as faíscas queimando as camisas. E o povo jamais perdoou a locomotiva Mariquinha por ter matado os Dois Irmãos (O BEMBÉM, 2009, p. 08).

Além das peças (são expostos pedaços de lembranças que povoam a memória dos parnaibanos), a ferrovia constitui-se em patrimônio não somente no pensamento das pessoas que tiveram a oportunidade de conviver com ela, mas também num devir coletivo de que a história ferroviária possa se materializar em seus “lugares de memórias” – notadamente em museus ferroviários - e na expectativa de que a saga da ferrovia possa ser contada e preservada pela memória coletiva da cidade.

Pierre Nora (1993) estabelece uma estreita relação entre memória e lugar. Para ele os lugares de memória são antes de tudo “restos” que são fragmentos advindos de diversos momentos do passado. Nora defende que para a determinação dos lugares de memórias é necessário manter a intenção de que aquele lugar seja um lugar de memória. A razão principal de ser um lugar de memória está no fato de poder parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas. Assim entendemos o Museu do Trem de Parnaíba.

### Considerações finais

O trabalho com educação patrimonial realizado na Escola Municipal Borges Machado, por meio do *Programa Mais Cultura nas Escolas*, na disciplina de História, em diálogo com outras, com estudantes do 7º do Ensino Fundamental e a utilização de pesquisa de campo, história oral e a pesquisa no jornal local *O Bembém*, permitiu constatar o que as pesquisadoras Cristina Reis Figueira e Lílian Lisboa Miranda (2012) defendem: as atividades com patrimônio cultural proporcionam o desenvolvimento da criatividade, além de oportunizar o conhecimento de diferentes modos de vida, os “espaços de recordação” e estabelecer relações com esses

lugares. Permite ainda conhecer a história dos monumentos que fazem parte do patrimônio cultural material da cidade.

A pesquisa de campo realizada no Conjunto Estação Ferroviária permitiu aos estudantes visitarem o Museu do Trem do Piauí, a Esplanada da Estação, a Estação Floriópolis e a Via Operária, lugares que guardam objetos usados pelos ferroviários, fotografias, imagens, livros, máquinas de escrever, fragmentos de trem dentre outros objetos que permitiram aos estudantes conhecer uma parte da história da estrada de ferro no Piauí.

A realização das entrevistas também foi um momento de aprendizado, pois além de ouvir as histórias dos entrevistados, os estudantes aprenderam com eles a valorizar o patrimônio ferroviário piauiense e entender o motivo da preservação desse patrimônio para as futuras gerações. O trabalho com as entrevistas permitiu uma aproximação entre as gerações e, mais ainda, uma aproximação da comunidade com a escola. Os estudantes aprenderam a ouvir e valorizar as histórias de vida de seus parentes e amigos.

Os professores e professoras também aprenderam com o *Mais Cultura nas Escolas*, uma vez que, precisaram pesquisar sobre a educação patrimonial e tiveram, assim como os alunos, a oportunidade de conhecer as histórias que envolvem os prédios, praças, igrejas, estações, hospitais que, juntos, formam o patrimônio cultural parnaibano.

Assim, avaliamos que a realização do projeto contribuiu de forma significativa para maior aproximação da escola com a comunidade, para o (re)conhecimento dos estudantes e também dos professores e professoras com o patrimônio cultural ferroviário da cidade de Parnaíba. Promoveu reconhecimento, respeito e a identificação por parte dos estudantes para com os bens culturais da cidade.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução de Paulo Soeth. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

CAFFÉ, Eliane (dir.). *Narradores de Javé*. Brasil Bananeiras Filmes, 100 minutos, cor, 2003.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis; GIOIA, Lillian de Cássia Miranda. *Educação patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental: conceitos e práticas*. São Paulo: Edições SM, 2012.

FONTINELES, Cláudia C. S. *O Recinto do Elogio e da Crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife, 2009.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LOPES, Luís Felipe Gomes. *Museu Nacional Ferroviário. Museu Industrial?* Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2012.

MUSEU do Trem – Cultura e turismo. *O Bembém*, Parnaíba, ano 2, n. 21, 21 set. 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

PAIM, E. A. Lembrando, eu existo. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org.). *História: ensino fundamental - Coleção Explorando o Ensino*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, v. 2. p. 83-104.

PINHEIRO, Áurea; MOURA, Cássia. Conjunto Histórico e paisagístico de Parnaíba. In: FINGER, Anna Eliza et. al. *Cadernos do Patrimônio Cultural do Piauí*. Teresina: Superintendência do Iphan no Piauí, 2010.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. *História oral na sala de aula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

TOLENTINO, Átila. Educação, memórias e identidades. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). *Educação patrimonial: educação, memórias e identidades* / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Superintendência do Iphan na Paraíba. João Pessoa: Iphan, 2013. p. 06-09.

**Artigo recebido em 19 de dezembro de 2016. Aprovado em 19 de fevereiro de 2017.**

## A FORMAÇÃO DA CIDADE DE VARGINHA/MG E A CHEGADA DOS SERVIÇOS URBANOS (1882-1920)

Natânia Silva Ferreira<sup>1</sup>

---

**Resumo:** Varginha, situada no Sul de Minas Gerais, se emancipou do município de Três Pontas no ano de 1882, tendo ocorrido, naquele ano, a primeira reunião da Câmara Municipal de vereadores da cidade. Na época do final do século XIX e do início do século XX, o Brasil como um todo passava por um processo de transformações urbanas e crescimento econômico que também ocorreu em Varginha, embora de forma particular. Assim, considerando as transformações pelas quais Varginha passou na transição do século XIX para o século XX, pretende-se, com esse artigo, abordar quatro serviços que são de suma importância para a formação urbana e econômica de uma região: a chegada da ferrovia, o serviço do abastecimento de água, a inauguração da energia elétrica e a instalação do telefone. Por meio de fontes primárias do período de 1882 até 1920, especialmente atas da Câmara Municipal de Varginha, será possível compreender a formação inicial do município e entender como ocorreu a chegada dos serviços urbanos à cidade. A partir disso, pretende-se analisar como tais serviços contribuíram para a intensificação do processo de urbanização e do crescimento econômico local.

**Palavras-chave:** Varginha/MG, 1882-1920; serviços urbanos; Atas da Câmara Municipal.

**Abstract:** Varginha, located in the south of Minas Gerais, was emancipated from the municipality of Três Pontas in 1882, and in that year it occurred the first meeting of the councilors of city. In the time of the end of the nineteenth century and the beginning of the twentieth century, the Brazil as a whole underwent a process of urban transformations and economic growth that also occurred in Varginha, though in a particular way. Thus, considering the transformations that Varginha underwent in the transition from the nineteenth century to the twentieth century, this article intends to address four services that are of great importance for the urban and economic formation of a region: the arrival of the railroad, the supply of water service, the inauguration of electricity and the installation of the telephone. Through primary sources from the period 1882 to 1920, especially records of the Varginha Council, it will be possible understand the initial formation of the municipality and how the arrival of urban services occurred in the city. From this, intends to analyze how these services contributed to the intensification of the process of urbanization and local economic growth.

**Keywords:** Varginha/MG, 1882-1920; Urban Services; Records of the City Council.

---

### Introdução

A transição do século XIX para o século XX foi um período de transformações urbanas e crescimento econômico para o Brasil como um todo. O ciclo da borracha se constitui num exemplo de economia particular, porque possibilitou crescimento

---

<sup>1</sup> Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (Bolsista CAPES). Doutoranda do Programa de Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas (área de concentração: História Econômica). E-mail: [natania.silvaferreira@yahoo.com.br](mailto:natania.silvaferreira@yahoo.com.br)

econômico e industrialização do Amazonas, especialmente em Manaus, e do Pará, sobretudo em Belém. (FERREIRA, 2005, cap. 3; BUENO, 2012). No Rio Grande do Sul houve também o desenvolvimento de uma economia própria, baseada na pecuária, que possibilitou, de certa forma, o desenvolvimento industrial da região. (HERRLEIN, 2000). No sudeste do país, São Paulo desenvolveu uma economia cafeeira muito relevante, a atividade que mais contribuiu para o aumento das exportações brasileiras na passagem do XIX para o XX. (CANO, 1975; DEAN, 1977; SILVA, 1980; MELLO, 1998)

De forma particular, cada parte do Brasil passava por um processo de urbanização e crescimento econômico, com auxílio de atividades econômicas agropecuárias.

Naquele contexto, de transformações urbanas pelas quais o Brasil passava na transição do século XIX para o século XX, o Sul de Minas Gerais receberia influências da expansão da economia cafeeira, mais especificamente, na primeira década do século XX, quando as exportações passaram a aumentar.

A região do Sul de Minas Gerais foi emancipada em 1789, quando se constituiu como região independente, tendo sido emancipada a paróquia de Campanha da Princesa<sup>2</sup>. Localizada inicialmente na Comarca do Rio das Mortes, Campanha se tornaria a sede da Comarca do Rio Sapucaí a partir de 1833, tendo suas fronteiras delimitadas ao norte pelo Rio Grande e ao sul e sudeste pela serra da Mantiqueira<sup>3</sup>.

Assim, o território que abrigaria o Sul de Minas tem começo com a emancipação de Campanha, município que seria desmembrado na primeira metade do século XIX nas cidades de Baependy (1814), Jacuhy (1814), Pouso Alegre (1831), Lavras (1831), Jaguary (1840) e Itajubá (1848). A dinâmica da região avançaria em relação à existente na urbanização da área mineradora e, inicialmente,

---

<sup>2</sup> Apesar da independência do Sul mineiro datar de 1789, já na economia do ouro apresentava importância como rota de comércio e como produtor de gêneros de abastecimento para outras regiões, como a corte. Segundo Furtado (1963, p. 114-115), “a cidade do Rio representava o principal mercado de consumo do país e os hábitos de consumo de seus habitantes se haviam transformado substancialmente a partir da chegada da corte portuguesa. O abastecimento desse mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul da província de Minas como reflexo da expansão da mineração”.

<sup>3</sup> A Comarca do Rio das Mortes havia sido emancipada da área mineradora central, com a fundação de sua sede em São João D’El Rey no ano de 1713.

seria baseada na agricultura e no comércio de abastecimento. (PRADO JR., 1972; LENHARO, 1979)

Entretanto, a base econômica regional – a agricultura e o comércio de abastecimento – seria rompida, embora não totalmente, entre o final do século XIX e o início do XX, com a introdução da cafeicultura e o processo de urbanização em curso.

O produto mais valioso de exportação de Minas Gerais estabelecia a razão pela qual tanto a Zona da Mata como o Sul dominaram a política do Estado durante a Primeira República. (WIRTH, 1982) Com a fortificação da economia cafeeira pelo Sul mineiro:

[...] juntamente à ampliação da população [...] era nítido o crescimento do número de cidades. Alfenas, Boa Esperança, Três Corações e Varginha, por exemplo, faziam parte de uma primeira fase de emancipação de municípios, entre as décadas de 1860 e 1880, como resultado da introdução do café na região. (SAES; COSENTINO; GAMBI, 2012, p. 31)

Assim, Varginha foi emancipada do município de Três Pontas no ano de 1882 e desse período até 1920, passou por transformações que fizeram com que se tornasse uma das principais cidades do Sul de Minas Gerais: as primeiras escolas públicas surgiram por volta da metade da década de 1880 (ACMV<sup>4</sup>, 1884, fl. 22); a elevação à sede de Comarca ocorreu em 1890 (ACMV, 1890, fl. 18); a estrada de ferro Muzambinho começou a passar pelo município no ano de 1892, tendo gerado relevante movimentação na cidade em fins de 1891 (ACMV, 1891, fl. 40). Quando se iniciou o século XX, Varginha já contava com elementos importantes para seu processo de urbanização: as casas comerciais, as primeiras fábricas e os bancos; teatro, clube recreativo e cinema; água potável, telefone e energia elétrica; eram elementos que, juntamente com os que surgiram no final do século XIX, faziam de Varginha uma cidade de destaque no Sul de Minas Gerais. (ÁVILA, 1983; SALES, 2003)

O processo de urbanização pelo qual o Brasil e Minas Gerais passaram na mudança do século XIX para o século XX também ocorreu em Varginha, embora de forma particular.

---

<sup>4</sup> ACMV: sigla utilizada para abreviação de Ata da Câmara Municipal de Varginha.

Considerando as transformações pelas quais a região de Varginha passou na transição do século XIX para o século XX, pretende-se, com esse artigo, abordar quatro serviços importantes para a formação urbana e econômica de uma região: a passagem da ferrovia, o abastecimento de água, a instalação da energia elétrica e a chegada do telefone. A principal fonte de pesquisa para o entendimento da chegada dos primeiros serviços urbanos na cidade se constitui num conjunto de aproximadamente 500 atas da Câmara Municipal de Varginha, presentes no Museu Municipal da cidade, para o período de 1882 até 1920<sup>5</sup>.

Dessa forma, este trabalho conta com quatro seções, além desta introdução: a seção dois trata da formação inicial de Varginha, considerando, sobretudo, o século XIX, isto é, um período anterior ao da elevação à categoria de cidade; a seção três se refere à economia varginhense da transição do século XIX para o século XX, voltando-se para a introdução do café, a chegada da estação ferroviária e dos primeiros comércios, das primeiras instituições bancárias e das fábricas em Varginha<sup>6</sup>; a seção quatro destaca os serviços urbanos: o abastecimento de água, a instalação da energia elétrica e a chegada do telefone, serviços urbanos que chegaram à cidade no início do século XX; a seção cinco, por fim, trás as considerações finais.

### **A formação da cidade de Varginha: acontecimentos de antes da virada para o século XX**

Foi no final do ano de 1882 que ocorreu a primeira reunião da Câmara Municipal de Varginha, pois até aquela data o antigo distrito pertencia ao município de Três Pontas. Assim:

Aos dezecete dias do mez de dezembro de mil oitocentos e oitenta e dois, reunido no Paço da Camara Municipal desta Villa, a hora que pelo Senhor Presidente da municipallidade da cidade de Três Pontas Azarias Ferreira de Mesquita foi marcada para a installação e posse desta Villa os Senhores Vereadores José Maximiano Baptista, Domingos Teixeira de Carvalho, João Alves de Govêa, Franscisco de Paula e Silva, Matheus Tavares da Silva e Joaquim Antonio da Silva

<sup>5</sup> Por meio do projeto “Raízes históricas, culturais e materiais de nosso povo – a história de Minas Gerais e a história de Varginha”, os professores do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas, Thiago Fontelas Rosado Gambi e Daniel do Val Cosentino – com apoio de Cláudio Henrique Martins, antigo diretor do Museu Municipal de Varginha –, realizaram a digitalização das Atas da Câmara Municipal, do período de 1882 até 1940.

<sup>6</sup> O serviço da estrada de ferro será tratado na seção três, referente à economia varginhense na transição do século XIX para o século XX, na medida em que a ferrovia possuía relação, sobretudo, com a cafeicultura e com o comércio varginhense.

foi pelo dito Presidente deferido juramento na forma da Lei [...]. (ACMV, 1882, fl. 01)

Naquela reunião, foi escolhido o primeiro presidente da Câmara Municipal, Matheus Tavares da Silva<sup>7</sup>, sendo o vice-presidente, José Maximiano Baptista<sup>8</sup>.

Terminada a eleição, Matheus Tavares da Silva convidou os demais vereadores para comparecerem no paço da Câmara às 10 horas do outro dia, 18 de dezembro de 1882, para tratarem da nomeação de empregados e demais assuntos que surgissem.

A formação da Câmara Municipal de Varginha ocorreu ao final do ano de 1882, contudo, claramente, num período bem anterior ao do fim do século XIX, as terras que mais tarde abrigariam o município já eram povoadas.

Anos antes de 1806, o casal Francisco Alves da Silva e Tereza Clara Rosa da Silva adquiriu as terras onde mais tarde se localizaria Varginha. O casal vendeu essas terras ao alferes Manoel Francisco de Oliveira no ano de 1806 e, posteriormente, elas foram doadas a diocese de Campanha. (SALES, 2003)

Affonso Ávila afirmou que o povoado surgiu em fins do século XVIII, por volta de 1785. O povoado se encontrava no meio do caminho que ligava a Vila de Campanha ao Sertão de Três Pontas. E a exemplo da tradição observada em grande parte dos povoados mineiros, surgidos no século XIX, à área inicial de Varginha compreendia cerca de 48 alqueires, que correspondiam às terras doadas para a diocese de Campanha para a construção da capela de Espírito Santo de Catanduvas. (ÁVILA, 1983, p. 02)

Entre 1785 e 1820, foram construídas no local cerca de seis casas de telhas. No ano de 1824, o arraial contava com cerca de 1.550 habitantes, distribuídos pelas fazendas já formadas ou ainda em formação. (ÁVILA, 1983, p. 08) Pela Lei nº 471, de 01 de junho de 1850, o antigo curato do Espírito Santo da Varginha se

---

<sup>7</sup> Major Matheus Tavares da Silva, influente membro da sociedade varginhense, foi descrito no Almanach Sul-Mineiro para 1884 (VEIGA, 1884, p. 187-189) como capitalista, negociante, fazendeiro com engenho movido por água, tropeiro e açougueiro. Contribuiu financeiramente para que novo serviço (a ferrovia) passasse por Varginha. Dentre os moradores do município de Varginha na transição do século XIX para o XX, era um dos membros que mais posses detinha. Faleceu em 1905 deixando dois filhos vivos. Maiores detalhes sobre o major e sua riqueza podem ser encontrados em seu inventário, presente no Arquivo do Judiciário da Comarca de Varginha (ano de 1905, caixa 598, documento 23).

<sup>8</sup> Descrito no Almanach Sul-Mineiro para 1884 (VEIGA, 1884, p. 187) como proprietário de estabelecimento de secos e molhados.

transformou em freguesia, sendo subordinada ao município de Três Pontas. (VEIGA, 1884, p. 182)

Com o passar dos anos, o espaço onde se localizaria Varginha somava elementos importantes para a sua formação como cidade e para a evolução de seu processo de urbanização. Com o processo de urbanização em curso, o número de habitantes do município aumentava, conforme mostra a tabela 1:

**Tabela 1:** Número de habitantes do município de Varginha (1890-1920)

ANO	POPULAÇÃO
1890	24.819
1900	29.322
1907	31.417
1908	31.728
1909	32.042
1910	32.359
1911	32.690
1912	20.690 <sup>9</sup>
1913	21.029
1914	21.237
1915	21.447
1916	21.659
1917	21.874
1918	22.080
1919	22.309
1920	22.457

Fonte: LEFORT, 1950, p. 130-131 apud SALES, 2003, p. 58.

Mas – e o que parece ser comum na formação inicial da maioria das cidades não planejadas, que crescem naturalmente – apesar de um primitivo processo de urbanização estar em curso, as pessoas se concentravam, sobretudo, no campo, durante muitos anos. Se formava, entretanto, uma economia urbana, de forma que o espaço rural não viveria isolado do urbano, e este passava a influenciar o campo<sup>10</sup>. No entanto, práticas específicas do espaço rural não deveriam se misturar com as urbanas.

<sup>9</sup> Até 1911, o município de Varginha era formado pelas populações da cidade e de seus dois distritos (Pontal e Carmo da Cachoeira). Após aquele ano, Pontal foi emancipada (com 12.000 habitantes), dando origem à cidade de Elói Mendes.

<sup>10</sup> A influência entre os espaços rural e urbano se dá, por exemplo, no suprimento de alimentos que o campo fornece à cidade; e nos serviços que a cidade oferece ao campo.

No primeiro Código de Posturas de Varginha, de 1888, na seção “da limpeza, salubridade da água, ar e alimentos”, o artigo 40 dizia, dentre outros, que era proibido “ter chiqueiros nos pateos, nos centros da povoação; sob pena de ser multado na quantia de 10\$ a 30\$”. (CPV<sup>11</sup>, 1888, p. 344)

Além disso, o espaço urbano da cidade deveria passar por cuidados que antes não eram relevantes. No capítulo III do Código de Posturas, a seção “do aceio e embelezamento da cidade e povoações”, estabelecia que era “proibido manchar paredes, portas, janelas e muros com qualquer materia imunda, ou escrever letreiros, desenhos allusivos ou obscenos: multa de 30\$ e prisão por 5 dias”. (CPV, 1888, p. 344)

Varginha passava por um movimento de valorização do espaço urbano e, com isso, a economia do município se fortalecia<sup>12</sup>.

### **Economia varginhense: café, comércios, ferrovia, bancos e indústrias entre o final do século XIX e o início do século XX**

Dentre as atividades econômicas de Varginha, serão destacadas aquelas que, em partes, contribuíram para o crescimento econômico e urbanização da cidade. Assim, abaixo o texto se inicia com a cafeicultura, que chegou em fins do século XIX no município e se tornou importante para o setor exportador de Varginha, especialmente, a partir da primeira década do século XX. Será destacado depois o comércio varginhense, que estava relacionado também com a atividade do café. A chegada da ferrovia será descrita nesta seção, porque a estrada de ferro foi importante tanto para o crescimento do setor comercial, como para o desenvolvimento da atividade da cafeicultura. Será abordada a chegada os primeiros bancos, pois a expansão das atividades econômicas varginhenses demandava o surgimento das instituições bancárias, mesmo que para funções mais básicas, como os depósitos dos fazendeiros e comerciantes locais. Por fim, será mencionado sobre as primeiras fábricas locais.

De acordo com José Lefort, o café foi introduzido em Varginha por volta de 1870, apenas para o consumo local de seus plantadores, sem ainda ser comercializado. (LEFORT, 1950 apud SALES, 2003) Mas a cultura desenvolveu-se,

---

<sup>11</sup> CPV: sigla utilizada para abreviação de Código de Posturas da cidade de Varginha.

<sup>12</sup> Foi a partir de 1940 que passou a ocorrer maior concentração das pessoas no espaço urbano de Varginha.

dentro dos limites estruturais de Varginha, de forma satisfatória. Memorialistas que escreveram no início do século XX mencionaram a qualidade das terras varginhenses para a cafeicultura, como fez Roberto Capri, que escreveu que “as terras do município são ubérrimas e prestam-se a qualquer cultura. [...]”. (CAPRI, 1918 apud SALES, 2003, p. 284)

E foi no negócio da cafeicultura que a cidade aprofundou seus investimentos e se especializou como importante centro de comércio e beneficiamento do produto. Já em 1893, afirmou Rubião que era inaugurada no município a primeira máquina de beneficiar café. (RUBIÃO, 1919 apud SALES, 2003) Em 1920 eram 113 estabelecimentos de beneficiar café, “tendo eles produzido 23.916 quintais, nos seus 4.394.000 pés de café”. (LEFORT, 1950 apud SALES, 2003, p. 285)

Ávila afirmou que a tendência e vocação de Varginha para o comércio foi estabelecida na época de sua caracterização como pequeno núcleo urbano de serviços para uma sociedade de estrutura fundiária rural. A princípio, ele mencionou que essa tendência e vocação se cumpriam em relação quase apenas aos contingentes agrícolas do próprio município. (ÁVILA, 1983, p. 14)

Mas Veiga, em seu Almanach Sul Mineiro para 1874, assegurou que Varginha enviava para a corte alguns gêneros, tais como fumo e toucinho, porcos e gado vacum. E recebia de lá ferragens, louça, bebidas e sal, este último, em grande quantidade, se comparado com os demais itens importados, chegando a mais de 3.000 sacas anualmente. (VEIGA, 1874, p. 186)

Isso nos mostra, assim como ocorreu para o Sul de Minas como um todo ao longo do século XIX, a relevância do comércio de abastecimento, que também estava presente em Varginha, antes ainda de ser transformada em cidade.

Depois da emancipação de Três Pontas, o comércio varginhense se ampliou, atendendo a comunidade da cidade e a de algumas outras localidades do Sul de Minas. Dentre as casas comerciais e de serviços varginhenses, se encontravam farmácias, consultórios médicos, comércios de venda por atacado e varejo, salões de barbeiros e cabeleireiros, alfaiatarias, hotéis, pensões, oficinas de sapateiros,

selarias, dentistas, açougues, relojarias, depósitos de mobílias, atelier de fotografias e de costura<sup>13</sup>. (SALES, 2003, p. 280-281)

A movimentação que a cafeicultura e o comércio levaram até Varginha ocorreu devido também a uma inovação para a época e para a sociedade varginhense: a estrada de ferro. No dia 28 de maio de 1892, a estação férrea em Varginha, partindo de Três Corações, foi inaugurada<sup>14</sup>.

Segundo Sales (2003), o projeto original para a Estrada de Ferro Muzambinho não contava com uma estação em Varginha. O planejamento inicial previa que a ferrovia, margeando o Rio Verde, ligasse a cidade de Cruzeiro, em São Paulo, até Gaspar Lopes, cidade mineira situada próximo de Muzambinho. Como os terrenos em Varginha eram mais elevados que o nível do rio, os custos para que a ferrovia passasse pela cidade se elevariam. Assim, precisou-se de intervenção particular para que fosse construída a estação de Varginha. O auxílio financeiro partiu do major Matheus Tavares da Silva, que conversou pessoalmente com o engenheiro responsável pelas obras, em Varginha, e se dispôs a pagar o necessário para a construção de uma estação na cidade.

Dessa forma, depois de três meses para novos estudos acerca da possibilidade da passagem da ferrovia por Varginha, o projeto original foi reformulado. Uma estação da estrada de ferro Muzambinho seria inaugurada em Varginha com um acréscimo de 100:000\$000 (cem contos de réis), que foi o valor financiado por Matheus Tavares da Silva. (SALES, 2003, p. 182-184) No inventário do major, havia uma passagem dizendo que “declarou mais o inventariante que o espólio possui uma cautela da Estrada Muzambinho”. O valor da cautela era de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis). (Inventário de Matheus Tavares da Silva, 1905, caixa 598, documento 23)

Para Matheus Tavares da Silva, a passagem da estrada de ferro por Varginha contribuía para a expansão de seus próprios interesses. Além de ser membro da

---

<sup>13</sup> De acordo com o primeiro Código de Posturas da cidade, “as licenças para abertura de casas de negócio, qualquer que ellas sejam, pharmacia, talho ou fabrica [...] serão concedidas pelo presidente da camara, a requerimento dos interessados [...]”. (CPV, 1888, p. 359)

<sup>14</sup> Para mais detalhes sobre ferrovias no Sul de Minas na transição do século XIX para o XX, cf.: SILVA, Marcel Pereira da. *De gado a café: as ferrovias no sul de Minas Gerais (1874-1910)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Sobre o transporte fluvial no Sul de Minas Gerais, cf.: MARTINS, Marcos Lobato. Uma história da navegação a vapor no Sul de Minas (1880-1960). *Diálogos*, v. 15, n. 2, p. 409-436, mai.-ago. 2011.

elite política da cidade, primeiro presidente da Câmara Municipal de vereadores, o major estava dentre os moradores mais ricos de Varginha. Mais que almejar o progresso da cidade, Matheus Tavares da Silva, como negociante, comerciante, fazendeiro e produtor de café, financiou parte da ferrovia porque o serviço seria necessário para a expansão de seus investimentos.

Pela ata da Câmara de 10 de dezembro de 1891 pode-se observar a movimentação na cidade por conta das obras da estação:

Deliberou o Conselho que: atendendo a falta de trabalhadores hoje existentes nesta cidade, em rasão das muitas obras em andamento, provenientes em sua maior parte da abertura de diversos quintaes para passagem de ferro-via Muzambinho, e bem assim as edificações particulares, que fossem relevadas muitas [...]. (ACMV, 1891, fl. 40).

Se as atas da Câmara nos mostraram que, no mês de dezembro de 1891, alguns terrenos foram abertos para as obras da ferrovia, por meio dos registros de imóveis, é possível confirmar o acontecimento: a Companhia Estrada de Ferro Muzambinho desapropriou onze moradores de seus terrenos, como mostra a tabela abaixo:

**Tabela 2:** Terrenos adquiridos pela Companhia Estrada de Ferro Muzambinho (1891)

Data	Freguesia do Imóvel	Denominação	Tipo	Características	Valor em mil réis
11/12/1891	Varginha	Terreno e prédio	Urbana	Terreno para estrada de ferro Muzambinho	400\$000
11/12/1891					400\$000
12/12/1891					1:100\$000
12/12/1891					400\$000
14/12/1891					400\$000
14/12/1891					50\$000
15/12/1891					100\$000
15/12/1891					200\$000
16/12/1891					50\$000
16/12/1891					80\$000
17/12/1891		Terreno			80\$000

Fonte: Elaboração própria a partir dos Registros de Imóveis do ano de 1891, presentes no Cartório de Registros de Imóveis de Varginha.

O título de todas as propriedades era indenização por desapropriação, e o valor de muitas das indenizações é considerado baixo, se comparado com o preço das casas vendidas no espaço urbano e com os preços das propriedades rurais.

Sales escreveu que, sem dúvida, a passagem da ferrovia por Varginha contribuiu de forma muito relevante para o crescimento não apenas da cidade, mas também da região sul-mineira como um todo. Não obstante, o autor afirmou que a inovação não foi recebida com o devido entusiasmo pela imprensa. No dia 30 de maio de 1892, a coluna “Várias Notícias” do Minas Gerais, órgão oficial dos poderes do Estado, mencionou a seguinte frase, de acordo com Sales: “Foi inaugurada a Estação da Varginha, da Companhia Muzambinho”. (SALES, 2003, p. 180)

É preciso ressaltar, porém, que a chegada da ferrovia nos mostra uma valorização do espaço urbano que não restringiu-se apenas a década de sua inauguração, se estendendo para os anos iniciais do século XX:

Nas vias de acesso que surgem balizando ambos os lados do leito da estrada de ferro [...] aparecem, em inícios deste século [século XX], construções de porte e tipo inteiramente novos para a cidade, como galpões e armazéns de depósito, nos quais se instalam máquinas de beneficiamento de café, e estabelecimentos destinados ao comércio atacadista e de exportação desse produto, bem como algumas pequenas indústrias manufatureiras e de transformação [...]. (ÁVILA, 1983, p. 06)

Com a estrada de ferro passando por Varginha, o comércio, que já se fazia presente na cidade, passou a se expandir, porque suas mercadorias poderiam ser enviadas a outras cidades, não apenas do Sul de Minas, mas de outras localidades de Minas Gerais e para Estados vizinhos.

Abaixo segue imagem da chegada da ferrovia em Varginha:

Figura 1: Inauguração da estrada de ferro Muzambinho em Varginha (1892)



Fonte: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv\\_cruz\\_jureia/varginha.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/rmv_cruz_jureia/varginha.htm).

Acesso em: 12 mar. 2016.

A comercialização de café dentro do município e as exportações do produto para outras localidades – que se expandiram também graças a chegada da ferrovia – foram fatores que chamaram a atenção dos vereadores da Câmara para a criação de impostos sobre a compra e venda<sup>15</sup>. Na reunião de 1 de dezembro de 1912, foi apresentado na Câmara Municipal o seguinte projeto:

[...] Criar o imposto de 50 reis por arroba de café que fôr exportado pelas Estações de Fluvial Varginha, bem como pela estação da Flóra quando o café por ella exportado fôr produzido neste município. § 1º O imposto será pelos exportadores e por intermedio dos funcnarios da Rêde Sul-Mineira mediante contracto de porcentagem que a Camara estabelecerá com a Directoria da referida via-ferrea, a porcentagem paga a essa via-ferrea não excederá de 20%. § 2º O imposto arrecadado entrará para o cofre municipal no fim de cada mez [...]. (ACMV, 1912, fl. 26).

Em 1913, por exemplo, a cidade de Varginha exportava uma média anual de 400 mil arrobas de café (Questionários sobre as condições da agricultura de 176

<sup>15</sup> De acordo com o Código de Posturas de Varginha (de 1888), “constitue renda municipal da cidade da Varginha a importancia das multas pela infracção das posturas; das multas convencionadas em clausulas de contratos celebrados, quer entre particulares, quer entre a camara e particulares; das licenças e impostos, e de tudo o mais que, em virtude das leis, deva ser arrecadado em favor das camaras municipais.” (CPV, 1888, p. 359)

municípios no Estado de Minas Geraes, 1913, p. 505); em 1918, a média de exportações de café que passava pela estação local da Estrada de Ferro Muzambinho chegou a atingir 200 mil sacas, sendo 125 mil dessas sacas produzidas em Varginha – mas incluída a produção de Carmo da Cachoeira, distrito que ainda não havia se emancipado<sup>16</sup>. As 75 mil sacas restantes eram de outros municípios vizinhos. (ÁVILA, 1983, p. 14)

E em meio às transformações urbanas pelas quais passava a cidade, as instituições bancárias chegaram na quarta década de sua formação, depois que o espaço urbano se desenvolvia de forma gradual. Fonseca e Liberal mostraram uma relação entre comércio e bancos em Varginha, afirmando:

Como elementos propulsionadores do grande comércio varginhense, que se irradia por grande extensão do Sul do Estado, de modo a dar-lhes merecidamente a primazia comercial, conta a cidade dois magníficos estabelecimentos. (FONSECA & LIBERAL, 1920 apud SALES, 2003, p. 281)

Em 1915, foi inaugurada uma agência do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Geraes e antes disso, em 1912, havia sido inaugurada uma agência do Banco do Brasil. As duas agências “luxuosamente instaladas em prédios próprios”, facilitavam a circulação monetária na cidade, “fazendo ambas grande movimento, com enormes vantagens para o commercio e lavoura”. (SALES, 2003, p. 281).

Então Varginha, entre o século XIX e o século XX, se transformou de um arraial em uma importante cidade do Sul de Minas. Acredita-se que a introdução do café; a chegada da estação ferroviária e dos comércios, da intensificação comercial que a ferrovia ajudou a promover; e a construção dos dois primeiros bancos, foram fatores que fortaleceram o processo de urbanização pelo qual passava o município. Esses elementos, assim como ocorreu no Brasil, em Minas Gerais e no Sul do Estado, davam nova forma à Varginha. Claro que com as limitações de uma cidade nova, que estava nas décadas iniciais de sua formação.

Assim, as primeiras fábricas que surgiram contavam com bases ainda bastante arcaicas, se comparadas às indústrias, por exemplo, de cidades da Zona da Mata mineira, como Juiz de Fora, no mesmo período em que se analisa Varginha.

<sup>16</sup> A emancipação de Carmo da Cachoeira ocorreu em 1938.

Foi em 1893 que surgiu o primeiro estabelecimento industrial da cidade: a fábrica de vinhos produzia cinco pipas anualmente, sendo 300\$000 (trezentos mil réis) cada uma. As cinco pipas produzidas por ano correspondiam a 2.486.000 litros de vinho, que eram consumidos localmente. Mas além da fábrica de vinhos, em 1893, Varginha contava com uma fábrica de meias de lã. (SALES, 2003, p. 279-280)

O café, que era um dos principais produtos de exportação do município, também estava diretamente ligado à indústria. “Entre os principais estabelecimentos industriais, destacam-se os destinados ao beneficiamento e rebeneficiamento do café, todos localizados em proximidade da estação férrea de Varginha”. (RUBIÃO, 1919 apud SALES, 2003, p. 279-280)

Em relação às demais indústrias em Varginha (além das fábricas de vinho e de meias de lã, e dos estabelecimentos de beneficiar café), Fonseca e Liberal afirmaram que se destacavam os estabelecimentos de: aguardente, rapadura, manteiga, e as oficinas mecânicas. Havia também fábrica de gelo, de balas e caramelos, de bebidas, as serrarias e carpintarias; as máquinas de aluguel de beneficiar arroz, as oficinas de ferreiros, as padarias e uma fábrica de banhas. (FONSECA & LIBERAL, 1920 apud SALES, 2003, p. 208-281)

Com o aumento do número de estabelecimentos industriais em Varginha, a Câmara de vereadores passou então a cobrar (ou isentar) impostos dos proprietários de algumas indústrias, conforme fosse mais vantajoso. No ano de 1913, a ata da reunião de 26 de junho continha uma parte dizendo que “pelos Srs. Abreu e Cia foi requerido a Camara Municipal isenção de impostos de sua fabrica de gelo, foi lhes concedida somente por 6 (seis) anos”. (ACMV, 1913, fl. 56)

Na reunião de 15 de setembro do mesmo ano, “foi posto em segunda discussão a projecto que eleva a 100\$000 [cem mil réis] o imposto sobre olarias que fabriquem tijollos ou telhas, e fabricando ambos artigos, isto é, tijollos e telhas a 150\$000 [cento e cinquenta mil reis]”. (ACMV, 1913, fl. 59)

Tem-se, portanto, um panorama geral da formação econômica de Varginha na transição do século XIX para o século XX, com destaque para suas principais atividades econômicas, aquelas que, como no Brasil, de modo geral, estiveram presentes em seu processo de urbanização.

Foi possível compreender que a cafeicultura foi relevante para a economia varginhense: a cafeicultura estava relacionada ao comércio varginhense, na medida

em que comercializava-se e exportava-se a mercadoria; o café estava relacionado com a ferrovia, na medida em que o novo serviço serviu para transportar o produto; a atividade do café estava relacionada com as fábricas, considerando os estabelecimentos de beneficiar café; finalmente, pode-se dizer que as instituições bancárias também serviram aos pequenos cafeicultores locais.

A atividade da cafeicultura em Varginha, especialmente no início do século XX, possibilitou ao município nova dinâmica econômica. Para somar ao processo de urbanização, chegaram na cidade as primeiras empresas de serviços urbanos.

### **Abastecimento de água, energia elétrica e telefone: os serviços urbanos no início do século XX**

Na presente seção, serão destacados os primeiros serviços urbanos que chegaram à Varginha, por meio da leitura das atas da Câmara Municipal da cidade, que se encontram no Museu Municipal do município. Os documentos destacaram as melhorias no serviço de abastecimento de água; relataram a Câmara dos vereadores em festa com a inauguração da energia elétrica; e, por fim, descreveram a chegada das linhas telefônicas.

As melhorias no tratamento de água começaram após 1910, quando nas atas das reuniões puderam ser observadas maiores preocupações com relação ao serviço prestado à sociedade. Na reunião de 09 de junho de 1910:

pelo vereador Antonio Rotundo foi apresentado um projecto de lei auctorizando ao Agente Executivo a chamar concorrência publica para instalação de luz elétrica, rede de esgotos e novo abastecimento d'água, sendo julgado objeto de deliberação foi posto a votos em seguida foi aprovado em primeira discussão. (ACMV, 1910, fl. 04)

A energia elétrica seria instalada no ano de 1914, e de 1910 até a data da inauguração, muitas reuniões a respeito do tema ocorreriam. Novamente na reunião de 11 de outubro de 1910, “resolveu-se sobre luz, agua, esgotos e força eletrica”. (ACMV, 1910, fl. 09)

Os melhoramentos no abastecimento de água começaram no dia 30 de abril de 1910, quando:

pelo vereador Major Silva Bittencourt foi apresentado um projecto que auctorisa o Presidente da Camara a contractar um emprestimo até a quantia de 40:000\$ (Quarenta contos de reis) para segmento

da água potável a esta Cidade, sendo julgado objeto de deliberação foi aprovado em primeira discussão. (ACMV, 1913, fl. 55)

Contudo – o que é comum, principalmente numa cidade em formação –, a estrutura apresentou problemas com o passar do tempo, no ano de 1914. No dia 15 de junho daquele ano, o major Evaristo Soares:

declarou que tinha convocado a presente sessão extraordinária para levar ao conhecimento da Câmara que no serviço do abastecimento de água está aparecendo obstáculo de pedras na perfuração do túnel, por isso pedia a Câmara auctorisação para aumentar o preço por metro corrente para mais 8\$000 [oito mil réis] nos pontos em que se encontra este obstáculo, e disse que achando-se o abastecimento actual muito diminuído deliberou a comprar uma bomba centrífuga para aumentar a água e assentá-la próximo a caixa d'água. (ACMV, 1914, fl. 76)

Com o aumento da população de Varginha, era comum que fosse necessário aumentar a quantidade de água para servir toda a população. Assim, naquela mesma reunião:

Logo em seguida o vereador Capitão Rebello da Cunha apresentou o projecto que auctorisa o Presidente da Câmara a despender até a quantia de dez contos de reis para aquisição de uma bomba centrífuga, motor e mais pertences e assentamento, sendo julgado objecto de deliberação e de urgência foi aprovado em única discussão. (ACMV, 1914, fl. 76)

Finalmente, naquela reunião extraordinária:

pelo mesmo vereador Capitão Rebello da Cunha, foi apresentado um projecto que auctorisa o presidente a pagar mais 8\$000 [oito mil réis] por metro linear de escavação de túnel onde houve pedra sobre o preço contractado pelo o engenheiro em carregado do serviço, sendo objecto de deliberação e urgência foi aprovado em primeira e única discussão. (ACMV, 1914, fl. 76)

A reunião de 15 de junho de 1914 havia sido marcada apenas para se tratar do abastecimento de água, porém, na próxima reunião que ocorreria em 15 de julho de 1914, o engenheiro responsável pelas obras informou à Câmara Municipal que o serviço precisaria de reparos:

O Dr. Adelio de Resende, engenheiro encarregado do serviço do aumento d'água potável pelo empreiteiro Capitão Joaquim Antonio Teixeira, expôs a Câmara que na perfuração da senda para passagem do encanamento encontrou-se grande obstáculo como seja pedra e abundante água, tornando-se preciso escoramentos, por isso era que a Câmara aumentasse o preço na perfuração, sendo tomada em consideração essa sua exposição, ficou resolvido que se

pague 35\$000 [trinta e cinco mil réis] os primeiros 70 metros e os outros a 47\$000 [quarenta e sete mil réis]. (ACMV, 1914, fls. 76-77)

Não se sabe ao certo quanto tempo duraram aquelas obras, mas depois de mais de um ano do início dos trabalhos, a Câmara ainda devia ao encarregado do serviço, pois na reunião de 17 de agosto de 1915,

pelo Capitão Antonio Rebello da Cunha foi apresentado um projecto auctorizando o Presidente da Camara a despender até a quantia de sete contos e quinhentos mil reis para saldar as contas do encarregado do serviço do tunel do encanamento d'água. (ACMV, 1915, p. 08)

Depois do serviço de abastecimento de água, destaca-se a instalação da energia elétrica em Varginha. Foi no ano de 1893 que começou a aparecer nas reuniões da Câmara o tema da iluminação pública, entretanto, a instalação da energia elétrica viria mais tarde.

As discussões a respeito de energia elétrica começaram no ano de 1910, em que o presidente da Câmara, o coronel João Urbano de Figueiredo, ficou autorizado a chamar concorrência pública para os serviços de instalação de energia elétrica. (ACMV, 1910, fl. 04) Mas foi no ano de 1911, no dia 01 de agosto, que:

A mesma Camara deliberou a autorisar o Agente Executivo a contrahir um emprestimo para estabelecer a luz eletrica nesta cidade, mediante os juros de (10%) dez por cento ao anno, e praso que for razoável, no caso que torne impossivel o emprestimo, fica o Agente Executivo autorisado a contractar com qualquer empresa que melhores condições offerecer, a estabelecer nesta cidade a luz elétrica e força pelo praso de vinte cinco anos, findo o qual reverterão os materiais e todo estabelecimento para a municipalidade sem ônus, ficando desde já desapropriadas todas as cachoeiras existentes no municipio. (ACMV, 1911, fl. 17)

Varginha passava por crescimento urbano, ainda que gradual, e já contava com escolas, a ferrovia, comércios, pequenas fábricas, imprensa – que publicava editais, por exemplo, de quando se abria concorrência para melhorias em estradas ou obras de calçamento das ruas –, o abastecimento de água havia passado por melhorias<sup>17</sup>. Assim, era notável que a energia elétrica fosse uma demanda necessária.

---

<sup>17</sup> O Código de Posturas varginhense, em seu capítulo IX, na seção “das obras publicas”, dizia que “a conservação e reparos de pontes, calçadas regos, aqueductos, poços, tanques, muralhas, paredões ou quaesquer outras obras, feitas para segurança de edifícios ou prisões publicas, e todas as

Na reunião extraordinária de 10 de fevereiro de 1912, sob presidência do major Silva Bittencourt, foram analisadas as propostas para a instalação da energia elétrica. Foram levadas à Câmara oito propostas, e os vereadores iriam analisar alguns requisitos para a escolha da melhor. Os requisitos eram:

economico, conciliando o interesse publico com o particular, energia eletrica sob o ponto de vista de sua importancia, encampação, condições de pagamento da Camara Municipal, favores extraordinarios pedidos pelos proponentes e vantagens extraordinarias pelos mesmos oferecidos. (ACMV, 1912, fl. 30)

Abaixo serão melhor apresentados os requisitos de análise, considerando os seis critérios relevantes para a comissão responsável:

Requisito 1: Do critério econômico. Mostrou a ata da Câmara que “sob este aspecto, ha grande divergencia de preços entre os concorrentes, sendo criterio da comissão conciliar os interesses publicos e privados, não descuidando dos recursos pecuniarios e actuaes da Municipalidade”. (ACMV, 1912, fl. 30) Considerando então os valores que cobriam os proponentes, a Câmara descartou quatro deles, que apresentavam um orçamento acima de 14:000\$000 (quatorze contos de réis). Com base nessa escolha, foram analisados os valores de outros critérios para as quatro propostas restantes: iluminação particular por vela/mês; instalação (gratuita ou remunerada) e força motriz. Pela análise desses três critérios, resolveu a Câmara que “néssas condições, são mais vantajosas as propostas que fazem a instalação gratuita para o consumidor, visto como o preço por vela se equivalem, mais ou menos. Têm primazia, portanto, as propostas n<sup>os</sup> 1 e 3”. (ACMV, 1912, fl. 30)

Requisito 2: Da energia elétrica. Considerando os cavalos/vapor, “a proposta n<sup>o</sup> 1 não diz o numero de cavallos vapor que fornece; a n<sup>o</sup> 2 fornece 150 cavallos vapor prometendo aumentar esse numero quando a empresa julgar conveniente; a n<sup>o</sup> 3 fornece força de 500 cavallos vapor e a n<sup>o</sup> 4 não menciona”. (ACMV, 1912, fl. 30) Nesses critérios, foram consideradas apenas as propostas 2 e 3. Não obstante, a proposta “n<sup>o</sup> 2 reserva a si o direito de aumentar o numero quando ella julgar conveniente, o que constitue ou póde constituir um obstaculo para a municipalidade ou para o particular quando reclamem força de que ella não disponha”. (ACMV,

---

construcções em beneficio commum ou para decoraçao das povoações, serão feitas pela camara”. (CPV, 1888, p. 351)

1912, fl. 30) Assim, a proposta de número 3 era mais favorável, “podendo melhor fomentar a industria”. (ACMV, 1912, fl. 30)

Requisito 3: Da encampação. As propostas de números 2, 3 e 4 estabeleceram preliminares, a 3ª a partir do oitavo ano e a 4ª a partir do décimo ano, sendo que:

A 2ª estabeleceu que, vencido o prazo de privilegio, receberá, em troco da encampação, o custo da instalação, com rebate de 30% sobre o valor actual da instalação, desde que não haja obra nova. No caso contrario, não faz redução alguma. A 3ª deduzindo a renda liquida dos cinco ultimos anos, toma a media annual, que representará o juro da quantia, que tem a receber (juro de 8%). A 4ª estabelece a encampação depois do decimo anno, tomando-se a media da renda, renda liquida do ultimo trienio e contando-se o juro de 10% para formação do capital. A 1ª não estabelece bases para encampação. (ACMV, 1912, fl. 30)

Portanto, do ponto de vista da encampação, as propostas 3 e 4 foram consideradas as melhores.

Requisito 4: Das condições de pagamento. A ata dizia que a proposta de número 2 pedia pagamento por trimestre; a proposta de número 4 exigia que o pagamento fosse feito mensalmente; as propostas de números 1 e 3 não deram detalhes sobre a forma de pagamento. (ACMV, 1912, fl. 30)

Requisito 5: Das vantagens extraordinárias. Dizia a ata da Câmara que a proposta:

Numero 1 dará 50% gratuitamente no primeiro anno para a primeira fabrica que se inaugurar; a 3ª entra com grande potencial; a 4ª isolará os fios da distribuidora e dará um motor para mover a bomba elevadora d’agua para o abastecimento da cidade; a 2ª não oferece como vantagem extraordinaria se não os meios para se desenvolverem certas industrias e confortos, fazendo sua propaganda. (ACMV, 1912, fl. 30)

Considerando então as vantagens extraordinárias, parecia que a segunda proposta estava descartada.

Requisito 6: Dos favores extraordinários. “A 2ª e a 4ª propostas pedem isenção de impostos municipais e obrigação da Camara intervir junto ao Governo Federal para obter isenção de impostos aduaneiros, junto ás estradas de ferro para redução de fretes. A 1ª e 3ª não pedem esses favores”. (ACMV, 1912, fl. 30) Assim, “distante ficam as 1ª e 3ª com grandes vantagens sobre as duas outras”. (ACMV, 1912, fl. 30)

Depois das análises feitas, a Câmara chegou à seguinte conclusão:

Pelas comparações acima declaradas fica patente quanto a preço em igualdade de quantidade para iluminação publica a superioridade da proposta nº 1; mas a proposta nº 3, desde que do projecto de iluminação se afastem 8 arcos voltaicos, ficará em melhores condições, pois a iluminação da cidade ficará custando annualmente 9:615\$300 (nove contos seiscentos e quinze mil e trezentos reis), nos preços de energia a particulares as propostas nº 1 e 3 são mais ou menos equivalentes. (ACMV, 1912, fl. 31)

Finalmente, “depois de ter sido lido o parecer o Senhor Presidente ordenou [ao secretário] que convidasse o proponente Vivaldi & Cia [proposta número 3] para assignar o contracto”. (ACMV, 1912, fl. 31) O proponente era uma empresa do Rio de Janeiro.

Nos registros de imóveis de Varginha, foram encontradas algumas transações de bens envolvendo o nome da companhia: no total, quatro registros, dois de 1912 e dois de 1914. O primeiro deles, de 03 de fevereiro de 1912, era referente à compra de parte de um terreno da Fazenda Pontal, no valor de 500\$000 (quinhentos mil réis). Nas condições do contrato estava especificado que a companhia deveria fornecer lâmpadas para a casa de morada da Fazenda do Pontal, fazer uma ponte ligando a ilha ao continente e o fecho da faixa cedida com cerca de arame. No segundo registro, de 05 de junho de 1912, a Vivaldi & Cia adquiriu mais terras da Fazenda Pontal, no mesmo valor da primeira compra.

Em fevereiro 1914 as obras para instalação da energia elétrica deveriam já estar quase no fim para a inauguração, mas a Vivaldi & Cia precisava de mais alguns dias para o término total do serviço. No dia 03 de fevereiro daquele ano:

Foi lido perante a Camara um requerimento da Companhia Mercantil e Industrial Casa Vivaldi, no qual pede sessenta dias de prazo para dentro delle inaugurar a installação eletrica, justificando este pedido o incidente ocorrido no canal o qual obrigou a Companhia fazer novas obras de segurança [...]. (ACMV, 1914, fl. 70)

Depois de realizado o pedido para ampliação do prazo, a companhia adquiriu mais dois imóveis: no dia 27 de fevereiro de 1914, um terreno na área urbana, para construção de um prédio, no valor de 2:200\$000 (dois contos e duzentos mil réis) e no outro dia, 28 de ferreiro, foi comprado um terreno na área rural de Varginha, no valor de 600\$000 (seiscentos mil réis).

O pedido foi concedido à Vivaldi & Cia e, no dia 30 de março de 1914, numa reunião extraordinária, foi decidido a respeito da comissão responsável “para os festejos da inauguração da luz”. (ACMV, 1914, fl. 72)

O vereador Domingos de Rezende apresentou uma proposta que dizia que “fica o Presidente da Camara auctorizado a despender com os festejos da inauguração da luz electrica nesta cidade o que necessario fór, como despesas extraordinarias”. (ACMV, 1914, fl. 72) Foi nomeada uma comissão para ir até Itajubá e Santa Rita do Sapucaí convidar os senhores doutores Wenceslau Braz e Delfim Moreira<sup>18</sup>; uma comissão para cuidar da recepção da estação ferroviária até a Câmara Municipal; mais uma comissão para convidar personalidades importantes de Três Corações; outra para ornamentação da Praça da Estação até a Rua Municipal; uma comissão para a ornamentação de ruas centrais; e, finalmente, uma comissão para preparar o “banquete” que seria oferecido. (ACMV, 1914, fls. 72-73) Ao final da reunião, os vereadores resolveram enviar um ofício ao presidente da Rede Sul Mineira, “para assistir aos festejos da inauguração da luz electrica”. (ACMV, 1914, fl. 73)

Dessa forma, “aos doze dias do mez de Abril de mil novecentos e quatorze, as 18 horas (da tarde), no Theatro Municipal”, deu-se início à sessão especial de instalação da luz elétrica. (ACMV, 1914, fl. 73)

Naquela reunião, coordenada pelo vice-presidente da Câmara de Varginha, o capitão Antonio Rebello da Cunha, a Câmara resolveu homenagear os senhores Wenceslau Braz Pereira Gomes e Delfim Moreira da Costa Ribeiro. A Rua de São Pedro passou a se chamar Rua Wenceslau Braz e a Rua Municipal recebeu o nome de Delfim Moreira.

Então, declarou o presidente da sessão:

que se ia proceder a inauguração da luz electrica. Tomou a presidencia o Excelentissimo Senhor Doutor Wenceslau Braz Pereira Gomes, e o Excelentissimo Senhor Doutor Delfim Moreira da Costa Ribeiro apertando o botão electrico, fez-se a luz, orando nesta ocasião em nome da Camara. (ACMV, 1914, fl. 73)

---

<sup>18</sup> Wenceslau Braz Pereira Gomes foi importante membro da sociedade política sul-mineira e, entre 1914 e 1918, foi presidente do Brasil. No ano de inauguração da energia elétrica em Varginha, residia em Itajubá. Delfim Moreira da Costa Ribeiro também foi importante membro da sociedade política sul-mineira, tendo presidido o Brasil do final de 1918 até meados do ano de 1919. No ano de inauguração da energia elétrica em Varginha, residia em Santa Rita do Sapucaí.

O novo serviço que chegava à Varginha não beneficiaria a população toda. Deve ser destacado que seriam iluminadas as áreas centrais da cidade, o espaço urbano de Varginha, e os serviços de iluminação chegariam, primeiramente, aos proprietários de comércios e fábricas, à minoria da população.

Na reunião que se seguiu, dia 27 de abril, o principal assunto tratado dizia respeito às despesas com os festejos da iluminação elétrica. O presidente da Câmara foi autorizado a pagar o banquete que “a mesma Camara ofereceu aos Excelentíssimos Senhores Doutores Wenceslau Braz Pereira Gomes, Delfim Moreira e suas comitivas no dia 12 do corrente na importancia de oito contos de reis”. (ACMV, 1914, fl. 74) Ainda, a Câmara deveria pagar mais “dois contos e seiscentos mil reis de despesas para o mesmo fim, sendo julgado objecto de deliberação foi posto a votos e aprovado em primeira discussão”. (ACMV, 1914, fl. 74) As outras despesas “feitas com a inauguração da luz electrica” deveriam ser pagas “pelas verbas do orçamento”. (ACMV, 1914, fl. 74)

No dia 19 de maio, uma reunião extraordinária ocorreu porque a Câmara havia deixado de cumprir uma das partes do acordo com a Companhia Vivaldi. A reunião era:

para a Camara tomar conhecimento de uma petição da Companhia Mercantil e Industrial Vivaldi, pedindo o levantamento do deposito de 3:000\$000 [três contos de réis] em deposito nesta Camara (apolice do Estado) para garantia do contracto da iluminação publica. (ACMV, 1914, fl. 75)

Entretanto, a Companhia havia deixado de cumprir algumas partes do contrato, pois dizia a ata que:

A Camara tomando conhecimento resolveu que se respondesse exigindo o cumprimento de todas as clausulas do contracto que não foram satisfeitas a saber: a que diz respeito ao pagamento da illuminação particular; a referente a distribuição de lampadas nos largos da Matriz e Praça Rio Branco; e a que diz respeito ao numero de postes e finalmente a que é attinente a qualidade das lampadas que devem ser empregadas na illuminação publica. (ACMV, 1914, fl. 75)

Aquelas pendências entre a Câmara e a empresa foram resolvidas. Mas em agosto de 1920 a Companhia Vivaldi sugeriu algumas mudanças em relação à prestação do serviço que não agradaram aos vereadores. A empresa Vivaldi propunha alterações na intensidade das lâmpadas, aumentando-a, mas elevando

também o preço anual por vela. “A Camara tomando conhecimento da proposta, por unanimidade de votos resolveu não aceitar-a por julgar-a ir de encontro aos interesses do publico por achar exorbitante seus preços, e os preços para a iluminação publica estao elevados a mais do dobro do actual”. (ACMV, 1920, fl. 12)

Com a chegada da energia elétrica, “os processos de urbanização e industrialização se fortaleciam [...] possibilitando não somente a incorporação de novos padrões de consumo pela modernização dos serviços urbanos, como também dinamizando e expandindo a atividade industrial”. (SAES, 2010, p. 427)

Em Varginha, a instalação da energia elétrica estava mais ligada ao processo de urbanização pelo qual passava a cidade do que à intensificação da atividade fabril, e serviria muito mais para possibilitar a incorporação de novos padrões de consumo naquela pequena sociedade. Usufruir da energia elétrica se constituía num novo padrão de consumo, que atingiria, no princípio, pequena parte da população varginhense.

Tanto os melhoramentos no tratamento da água potável como a energia elétrica não eram benefícios de toda a população varginhense, pelo menos de imediato, bem como no caso das linhas telefônicas. O assunto apareceu numa ata do ano de 1913, no dia 25 de junho, quando “foi apresentado pela comissão de obras publicas o parecer da mesma sobre uma petição do Senhor José Lisbôa de Paiva pedindo privilegio para estabelecer linhas telephonicas no município”. (ACMV, 1913, fl. 56)

A Câmara aprovaria, mas algumas condições foram dadas. Assim:

Foi posto em primeira discussão com as seguintes modificações: deverá terminar a instalação central dentro de quinze mezes sob multa de Quinhentos mil reis, cobrada por assignantes da zona urbana cem mil reis annuaes pagos trimestralmente, e da zona rural cento e vinte e quatro mil reis, o mais como achado na petição, foi aprovado. (ACMV, 1913, fl. 56)

Naquela mesma reunião, logo em seguida, “foi posto em segunda discussão o projecto que considera caduco o contracto com a Companhia Telephonica Bragantino por não ter cumprido as clausulas, foi aprovado”. (ACMV, 1913, fl. 56)

Nas atas da Câmara não houve mais descrições a respeito da petição do senhor José Lisbôa de Paiva, todavia, linhas telefônicas foram instaladas na cidade, pois o mercado municipal varginhense contava com telefones. No açougue do

senhor Manoel Caetano de Oliveira, que entrou em funcionamento no prédio do mercado em 1916, fazia parte das instalações do cômodo “um telephone e uma lampada electrica”. (ACMV, 1916, p. 39)

As linhas telefônicas não atenderiam apenas a população urbana, mas também a que residia na zona rural. Entretanto, ainda assim, era parte pequena da população que utilizaria o novo serviço, de imediato (bem como os demais serviços destacados neste trabalho): a elite proprietária de terras, de empreendimentos e de fazendas importantes, mas que ao mesmo tempo era a elite que já habitava o espaço urbano, que possuía casas ou negócios no centro da cidade e que também estava na Câmara Municipal, conduzindo o processo de urbanização do município.

### **Considerações finais**

Na passagem do século XIX para o século XX, em que o Brasil como um todo passava por um processo de crescimento econômico e urbanização, em cada localidade havia uma agricultura predominante que, de certa forma, ajudava alguns Estados a desenvolverem seus setores exportadores. Dessa forma, juntamente com o setor de abastecimento, as regiões do Brasil passavam a contar com atividades de exportação, que dinamizaram as economias locais e auxiliaram as regiões em seus processos de urbanização. A intensificação desses processos demandou, dentre outros elementos, a chegada dos serviços urbanos.

No sudeste brasileiro, sobretudo em São Paulo e Minas Gerais, a agricultura predominante foi a do café. Em Minas, a atividade da cafeicultura possibilitou a expansão territorial do Estado, de forma que surgiram novas cidades na região, algumas delas que tiveram a cafeicultura como atividade importante na passagem do século XIX para o século XX, especialmente no século XX.

Varginha é um desses casos, de cidade que se emancipou justamente quando a cafeicultura passava a fortificar a economia do Sul de Minas Gerais. Pela trajetória da cidade entre fins do século XIX e inícios do século XX, foi possível perceber como, em praticamente quatro décadas, Varginha passou por uma relevante dinamização de sua economia, com auxílio da cafeicultura, que se relacionava com os elementos comuns ao processo de urbanização local: sobretudo os comércios e as ferrovias e, de forma menos direta, as primeiras fábricas e instituições bancárias.

Os serviços destacados para o município – a ferrovia, o abastecimento de água, a energia elétrica e o telefone – contribuíram para a evolução de Varginha: fizeram com que a cidade avançasse em seu processo de urbanização, porque auxiliaram na valorização daquele espaço; fizeram com que a economia varginhense crescesse, pois com a passagem da estrada de ferro, por exemplo, mais mercadorias poderiam circular pelo Sul de Minas, passando por Varginha, e com a energia elétrica, fábricas poderiam ser atraídas para o município.

A cidade contava com serviços novos para aquele contexto de formação inicial, formação aquela que também teve na agricultura do café importante elemento para seu crescimento econômico.

### FONTES MANUSCRITAS

ACMV – Atas da Câmara Municipal de Varginha, localizadas no Museu Municipal da cidade, do período de 1882-1920.

Inventário de Matheus Tavares da Silva, 1905, caixa 598, documento 23, presente no Arquivo do Judiciário da Comarca de Varginha.

Registros de Imóveis referentes às transações envolvendo a Companhia Estrada de Ferro Muzambinho (1891) e a empresa de energia elétrica Vivaldi & Cia (1912 e 1914), depositados no Cartório de Registros de Imóveis da cidade de Varginha.

### FONTES IMPRESSAS

CPV – Código de Posturas da Cidade de Varginha. Livro da Lei Mineira, 1888, p. 340-365.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1884*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

### BIBLIOGRAFIA

ÁVILA, Affonso. Varginha: formação e evolução. *Fund. J. P*, Belo Horizonte, 13 (7/8), p. 02-18, jul./ago. 1983.

BUENO, Ricardo. *Borracha na Amazônia: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização*. Porto Alegre: Quatro Projetos, 2012.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1977.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. *Federalismo, Economia Exportadora e Representação Política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)*. Tese

(Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

HERRLEIN JR., Ronaldo. *Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional?* Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1824*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.

MARTINS, Marcos Lobato. Uma história da navegação a vapor no Sul de Minas (1880-1960). *Diálogos*, v. 15, n. 2, p. 409-436, mai.-ago. 2011.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10. ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SAES, Alexandre. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. São Paulo: EDUSC, 2010.

SAES, Alexandre; COSENTINO, Daniel; GAMBI, Thiago. Sul de Minas em Transição: opção por uma regionalização como ponto de partida. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (orgs.). *Sul de Minas em Transição: a formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. São Paulo: Edusc, 2012. p. 13-36.

SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (MG) – 1763-1920*. Varginha: Gráfica Editora Sul Mineira, 2003.

SILVA, Marcel Pereira da. *De gado a café: as ferrovias no sul de Minas Gerais (1874-1910)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

WIRTH, John. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

**Artigo recebido em 30 de novembro de 2016. Aprovado em 05 de abril de 2017.**

## HISTÓRIA: CONSELHEIRA PRÁTICA DA EXISTÊNCIA

Marcos Antônio Lopes<sup>1</sup>

**Resumo:** análise das bases da *Historia magistra vitae*, salientes em autores antigos da Grécia e de Roma, e que teve vida longa na cultura ocidental. Um dos propósitos do artigo é redimensionar a história exemplar como gênero narrativo voltado ao ensino moral. A análise pretende também sugerir os pontos fortes e as limitações da história ciceroniana ao longo da Época Moderna. Por fim, o texto passa em revista alguns fatores responsáveis pelo declínio de um gênero de escrita da história que conheceu uma longevidade milenar.

**Palavras-chave:** história do pensamento histórico; história como escola de moral e virtude; história e sabedoria política.

**Abstract:** an analysis of the *Historia Magistra Vitae* bases, visible in ancient authors of Greece and Rome, and had a long life in Western culture. One purpose of this paper is to conceptualize history as narrative genre aimed at teaching morals. The analysis also aims to suggest the strengths and limitations of ciceronian history over the Modern Times. Finally, the text looks at some factors responsible for the decline of a genre of writing history which experienced a millennial longevity.

**Keywords:** History of historical thought; history as school of moral and virtue; history and political education.

“Mudam-se os tempos e as pessoas, os vícios são os mesmos, e sempre serão; vê como os rouxinóis cantaram há tempos, galos cacarejaram, vacas mugiram, carneiros baliram, pardais chilream, cães ladraram, e ainda continuam; [...] temos os mesmos humores e inclinações que os nossos predecessores; vós deveis nos julgar muito semelhantes, muito de acordo, nós e nossos filhos. E assim continuará a nossa posteridade até o fim.”

(Robert Burton, *Anatomia da melancolia*)

Desde a Antiguidade a história advertiria os príncipes dos erros perigosos, constituindo-se em fonte de instrução dos grandes homens (*viris illustribus*). Aos mais eminentes e bem situados nos degraus do prestígio, a história ensinaria como agir nas ocasiões em que se aguardava a urgência de intervenções valorosas. Agudo instrumento de avaliação de vícios e de virtudes<sup>2</sup>, a história apresentaria os

<sup>1</sup> Professor na Universidade Estadual de Londrina. Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq (Bolsista Produtividade em Pesquisa). E-mail: malopes@uel.br

<sup>2</sup> Definições de tais conceitos são escassas na literatura de época, certamente por presumir-se que os seus sentidos predominantes eram bem conhecidos por todos. Mas não custa recordar as palavras de um tratadista do Renascimento: “... vícios são coisas vergonhosas e inconvenientes a tal ponto que as almas temperadas e compostas sentem desprazer e aborrecimento pela sua inconveniência”. (DELLA CASA, 1999, p. 82). Já as virtudes, infere-se, seriam todas as coisas dotadas de sinais

exemplos adequados às lições necessárias. Em antigas narrativas históricas, que alcançaram de modo proeminente ao menos o século XVIII, os autores procuravam acomodar em seus enredos um tanto de pertinência e de deleite, tornando o esforço de persuasão do historiador numa agradável tarefa para seus leitores. Exemplos instrutivos de variada espécie injetavam a virtude necessária, uma vez que não deixavam ninguém indiferente diante de modelos a seguir; e isso tanto para o próprio bem como para o do local a que se pertencesse, escrevera Tito Lívio. Ações vergonhosas deveriam ser encontradas e expostas, para que se soubesse evitar suas causas e, assim, fugir de seus efeitos danosos. “O lustre da virtude não se apaga”, replicou um atento leitor seiscentista de Tito Lívio, e “está sempre jovem e vigoroso [...] para todas as eras vindouras, feito uma atrativíssima magnetita que atrai e combina tudo que está presente”. (BURTON, 2013, p. 44, v. IV)

### Bússola de moralidades

Essa consagrada escola de virtudes na qual a exemplaridade do passado era o eixo moral foi revigorada pela tradição humanista moderna dos séculos XV e XVI, e aparece de modo evidente na desesperada promessa feita por Maquiavel na célebre carta a Lorenzo de Medici, texto no qual o autor admitiu encontrar entre suas posses o valiosíssimo bem representado pelo conhecimento das ações passadas dos grandes homens, que ele aprendera por meio de um contínuo estudo das coisas antigas. Oferecendo ao governante um livro pleno de sabedoria política, apresentou-se ao duque de Urbino como alguém que, por conhecer a história, havia vivido o suficiente para dominar os séculos e todos os segredos, credenciando-se como douto e conveniente conselheiro. Assim, ele reproduzia o antigo preceito de que a história era a narrativa de eventos decisivos por parte de um homem de saber, cuja missão era a de ensinar a extrair proveito das lições encontradas na corrente dos tempos, para instruir acerca da melhor forma de viver. De maneira similar, utiliza-se dessa estratégia na carta dedicatória ao papa Clemente VII (anteriormente cardeal Giulio de Medici), na abertura de sua *História de Florença*.

---

contrários. Mas o contraponto relativizador de Hobbes frente às concepções cristalizadas me parece digno de menção. Segundo ele, “A coragem, quando a ousadia é extrema, sendo boa a causa, pode ser uma virtude; e o medo, quando o perigo é extremo, não é um vício”. (HOBBS, 2010, p. 90)

Tais considerações preliminares sobre o emblemático historiador florentino servem para pontuar que o traço de exemplaridade da história encontra uma essência na seguinte fórmula: “Queria se obter algum ganho com ela, e imaginava-se encontrá-lo no fato de que ela ensinaria e tornaria aplicáveis as experiências dos outros”. (GÜNTHER, 2013, p. 110) Mas, em determinado ponto de amadurecimento da cultura histórica ocidental, essa tradição foi rompida, superada e abandonada. Analisando o manual das civilidades fidalgas publicado por Baldassare Castiglione em 1528, Carlo Cordié situou um desses momentos de ruptura nos pontos de emergência das grandes monarquias modernas, quando o indivíduo ainda tinha campo livre para realizar façanhas, como aquelas dos heróis antigos. Mas mesmo os efeitos mais visíveis das ações dos grandes homens passaram a contar bem pouco diante da nova complexidade da política internacional. No contexto do advento dos Estados nacionais, o garbo aristocrático nos campos de batalha fora rapidamente suplantado pela eficácia destruidora da nova artilharia. “Toda nostalgia dos bons tempos antigos corria o risco de ser inútil”, escreve Cordié. (CORDIÉ, 1997, p. xxvi) Contrariamente às concepções dos historiadores do passado, como as de Lívio e de Maquiavel, as modernas formas de pensamento histórico deixaram de admitir uma natureza humana insensível a mudanças, cuja notável estabilidade faria dela algo semelhante a si mesma em todos os tempos. O advento das sociedades de massas ocorrido entre os séculos xix e xx desestabilizou a crença na possibilidade de reuso das atitudes magistras dos varões de Plutarco, conforme percebido e assinalado pelo filósofo teutoamericano Leo Strauss, o que resultou no agravamento da crise do herói à *l’Ancien Régime*. (STRAUSS, 1968) Em nosso mundo, o papel central de individualidades fora de série em valor moral e grandeza política não passa de uma imagem embaçada nos retrovisores da história. Na Inglaterra elisabetana, Shakespeare podia expressar a dicção natural da nobreza, ao observar que por ocasião da morte de mendigos nenhum cometa é avistado. Mas os céus cospem fogo quando morrem os príncipes. (SHAKESPEARE, 2009) Essa passagem de tão ilustre extração expressa a força do culto reverencial de amplitude universal ao grande homem, uma maneira de representar as individualidades bem ao gosto das tradições aristocráticas. Ao longo do século xviii, houve uma crescente perda de adequação do modelo heroico e o conseqüente esvaziamento de sua preeminência

cósmica, fenômeno que tende a alargar-se progressivamente para consolidar como “sucata da história” a tradicional figura do herói.

Em nossa época, vemos tudo se transformar em alta velocidade. O mundo segue apressado e o que se vive numa década, em termos de acumulação de eventos comprimidos em pequenas cápsulas de tempo, não se viveria em um século tradicional do passado. Metaforizando o fenômeno da história a jato instauradas desde as últimas décadas, a passagem do tempo parece possuída pela fúria de cupins. Com efeito, mal nossos conhecimentos são adquiridos e logo se encontram carunchados por incontrolável ação corrosiva. Tudo se transforma a tal ritmo, e em tantas direções, que fica difícil justificar qualquer possibilidade de emprego dos exemplos passados para a vida no presente. Ficou praticamente impossível reivindicar uma dinâmica sempre positiva das ondas de progresso, na perspectiva de uma confortável e sempre elástica linearidade da história; e torna-se ainda mais inviável quando a Agência Espacial Americana, bem como outras instituições assemelhadas, de tempos em tempos lançam prognósticos de colapso iminente da humanidade. A representação tradicional de uma linha reta transportando a energia do progresso das sociedades humanas no tempo, cada vez mais vai sendo substituída por um emaranhado de feixes dispersivos e imprevisíveis. Aliás, como já aludira Voltaire, encarapitado nos degraus mais elevados de sua condição de historiador da humanidade, na história não é possível discernir qualquer direção.

Segundo a alusão feita por Reinhart Koselleck, algo se alterou a ponto de o tempo histórico ter adquirido uma “nova qualidade”, mudança por ele pressentida desde os Tempos Modernos. (KOSELLECK, 2006, p. 23) Sem dúvida, o senso de velocidade que adquirimos — em termos de uma nova percepção da passagem do tempo histórico — provoca nos observadores mais atentos reações de estranheza, mormente quando buscam situar-se em face de estilos antigos de escrita da história. Sob o impacto de nossas novidades múltiplas, imprevisíveis e até mesmo avassaladoras, algumas antigas formas de conceber o passado despertam a curiosidade para o tema da história como fonte contínua de reutilização dos ensinamentos de autoridade moral. Nossa sensibilidade demonstra que as experiências do passado deixaram de ser matéria de assimilação para o uso prático. Hoje em dia, tais experiências — tão cruciais às sociedades do passado — prestam-se apenas como um conjunto de informações, no que se mostram úteis aos

historiadores para estabelecer os contrastes demarcadores das diferenças entre o passado e o presente da escrita da história. (TOSH, 2011)

### Tradições cristalizadas, inovações bloqueadas

*Historia magistra vitae* foi uma expressão notabilizada por Cícero, embora o gênero de escrita que lhe deu forma tenha sido uma elaboração bem anterior ao orador romano, remontando aos gregos, sobretudo a Tucídides. (TUCÍDIDES, 2003) Como observara Cícero em um de seus tratados retóricos:

Desconhecer o que aconteceu antes de nosso nascimento é ser sempre uma criança. Com efeito, o que é a vida de um homem se ela não se une à vida de seus antepassados por meio da lembrança dos fatos antigos? A memória do passado e o recurso aos exemplos históricos proporcionam, com grande prazer, autoridade e crédito a um discurso. (CÍCERO, 2010, p. 80)

Nos empregos que Cícero fez de sua fórmula, o domínio explícito era o da arte oratória. A reflexão e a linguagem deveriam polir e lustrar os acontecimentos, dar à história uma “sonoridade mais forte” constituindo-se o historiador num “embelezador de fatos”. (CÍCERO, 1999, p. 145ss) História de feitos e palavras no esquema clássico seguido por um exército de escritores, o dos heróis loquazes e suas altaneiras performances discursivas. Ainda assim, a retórica ciceroniana emprestava sentidos de imortalidade à história de Roma, tornando-a fonte de ensinamento das experiências vividas porque também fundadas em princípios de verdade: “Com efeito”, afirma, “quem desconhece que a primeira lei da história é não ousar dizer algo falso? Em seguida, não ousar dizer algo que não seja verdadeiro? Que não haja, ao escrever, qualquer suspeita de complacência? Nem o menor rancor?”. (CÍCERO, 1999, p. 151)

É certo que as lições dos antigos fizeram muita autoridade nos Tempos Modernos, mesmo que abrindo margens para divergências entre autores. Em seu *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* Jean Bodin oscilou visivelmente entre a história concebida como colheita de atitudes no passado e como fluxo planejável para além do presente vivido. A seu modo, Maquiavel flutuou entre uma noção cosmológica do tempo histórico e o realismo antropológico. Em sua concepção, o

tempo das sociedades humanas possuiria a sua alçada muito particular, e não pode haver dúvida quanto à correção desta perspectiva maquiaveliana. Mas trata-se de um fluxo que se encadeia a um plano alargado do tempo da natureza, noção que permitiu ao historiador de Florença promover certas comparações dos movimentos do próprio mundo com a dinâmica das ações humanas. Disso deriva a ideia da similaridade dos ciclos naturais com os movimentos da história dos homens. (MAQUIAVEL, 2008) A natureza se repete porque nunca difere de si mesma. Mas o homem também possui algo de permanente, o que para as concepções históricas renascentistas era um pressuposto elementar. Então, em alguma medida, ele pode se repetir no tempo, na forma de atitudes semelhantes e comportamentos previsíveis.<sup>3</sup> À maneira do historiador de Florença, o homem pode e deve espelhar-se em exemplos pretéritos, para orientar-se em meio às suas experiências de vida. Vejamos quanto a isso as declarações do próprio Maquiavel, sempre às voltas com homens que ele julgava displicentes e imprevidentes na organização da vida, a partir de seu ponto de vista pragmático das realidades políticas. “O resultado é que os que se dedicam a ler a história”, considerou o diplomata florentino, “ficam limitados à satisfação de ver desfilar os acontecimentos sob os olhos sem procurar imitá-los, julgando tal imitação mais do que difícil, impossível. Como se o sol, o céu, os homens e os elementos não fossem os mesmos de outrora; como se a sua ordem, seu rumo e seu poder tivessem sido alterados”. (MAQUIAVEL, 1979, p. 16) Em seus *Ensaio*, Montaigne também não deixou margem para dúvidas quanto a isso, ao observar que “Idêntica é a natureza e inalterável o seu curso; e quem haja penetrado suficientemente o presente poderá com segurança conhecer as leis do passado e do futuro”. (MONTAIGNE, 1972, p. 221)

Já Voltaire, certamente melhor aparelhado do que os autores quinhentistas para a reflexão teórica sobre a história, dado que encarapitado em andaimes mais elevados da tradição, de fato contribuiu decisivamente para a sua renovação. Mas o inovador Voltaire deixara mesmo de conceber a história como fonte privilegiada de ensino? As provas negativas quanto a isso são abundantes, inequívocas, e se acumulam por sua extensa produção de textos históricos, não se constituindo em uma ou outra assunção isolada. Mas o que levou o autor do ambicioso *Essai sur les*

---

<sup>3</sup> “É exatamente o contrário do que hoje geralmente denominamos consciência histórica. Para a consciência histórica, nada na história se repete”. (JAEGER, 2003, p. 447)

*moeurs* a não se afastar dos exemplos das coisas passadas como orientação dominante de sua narrativa histórica? Simplesmente, a sua concepção de que o passado permite uma espécie útil de aprendizado.<sup>4</sup> Segundo Voltaire, o conhecimento do passado permite, sobretudo, evitar algumas repetições que embaraçam o aprimoramento do gênero humano. É por isso que a história deveria desvencilhar-se do anedótico como o seu fundamento lúdico, sempre solícita em agradar à futilidade das damas. Pelo contrário, a história deveria investir no que é útil para a reflexão e a organização da vida em comum, vida essa projetada por um novo modelo de príncipe, administrador eficaz dos negócios de sua nação. Com o Voltaire historiador a narrativa histórica encontrava-se no plano de uma forma de escrita modernizante, já que o autor propunha superações em alto nível, e mais ainda quando situadas as limitações de seus predecessores na seara de Clío. Mas mesmo a narrativa histórica voltairiana ainda se erguia sobre os fundamentos de antigas moralidades, dominada de ponta a ponta pelos vícios e virtudes de personagens ilustres. E então há de se indagar acerca dos fatores que guiam um autor de alta criatividade a passar ao largo daquilo que fora essencial em seu próprio questionário para uma nova escrita da história. O problema que se formula é da seguinte ordem: por que um resultado tão discrepante frente às intenções tão audaciosas do Príncipe das Luzes? A resposta de que a tarefa era ampla demais para ser executada por uma individualidade solitária é a que se mostra mais à mão, principalmente quando se avalia a vastidão das fontes históricas, e sua dispersão por vasto espaço territorial. Mas há de se pensar também no desajuste das novas reflexões frente às tradições consolidadas de se escrever a história. A inovadora história filosófica voltairiana cedeu diante da circunstância de ter de aplicar novos postulados em um espaço de difícil cobertura, acomodando-se em trafegar por territórios já desbravados. *Mutatis mutandis*, dificuldades de tal natureza cercearam a capacidade inventiva de autores da Época Moderna, que se revelaram incapazes de operar os princípios de suas próprias teorias na prática de pesquisa. Maquiavel, por exemplo, quando confrontado com a aridez de registros públicos para a composição da *História de Florença*, viu-se aturdido pela imensa dificuldade em servir-se de exemplos seguros e certos para ilustrar o seu pretensamente novo

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, a opinião de Croce, que frisa em Voltaire a múltipla utilidade dos erros do passado como prevenção de outros crimes e desgraças a ocorrer no presente. (CROCE, 1953, p. 204)

discurso histórico, o que era factível em discursos de teoria política, diante das circunstâncias cambiantes da longa história de sua cidade. (HADDOCK, 1989, p. 25 e 34). Enfim, a realidade complexa que Maquiavel encontrou na consulta dos registros públicos da história contrariou o emprego prático das máximas prudenciais aplicadas ao sabor das ações dos grandes homens que percorrem *O príncipe e Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Desse modo, a *História de Florença* é antes epítome de erudição do que síntese das lições úteis e de proveito prático aos governantes. Dito de outra forma, em sua *História de Florença* Maquiavel parece ter provado a si mesmo que algumas circunstâncias históricas podem ser tão datadas e tão particularizadas em dado contexto que, quando situadas em outro, soariam como exemplos próprios de lunáticos míopes. Ele havia vasculhado o passado de sua cidade, mas sem encontrar os exemplos cabíveis para a sua espinhosa atualidade.

Esse exclusivismo de protagonistas individuais gerava nos autores de narrativas históricas do Antigo Regime o dever de celebrar glórias, ainda que tivessem de fabricá-las em boa medida por si mesmos. Na era dos príncipes, o prestígio do historiador em muito dependia de sua disposição em distribuir laudas e loas àqueles que o mantinham na confortável condição de válido. Por isso Maquiavel se conteve em dirigir críticas mais ácidas aos Medici de Florença, em sua nova condição de historiógrafo da comuna politicamente dominada pela ilustre estirpe de Cósimo e de Lorenzo, o que se deu a partir de 1521, após longo período de ostracismo desde a queda da República, em 1512. Tempos depois, Bodin se mostraria um simpatizante mais discreto de algumas ações da política religiosa de Henrique III. Na Espanha dos inícios do século XVII, Luís Cabrera de Córdoba concebia, em seu vibrante tratado acerca da arte histórica, um sem número de recomendações com o propósito de conter os discursos tendentes à amplificação de bagatelas. Ele conta a história de Emílio Probo, que se tornou conhecido como Encomiastes, porque dos príncipes cujas vidas narrou, gastou mais tempo em elogiá-los do que em descrever as suas realizações práticas. (CABRERA DE CORDOBA, 1948, p. 108) Já clérigos áulicos seiscentistas como o jesuíta Vieira e o oratoriano Bossuet não pouparam seus cabedais retóricos para incensar a Dom João IV e a Luís XIV, respectivamente. No caso de nosso super imaginativo Vieira, a louvação foi a uma maior altura, chegando à própria ressuscitação do governante

lusitano, a quem o jesuíta ilustre destinou a governação do Quinto Império do mundo em seu escrito inacabado, a *História do futuro*. Afora as homenagens obrigadas e as louvações espontâneas e sinceras, o fato é que a possibilidade de “reaproveitamento” das ações políticas exemplares fez das narrativas históricas modernas um manancial de atitudes elevadas, sobretudo quando se tratasse de abastecer os governantes de boa artilharia em meio às suas cada vez mais complexas experiências governativas, a partir do advento dos Estados nacionais em competição permanente por prestígio e por hegemonia na Europa absolutista. E não deixa de ser notável o fato de que concepções de história exemplar — que se tornaram padrão mais alto de referência ao longo dos Tempos Modernos —, surgiram em um mesmo espaço social: os palácios ou as suas proximidades.

Constitui um princípio elementar que as narrativas históricas dos séculos XVI, XVII e XVIII dependiam de quem as concebesse e compusesse com certa frequência e maestria em termos de artes de ditos e feitos de gente incomum, como também de quem as apreciasse como objeto habitual de consumo cultural, isto é, como um artefato para fruição literária e instrumento de aprendizado moral. Nas culturas literárias do Antigo Regime europeu os livros de história ficavam sob abrigos seguros, e isso tanto pelo empenho de seus transmissores regulares quanto pela disposição de seus receptores. Esses agentes culturais interagiram em padrões reconhecidos de linguagem e de estilo e, por consequência, criaram as condições de continuidade do gênero, sem flutuações sensíveis da tradição de se escrever história.<sup>5</sup> Com efeito, por séculos vigorou a crença de que as grandes ações do passado poderiam ser fonte de orientação dos homens no presente, como se se tratasse de uma bússola moral destinada a estabelecer a melhor forma de conduta de personagens ímpares em seu próprio espaço de experiências. (GUMBRECHT, 1999, p. 459ss). E isso muito provavelmente porque as narrativas históricas eram escritas sob a frequente inspiração de interesses dos governantes. Em boa proporção, tais narrativas eram encomendadas por reis ou príncipes, prestando-se a justificar e a legitimar parte de seus interesses mais imediatos. Ao longo dos séculos do Antigo Regime foi muito comum o fato de alguns autores de narrativas históricas integrarem a elite política e intelectual de uma república aristocrática, ou de uma

---

<sup>5</sup> Sobre o estilo na escrita da história ao longo do Antigo Regime, ver especialmente Hazard (1974) e Grafton (1998).

monarquia, para proveito das quais compunham seus textos. O florentino Maquiavel e o francês Bossuet são figuras bastante expressivas desses casos. Em ambiente escasso de liberdade criativa, nem sempre era possível preservar uma consciência crítica, dados os compromissos e interesses mútuos dos intelectuais e do poder. Nessas ocasiões esperava-se da história, sobretudo, lições de edificação moral, para ilustrar e orientar os passos dos homens de escol em suas lides definidoras dos rumos de toda uma coletividade. Talvez por isso seja representativa a definição oferecida por Antoine Furetière em seu *Dictionnaire Universel*: “A história é uma moral reduzida à ação e ao exemplo. É preciso mostrar aos homens na história, como num espelho, as imagens de suas culpas”. (FURETIERE, 1690) O próprio Descartes — um dos mais expressivos fundadores da ciência moderna —, reconheceu nos meados do século xvii, que as ações memoráveis narradas nas histórias, quando lidas com discernimento, estimulavam o espírito e, portanto, eram fontes úteis para estabelecer julgamentos de como proceder com propriedade. (DESCARTES, 2011) Mas manteve-se bastante cético frente à história como um campo do conhecimento. Acerca das relações de Descartes com a história, Ernst Cassirer considerou que:

O cartesianismo, com sua orientação estrita e exclusiva para o ‘racional’, mantivera-se estranho ao mundo histórico propriamente dito. [...] Daí resulta que a dimensão da história fica inteiramente fora do círculo do ideal de saber cartesiano. [...] Em suma, a dúvida cartesiana apenas comporta um caráter negativo a respeito da história: ela rechaça e recusa. (CASSIRER, 1997, p. 272ss)

Mas persiste como saliência incontornável que, dos tempos heroicos da Guerra do Peloponeso à era revolucionária da Filosofia das Luzes, a exemplaridade de feitos passados memoráveis constituiu-se num dos pilares do pensamento histórico ocidental. (JAEGER, 2003, p. 57) “No passado”, lembra a propósito da dinâmica vida da linguagem o historiador Carlo Ginzburg, “a palavra *exemplum*, assim como o seu correspondente grego, *paradeigma*, denotava um modelo no sentido moral. Mais recentemente, “modelo” e “paradigma” adquiriram uma dimensão cognitiva”. (GINZBURG, 2002, p. 136) Aliás, como refletiu Werner Jaeger, o valor dos exemplos remonta a tempos imemoriais, a uma época bem anterior às obras ímpares de Heródoto e de Tucídides. Em seu sentido de pedagogia para a

ação, o exemplo já se fazia presente na cultura grega desde a época arcaica (c. séculos IX-VIII a.C.), remotos tempos em que o pensamento histórico sequer havia surgido, quando ainda não existiam leis compiladas nem sistematização das primeiras reflexões éticas. Nessas antiguidades profundas, os exemplos já se constituíam como guias eficazes, como bússolas seguras para orientar as atitudes dos grandes homens, normalmente os heróis da aristocracia envolvidos em combates, uma vez que a guerra sempre foi o fator das transformações capitais, de Homero a Voltaire.<sup>6</sup> Nas palavras de Jaeger, acontecimentos do passado “Desempenhavam na estrutura social do mundo arcaico um papel quase idêntico ao que entre nós cabe à história, sem excluir a história bíblica”. (JAEGER, 2003, p. 57) Como assinalou Arnaldo Momigliano, em regra os historiadores gregos acreditaram na relevância dos sucessos passados para a compreensão do futuro; os acontecimentos ensinavam, pela via da provisão de exemplos, muitas lições úteis para a mais correta orientação dos assuntos de interesse. (MOMIGLIANO, 2004, p. 38) E François Hartog também pontuou que o exemplo na arte histórica antiga era um recurso na argumentação, constituindo-se em expediente de persuasão, por meio de personagens e acontecimentos notáveis, todos apelativos de precedentes modelares propícios à imitação. (HARTOG, 2005, p. 51) Sobre o valor das tradições intelectuais herdadas e perpetuadas pelos autores afirmou Thomas Carlyle, em sua avaliação do valor e do lugar da obra de pensamento na cultura:

É sempre assim. O artífice, o ferreiro com o seu metal, com suas ferramentas, com seus métodos engenhosos — quão pouco de tudo o que ele faz é sua própria obra! Todos os homens inventivos do passado trabalham ali com ele. Como de fato, com todos nós, em todas as coisas. (CARLYLE, 1963, p. 97)<sup>7</sup>

A imitação constituiu-se também em doutrina estética, e isso desde os primeiros tempos da cultura humanista. Imitar é, entre outros motivos, reconhecer a diferença e a grandeza impressas em um modelo contraposto à singularidade de um sujeito qualquer situado à distância significativa do objeto visado; imitar é apreender os sentidos impressos em outra realidade e, de alguma maneira, inseri-los no seu

<sup>6</sup> Ver sobre o assunto as considerações de Momigliano (1993, p. 144ss).

<sup>7</sup> Sobre as concepções do escritor escocês acerca das figuras emblemáticas na história, são esclarecedoras as reflexões de Dosse (2009, p. 163ss). Ver também o ensaio intitulado “A vertigem da história”, que integra o livro de Loriga (2011, p. 49ss).

próprio mundo histórico, preservando-lhes as características de origem. Dessa capacidade respeitosa pela singularidade das coisas remotas, do zelo pelos valores característicos do passado impressos em textos e artesanias provêm os efeitos da admiração pela cultura e ostentação pouco comedida de seus ancestrais. A história se antepõe, portanto, a exigir e a impor o senso do passado. A atitude reverencial da cultura renascentista pelas excelências da Antiguidade ancorou-se nesse ponto de apoio. No tempo, a Antiguidade estava distante, mas se encontrava colada em espírito à época dos humanistas. E os laços de identidade eram tantos e tão visíveis que, na Itália, todos esbarravam cotidianamente nos numerosos vestígios de seu passado comum. Ainda no século xvii, e até mesmo ao longo do XVIII, houve quem se esforçasse por imprimir aperfeiçoamentos à *imitatio*, como é caso representativo o historiador e metodólogo espanhol Luis Cabrera de Córdoba. Com efeito, ele definiu a imitação como “companheira da eloquência” e “mestra da ignorância”, uma arte que conduz os aprendizes esforçados ao encontro daqueles que escreveram com perfeição, para colher benefícios imensos como a própria proeza de se fazerem eminentes em estilo. Ao imitar, afirma o autor espanhol, adquire-se com menor trabalho aquilo que não se poderia alcançar contando apenas com o próprio e reduzido talento. E prossegue o historiador da casa dos Habsburgos: de maneira hábil e competente é válido tomar dos outros não apenas as sentenças, mas ainda as palavras, e seguir no modelo aquilo que parecer admirável. Para alcançar a perfeição assim procederam os gregos e os latinos. (CABRERA DE CORDOBA, 1948, p. 148ss)

Evidência bem documentada, o esquema de escrever história exemplar com estofamentos retóricos chegou ao seu término somente a partir da entrada em cena de fenômenos culturais novos e desestabilizadores de sua hegemonia, o que se deu de modo mais perceptível ao longo do século XVIII, a ponto até de se falar na dissolução do longo lugar-comum *Historia magistra vitae*. (KOSELLECK, 1990) Para Ernst Cassirer, a maturidade do conceito de história alcança sua máxima plenitude com Vico e Herder. Apesar dos significativos avanços em procedimentos técnicos verificados no século XVII, no plano da alta reflexão filosófica a história sofreu o impacto de ciências como a matemática e a física, impacto que estancou o seu brilho e bloqueou as suas possibilidades de constituir-se como um campo de saber de maior relevância. Naquele momento, o da grande Revolução Científica,

ideias de verdade sobre o mundo natural e o universo ganharam a cena principal, colocando à sombra as demais áreas do saber. Em suas orientações mais inovadoras, diz ainda Cassirer, ao Século das Luzes é que se deve reconhecer a primazia, mesmo diante de argumentos que tenderam a demonstrar que este mesmo século fora essencialmente anti-histórico. Para o filósofo teutoamericano, essa concepção é enganosa, uma vez que toda a cultura do Iluminismo dependia de análises historicamente fundadas. Mas o autor reconhece a convivência dos aspectos de inovação com os elementos da tradição, o pensamento histórico conservando o grosso de sua persistente orientação pragmática. O arremate de tal análise: um conceito inteiramente inovador e contemporâneo de história não floresceu na cultura europeia antes do alvorecer do século XIX, não antes dos trabalhos de Ranke e Niebhur, para desde então expandir-se e estabelecer influência sobre todos os campos da cultura. (CASSIRER, 1944) De toda maneira, a intensidade persuasiva do antigo senso de que a história deveria ser um reservatório de sabedoria para a vida prática revela, sem qualquer sombra de dúvida, uma enorme capacidade de durar. (OAKESHOTT, 1967) Curiosamente, é possível vislumbrar a persistência de referências à história como mestra da vida mesmo ao longo do século XIX, em que a análise do passado carregava, ainda, juízos e impressões morais. No século de Ranke, de Michelet, de Burckhardt e de Fustel de Coulanges, o gênero *Historia magistra vitae* não perdera por completo o seu vigor, ainda que o historicismo de Ranke, por exemplo, tenha se constituído, em largas medidas, contra a vocação preceptiva e as máximas prudenciais.

## BIBLIOGRAFIA

- BURTON, Robert. *A anatomia da melancolia*. Curitiba: Editora UFPR, 2013. v. IV.
- CABRERA DE CORDOBA, Luis. *De Historia, para entenderla y escribirla*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1948.
- CARLYLE, Thomas. *Os heróis*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
- CASSIRER, Ernst. A conquista do mundo histórico. In: \_\_\_\_\_. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. History. In: \_\_\_\_\_. *Essay of Man*. New Haven: Yale University Press, 1944.
- CÍCERO, Marco Túlio. Do orador. In: HARTOG, François (org.). *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. *El orador*. Madrid: Alianza Editorial, 2010.

CORDIÉ, Carlo. Introdução. In: CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CROCE, Benedetto. *Teoría e historia de la historiografía*. Buenos Aires: Ediciones Imán, 1953.

DELLA CASA, Giovanni. *Galateo ou Dos costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.

FURETIÈRE, Antoine. *Dictionnaire Universel contenant généralement tous les mots français tant vieux que modernes, et des termes des sciences et des arts...* (1690). Disponível em: <www.gallica.bnf.fr>. Acesso em: 24 abr. 2012.

GINZBURG, Carlo. Além do exotismo: Picasso e Warburg. In: \_\_\_\_\_. *Relações de força*. História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papirus, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de aprender com a história. In: \_\_\_\_\_. *Em 1926, vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GÜNTHER, Horst. Pensamento histórico no início da Época Moderna. In: \_\_\_\_\_. KOSELLECK, Reinhart. et al. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HADDOCK, Bruce. *Uma introdução ao pensamento histórico*. Lisboa: Gradiva, 1989.

HARTOG, François. Orateurs et historiens. In: \_\_\_\_\_. *Évidence de l'histoire*. Paris: EHESS, 2005.

\_\_\_\_\_. Tucídides. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

HAZARD, Paul. *Crise da consciência europeia*. Lisboa: Cosmos, 1974.

HOBBS, Thomas. *Os elementos da lei natural e política*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

JAEGER, Werner. *Paidéia*. A formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. Tucídides como pensador político. In: \_\_\_\_\_. *Paideia*. A formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, 2006.

\_\_\_\_\_. *Historia magistra vitae*. De la dissolution du topos dans l'histoire modern en mouvement. In: \_\_\_\_\_. *Le futur passé*. Contribution à la sémantique des temps historiques. Paris: EHESS, 1990.

LESKY, Albin. Tucídides. In: \_\_\_\_\_. *História da literatura grega*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X*. Da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Brasília: Editora UnB, 1979.

\_\_\_\_\_. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ensayos de historiografía antigua e moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

OAKESHOTT, Michael. The Activity of being an Historian. In: \_\_\_\_\_. *Rationalism in Politics and other essays*. Londres: Methuen & Co., 1967.

SHAKESPEARE, William. Júlio César. In: *Tragédias e comédias sombrias*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009. v. I.

STRAUSS, Leo. *What is Political Philosophy?* Nova York: Free Press, 1968.

TOSH, John. *A busca da história*. Objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna. Petrópolis: Vozes, 2011.

TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora da UnB, 2003.

**Artigo recebido em 08 de setembro de 2016. Aprovado em 10 de março de 2017.**

**Cultura histórica & Patrimônio***História – Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)***EXPEDIENTE**

volume 4, número 1

[agosto de 2017]

**Editores**

Marcelo Hornos Steffens (UNIFAL-MG)

Mário Danieli Neto (UNIFAL-MG)

Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UNIFAL-MG)

Raphael Nunes Nicoletti Sebrian (UNIFAL-MG)

Walter Francisco Figueiredo Lowande (UNIFAL-MG)

**Conselho consultivo** (deste número)

Cristiane Maria Magalhães (Doutora, UNICAMP)

Glauber Cícero Biazio (UFAM)

Juliana Miranda Filgueiras (UNIFAL-MG)

Luiz Antonio Sabeh (UNIFAL-MG)

Marcelo Hornos Steffens (UNIFAL-MG)

Mário Danieli Neto (UNIFAL-MG)

Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UNIFAL-MG)

Raphael Nunes Nicoletti Sebrian (UNIFAL-MG)

Walter Francisco Figueiredo Lowande (UNIFAL-MG)

**Conselho editorial da revista** (em agosto de 2017)

Adalson de Oliveira Nascimento (UFMG)

Ana Luiza Martins (CONDEPHAAT, São Paulo)

Antonio Celso Ferreira (UNESP/Assis)

Beatriz Kushnir (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro)

Carlos de Almeida Prado Bacellar (USP)

Célia Reis Camargo (UNESP/Assis)

Celso Ferrarezi Junior (UNIFAL-MG)

Cristina Meneguello (UNICAMP)

Daniel Lvovich (Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina)

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN)

Gabriela Pellegrino Soares (USP)

Helenice Rodrigues da Silva (UFPR) [*in memoriam*]

Henrique Espada Lima (UFSC)

Isabel Barca (Universidade do Minho, Portugal)

José Newton Coelho Meneses (UFMG)

José Reginaldo Santos Gonçalves (UFRJ)

Jurandir Malerba (PUCRS)

Karina Anhezini de Araujo (UNESP/Franca)

Luis Fernando Cerri (UEPG)  
Marcos Antônio Lopes (UEL)  
Marcos Lobato Martins (UFVJM)  
Marcos Roberto de Faria (UNIFAL-MG)  
Mariana Martins Villaça (UNIFESP)  
Paulo César Garcez Marins (Museu Paulista, USP)  
Ricardo Alexandre Ferreira (UNESP/Franca)  
Richard Gonçalves André (UEL)  
Robert A. Rosenstone (California Institute of Technology, Caltech, EUA)  
Selva Guimarães Fonseca (UFU)  
Tania Regina de Luca (UNESP/Assis)  
Temístocles Cezar (UFRGS)  
Thais Nivia de Lima e Fonseca (UFMG)  
Wagner Pinheiro Pereira (UFRJ)

**Revisão textual e adequação**

Marcelo Hornos Steffens (UNIFAL-MG)  
Mário Danieli Neto (UNIFAL-MG)  
Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UNIFAL-MG)  
Raphael Nunes Nicoletti Sebrian (UNIFAL-MG)  
Walter Francisco Figueiredo Lowande (UNIFAL-MG)

**Padronização dos textos e diagramação**

Raphael Nunes Nicoletti Sebrian (UNIFAL-MG)

**Imagem de capa:**

Cais do Valongo, Rio de Janeiro (c. 2017)

Disponível em: <[http://agenciabrasil.etc.com.br/sites/\\_agenciabrasil2013/files/fotos/949354-cais%20do%20valongo.jpg](http://agenciabrasil.etc.com.br/sites/_agenciabrasil2013/files/fotos/949354-cais%20do%20valongo.jpg)>.

Acesso em: 30 ago. 2017.

**Data de lançamento** (deste número): 31 de agosto de 2017